



23ª Reunião Ordinária CO N A S P

26, 27 e 28 de agosto de 2013

Locais:

26/08/2013

**Auditório Tancredo Neves, Ministério da Justiça
27 e 28/08/2013**

Shopping ID, Torre A, 2º andar, Brasília, DF

**Transcrição feita por meio de
Estenotipia presencial computadorizada**

INDICE

26/08/2013 – TARDE:	Pag. 03
27/08/2013 – MANHÃ:	Pag. 39
27/08/2013 – TARDE:	Pag. 76
28/08/2013 – MANHÃ:	Pag. 93
28/08/2013 – TARDE:	Pag. 107

1 **26/08/2013**

2 **Tarde**

3 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**
4 **Brasil)** – Regimentalmente, tínhamos que começar às duas horas, mas não tínhamos o
5 quórum, tínhamos que esperar 30 minutos e com 30 minutos após podemos abrir a
6 nossa reunião com um 1/3 dos conselheiros. Então, junto com a Secretaria Executiva,
7 achamos que já devemos dar continuidade à reunião. Boa-tarde a todos, vamos abrir
8 nossos trabalhos e sejam bem-vindos à 23ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
9 Segurança Pública. Vamos começar pelos INFORMES, com a possibilidade da nossa
10 secretária Regina vir participar da nossa reunião. Então, damos como abertos os
11 trabalhos da 23ª Reunião Ordinária e abrimos a plenária para os Informes para os
12 conselheiros que queiram fazer uso da palavra. Por enquanto, não podemos aprovar a
13 ata, só com 16 conselheiros, nós podemos abrir a reunião, podemos dar os Informes,
14 vamos receber daqui a pouco o representante da Secretaria de Assuntos Legislativos
15 (SAL) que vem falar sobre as PECs para nos orientar. Mas, a aprovação só com o
16 quórum regimental. Para já facilitar os trabalhos, vamos convidar o representante da
17 SAL para vir compor a mesa e adiantando o trabalho. Mas, a palavra continua
18 franqueada aos conselheiros para os Informes.

19
20 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Vamos começar a discussão
21 da ata e da pauta, não a aprovação, mas se alguém tiver alguma colocação a fazer em
22 relação à pauta ou à ata da reunião, o debate está aberto. Só não podemos aprová-la.

23
24 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Bom, vamos fazer
25 primeiro a apresentação do novo conselheiro. Eu queria passar a palavra a ele para que
26 se identificasse, já trouxe o ofício, veio pela primeira vez. Com a palavra o nosso
27 conselheiro Tácio, seja bem-vindo.

28
29 **O Sr. Tácio Melo da Silveira (Representante da Federação Nacional dos Policiais**
30 **Rodoviários Federais)** – Boa-tarde. Meu nome é Tácio Melo da Silveira, sou
31 representante da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais. Sou PRF
32 desde 1999. Trabalho na 13ª Superintendência em Alagoas. Hoje estou cedido ao
33 Ministério da Justiça. Estou desempenhando o cargo de superintendente de Transporte

34 de Trânsito de Maceió. Venho para cá para aprender e tentar contribuir com o que
35 puder. É uma honra fazer parte do Conselho. Obrigado.

36

37 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos Periciais do Brasil) –**

38 Eu queria só, não é nem em termos de discussão, na nossa Reunião Extraordinária em
39 Cuiabá discutiu-se um assunto e este Conselho tirou uma moção ou recomendação, não
40 estou me lembrando agora. E o que eu quero trazer é exatamente ter muito cuidado com
41 essas coisas de discutirmos algo que não temos conhecimento, por exemplo, a própria
42 doutora Regina Miki puxou o assunto e o próprio Ministério da Justiça se manifestou
43 contrário àquela questão do PL dos papiloscopistas. Tanto que a presidente Dilma vetou
44 100% do projeto. E nós nos manifestamos, inclusive, sem ter conhecimento do próprio
45 PL e a secretária puxou o assunto também defendendo e, no entanto, houve o veto total
46 onde todos os ministérios se pronunciaram contrários. Temos que ter muito cuidado em
47 debater temas que não conhecemos.

48

49 **O Ten. Cel. Mesquita (Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias
50 Militares e Corpos de Bombeiros Militares-CNCG-PM/CBM) –** Boa-tarde a todos.

51 Fazendo menção à Reunião Extraordinária de Cuiabá, eu até fiz um contato com o
52 secretário Alex, eu entendi, não sei se o momento é este também, que na pauta que
53 teremos nesta 23ª Reunião Ordinária, que nós teríamos uma tratativa da PEC 24 quiçá
54 com a presença do senador Capiberibe e do senador Aécio Neves, e teríamos um
55 momento simbólico talvez da entrega ou de uma simbologia de apoio junto ao
56 Congresso Nacional com relação a essa PEC. Eu posso ter entendido tudo errado isso.
57 Eu só gostaria de dirimir essa dúvida perante a mesa e perante dos demais conselheiros
58 se foi mais ou menos isso que foi tratado lá naquela reunião e democratizar esse
59 questionamento que fiz ao Alex quando vi a pauta e não vi ali consignado esse ato
60 simbólico junto ao Congresso Nacional. Somente isso.

61

62 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) –** Bom, então, já esclarecendo,
63 o problema é o seguinte. Primeiro que a ata da Reunião Extraordinária não ficou pronta
64 porque não tivemos a mesma equipe de apoio que temos nas reuniões ordinárias em
65 Brasília, temos estagiários de nível médio ouvindo a ata e digitando, não ficou pronta
66 até hoje. Vamos ter que aprová-la só na outra reunião. Hoje nós vamos aprovar, na
67 verdade, a ata da 22ª Reunião Ordinária que eu tinha mandado antes da reunião de

68 Cuiabá. E realmente isso foi falado, eu me lembro sim, mas não foi deliberado que
69 haveria esse ato, foi deliberado que a reunião seria segunda, terça e quarta, seria passada
70 para esses dias da semana para que inclusive se fosse o caso houvesse a possibilidade de
71 ir ao Congresso Nacional. Mas, ficou em aberto. Não ficou fechado. O que ficou
72 fechado foi o convite aos senadores. O senador Capiberibe confirmou e vai estar
73 presente amanhã, na parte da manhã. Com relação à ida ao Congresso Nacional, ato
74 simbólico, não ficou fechado. Poderíamos tirar aqui alguma definição sobre isso, até
75 porque segunda-feira, eu acredito que não seja um melhor dia para ir ao Congresso
76 Nacional, mas está em aberto. É uma questão a ser discutida aqui no Pleno.

77

78 **O Sr. Sandro Costa Santos (VIVA RIO)** – Boa-tarde a todos. Eu também, remetendo
79 a nossa última reunião de Cuiabá, eu tinha entendido que lá, em algum momento,
80 teríamos que ter acesso à proposta que estaria sendo trabalhada pelo Fórum Brasileiro
81 de Segurança para a questão do Susp. O Pazinato chegou a falar que nós iríamos na
82 parte da tarde participar dos debates que eles fariam, e por conta da nossa pauta ter
83 tomado o dia todo, nós acabamos não tomando ciência daquilo que eles estavam
84 debatendo e isso passou, também não recebemos isso por e-mail, acho que seria
85 interessante termos acesso a esse material já que nós chegamos ao consenso de que
86 aquela proposta que nos foi apresentada e que estaria tramitando no Congresso Nacional
87 não atende a nenhuma das demandas de nenhum dos integrantes do Conasp. Então,
88 segundo o Pazinato, a proposta do Fórum estaria melhor estrutura, então, seria
89 interessante recebermos isso em algum momento para poder fazer uma avaliação e
90 partir talvez dessa proposta para as considerações dos demais conselheiros.

91

92 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – A proposta Fórum é do
93 Fórum e não se confunde com o Conasp ou com a Senasp do Ministério da Justiça. A
94 discussão é lá do Fórum. O conselheiro Pazinato chegou a levantar proposta de que os
95 conselheiros do Conasp participassem da reunião, porém isso em nenhum momento foi
96 deliberado e foi decidido isto: aquela reunião do Conasp em Cuiabá foi uma reunião
97 extraordinária para tratar do assunto das grandes manifestações. Seria um
98 posicionamento do Conasp a respeito desse tema. Acabou entrando outro tema da pauta,
99 a questão dos papiloscopistas, mas o conselheiro Pazinato chegou a aventar essa
100 proposta, mas não foi deliberado. Eles fizeram a reunião separada ali e nós fizemos a
101 nossa. Então, o Conasp teria que pedir ao pessoal do Fórum diretamente trazer, se é que

102 eles terminaram, não sei como estão as discussões no Fórum Brasileiro de Segurança
103 Pública. (*Intervenção fora do microfone*). Não isso é outra instância. Isso aí é o GT.
104 Daqui a pouco virá aqui o Marcelo, que é o chefe de gabinete da Senasp, indicado
105 recentemente como *representante do Ministério da Justiça* no Conasp que vai poder dar
106 mais informações sobre o Grupo de Trabalho que também não se confunde com o que o
107 Fórum Brasileiro está fazendo.

108

109 **O Sr. Sandro Costa Santos (VIVA RIO)** – Eu entendi que, em algum momento, nós
110 teríamos acesso aos dois documentos. Até o Pazinato, uma das motivações para a
111 reunião ser realizada junto com a do Fórum seria para aproveitar os dois momentos,
112 salvo se eu estiver equivocado.

113

114 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – O que entendi foi para
115 aproveitar a presença de vários conselheiros reunidos em Cuiabá em razão do Fórum e
116 lá se fazer uma reunião do Conasp naquela capital. Mas, a urgência que motivou a
117 reunião extraordinária foi a questão das grandes manifestações.

118

119 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – São 14h57. Vamos
120 fazer contagem. Somos 15 conselheiros ainda falta um.

121

122 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Eu previ que pudéssemos
123 fazer essa reunião de definição de pauta e aprovação da ata até mais ou menos
124 3h/03h30. Caso alguém tenha proposta de alteração de tema, rejeição de alguma coisa
125 que queira se manifestar. O debate está aberto. Estamos aguardando a chegada de mais
126 um conselheiro para podermos aprovar. Eu pedi para emitir as passagens para chegada
127 aqui até o meio-dia, e os voos não estão atrasando.

128

129 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil)** –
130 Se todos vieram e chegaram até o meio-dia, são 15 horas e ainda não conseguimos
131 iniciar, então eu acho que deveríamos pactuar com os demais conselheiros para que
132 pudéssemos honrar o horário porque penaliza e compromete a pauta. Não justifica às 15
133 horas não poder iniciar a reunião do Conselho.

134

135 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Só se votássemos uma moção
136 pedindo aos conselheiros que cheguem no horário.

137

138 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – A colocação está
139 registrada, os conselheiros vão receber a transcrição do evento. Só para termos uma
140 ideia, quem vai participar do Interconselhos aqui e vai participar de atividades de outros
141 conselhos? Tem o conselheiro Pedro.

142

143 **O Sr. Pedro Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – Eu estou no Conatrap
144 e não no Interconselhos.

145

146 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Já completou o
147 quórum? São 15h10min e já estamos com quórum. Vamos para o primeiro item:
148 aprovação da ata da 22ª Reunião Ordinária.

149

150 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Caso alguém tenha alguma
151 objeção, levante, ou se todos estão de acordo com a ata permaneçam como se
152 encontram. **APROVADA.**

153

154 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Segundo item da
155 pauta: aprovação da pauta da 23ª Reunião Ordinária. Todos concordam? Este é o
156 momento de discussão da pauta.

157

158 **O Sr. Wesley Barreto Bastos (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná -**
159 **Sindarspen)** – O nosso segmento fez uma solicitação de inclusão na pauta do tema do
160 direito de defesa da vida do agente penitenciário, tendo em vista que estamos
161 acampados há mais de 50 dias, em frente ao Congresso Nacional, e temos uma demanda
162 de portar arma de fogo fora do ambiente do trabalho. Como não recebi nenhum respaldo
163 através de e-mail, é só essa a minha ressalva.

164

165 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – É uma ressalva ou
166 proposta?

167

168 **O Sr. Wesley Barreto Bastos (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná -**
169 **Sindarspen)** – Se for possível fazer uma proposta regimentalmente, eu gostaria que
170 fosse incluído esse tema.

171

172 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Só um esclarecimento: isso já
173 foi tirado em resolução o ano passado que as pautas seriam definidas pela Mesa
174 Diretora. Para isso ela foi criada. E a Mesa Diretora teria um representante de cada
175 segmento. Você é do segmento dos trabalhadores. Temos o Denílson da Cobrapol que é
176 o representante dos trabalhadores na Mesa Diretora e as demandas de cada segmento
177 têm que ser levadas aos representantes da Mesa Diretora e o representante da Mesa
178 Diretora leva essas demandas na definição da pauta, sem prejuízo de que os
179 conselheiros no momento de aprovação da pauta possam expor suas opiniões, suas
180 propostas, como você está fazendo agora. Não houve má vontade. Agora, o e-mail não é
181 o fórum adequado para definição da pauta: é a Mesa Diretora ou este momento agora.
182 Então, temos uma proposta de inclusão de tema para a pauta. Lembrando também que,
183 tradicionalmente, temos deixado um período, matutino ou vespertino, para temas livres
184 e informes onde qualquer outro tema possa ser discutido também. Agora, caso algum
185 conselheiro entenda que o tema tenha que ser discutido previamente, tenha que ter um tópico
186 específico para isso, que requeira a vinda de um convidado ou algo mais especial, o
187 espaço é aberto, tanto na Mesa Diretora quanto neste momento.

188

189 **O Sr. Wesley Barreto Bastos (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná -**
190 **Sindarspen)** – Na verdade, peço até desculpas, não sabia dessa questão regimental da
191 Mesa Diretora e achava que o e-mail eletrônico seria o meio adequado para fazer esse
192 tipo de solicitação. Peço desculpas e reitero a proposta, se for possível ser colocada em
193 votação como proposta a inclusão desse tema, ficaríamos agradecidos.

194

195 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Para quando, seria para hoje?
196 Único dia que eu acho complicado mexer é na terça de manhã porque tem um
197 convidado que é o senador Capiberibe.

198

199 **O Sr. Wesley Barreto Bastos (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná -**
200 **Sindarspen)** – Fora dos dias que não é possível fazer alteração nenhuma em qualquer

201 período, poderíamos fazer também dentro dos temas livres, se for causar transtorno, não
202 tem problema.

203

204 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – A sugestão seria
205 quarta-feira pela manhã. Eu acredito que na quarta-feira pela manhã caberia, pois está
206 com tema livre e não vamos atropelar as outras pautas.

207

208 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Ou caso caiba antes também
209 porque o pessoal da SAL vai vir, eu não sei quanto tempo vai durar a apresentação
210 deles, mas se acabar antes das 18 horas...vamos deixar na pauta, na fila, havendo
211 disponibilidade antes até de quarta-feira podemos colocar.

212

213 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – A proposta do
214 conselheiro é que seja colocado esse tema na pauta desta 23ª Reunião Ordinária e os
215 conselheiros estão abertos para sugestão e se sentem já convencidos para aprovação?

216

217 **O Sr. Wesley Barreto Bastos (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná -**
218 **Sindarspen)** – Posso fazer uma pequena defesa? Nosso estamos acampados ali em
219 frente ao Congresso Nacional. Só no último mês, mais de dez agentes penitenciários já
220 foram assassinados fora do ambiente de trabalho, com característica de ser ato do crime
221 organizado. E nós tivemos um Projeto de Lei de nº 87/2011 vetado pela presidente
222 Dilma sob o argumento de que o uso de arma de fogo fora do ambiente de trabalho
223 contraria o Estatuto do Desarmamento porque permitiria a maior aquisição de armas de
224 fogo pelos agentes penitenciários. E algumas das premissas que foram colocadas no
225 veto não condizem com a realidade. Então, este é um tema latente, estamos ali
226 acampados, nunca fomos recebidos pelo ministro para dar opinião sobre o tema, parece
227 que foram ouvidos somente outros segmentos, o nosso segmento nunca foi ouvido. É
228 uma questão muito sensível que mexe com a vida do agente penitenciário e da família
229 dele. O agente penitenciário fora do ambiente do trabalho, sem possibilidade de
230 proteção, caracteriza o fortalecimento do crime organizado. É por isso que estamos
231 fazendo o pedido de inclusão na pauta desta reunião. Obrigado.

232

233 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Só um
234 esclarecimento: que nós possamos, neste caso, ter certa visão de que esse tema é um

235 tema polêmico entre sociedade civil, trabalhadores, gestores e o próprio segmento, que
236 possamos encaminhar isso para a câmara, possivelmente, o tema entra o colocamos na
237 câmara adequada, conforme o regimento, para nos subsidiarmos de informações, para
238 que não tomemos decisão de inopinado. Os conselheiros estão aptos para poder decidir,
239 se entra na pauta já esse tema, a sugestão nossa é quarta-feira que será o tempo ideal
240 para conversarmos a respeito disso. Agora à tarde já fica um pouco atropelado.

241

242 **A Sra. Fernanda Benvenutty (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais,**
243 **Travestis e Transexuais – ABGLT)** – Boa-tarde. Almir, gostaria que ficasse um pouco
244 mais claro: a proposta dele ficaria para quarta-feira nos temas livres ou você está
245 querendo fazer uma proposta para ele apresentar na quarta-feira e levar para a câmara e
246 a câmara trazer em detalhes para debatermos?

247

248 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – A ideia agora é
249 aprovarmos a inclusão na pauta. E para que nós conselheiros tenhamos domínio sobre o
250 tema, que isso possa ser tratado numa câmara adequada e, num segundo momento, para
251 voltar para cá.

252

253 **A Sra. Fernanda Benvenutty (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais,**
254 **Travestis e Transexuais – ABGLT)** – Entendi. Hoje nós aprovamos a inclusão? Ok.

255

256 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Debatermos quarta
257 e encaminhamos isso para a câmara.

258

259 **O Sr. Wesley Barreto Bastos (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná -**
260 **Sindarspen)** – Só mais uma pequena fala, Almir, aproveitando a presença da nossa
261 secretária, desejando a ela boas-vindas, inclusive foi entregue a ela uma carta de todos
262 os secretários de segurança do Brasil para que fosse avaliado esse tema e que esse tema
263 chegasse até ao ministro da Justiça. Então, mais um aspecto para poder embasar o nosso
264 pedido.

265

266 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Estamos aptos a
267 aprovar a pauta com a inclusão do tema proposto pelo conselheiro e entrar na pauta da
268 quarta-feira pela manhã?

269

270 **O Sr. Cel. Washington França da Silva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) –**

271 Boa-tarde a todos e todas. Só aproveitar a ocasião, conselheiro Almir, e ressaltar, mais
272 uma vez, o fiz através de e-mail quando o Wesley colocou a temática a ser discutida, e
273 eu acredito que mesmo não sendo o e-mail o momento, como foi dito aqui, para discutir
274 a inserção de temáticas na pauta, mas é um tema relevante que até mereceria um pouco
275 mais de diálogo no e-mail por parte de alguns companheiros. Então, eu quero
276 manifestar, mais uma vez, o meu apoio à inclusão dessa temática que considero
277 extremamente relevante e que considero estarem sendo os profissionais, agentes
278 penitenciários, que os vejo como profissionais de segurança pública, incompreendidos e
279 que eles precisam ser valorizados e que lhes seja dada a atenção devida com relação à
280 questão do porte de arma. Obrigada.

281

282 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) –** Com a posição do
283 nosso companheiro Washington, podemos ir para a aprovação da pauta? Então, os
284 conselheiros que aprovam permaneçam como estão. **Está aprovada a pauta da nossa**
285 **reunião.** Passamos a palavra à nossa presidente, Regina Miki.

286

287 **A Sra. Regina Miki (Secretária Nacional da Secretaria Nacional de Segurança**
288 **Pública – MJ) –** Boa-tarde a todos e todas novamente. Primeiro de tudo pedir
289 desculpas, este auditório aqui é um formato horrível. Mas, infelizmente, o Ministério da
290 Justiça não tem espaço para mais nada, inclusive, todos os senhores sabem, o Shopping
291 ID onde se faz as reuniões é alocado já, o Depem, quem está cuidando disso mais de
292 perto é o Marcelo, está saindo daqui do Ministério da Justiça para deixar mais espaço, a
293 Força Nacional está saindo do Anexo II e indo para o Anexo I, ficaria o Anexo todinho
294 lá com a Força, estão tentando dar uma mexida aqui para ver se conseguimos ganhar um
295 pouco de espaço. Em contrapartida, vamos perder todo o espaço aqui embaixo onde era
296 o Conasp, onde foi a Consesp, porque o IPHAN não permite que fique aqui embaixo
297 pessoas dado ser patrimônio histórico e acabamos tendo de fazer reunião em um
298 auditório desse tipo, é contraproducente, eu acho que não ficamos em um formato ideal
299 para que possamos dialogar, é horrível isso aqui, mas em todo caso, é o que temos no
300 momento. Dizer que é muito bem-vinda a pauta que foi colocada pelos senhores, todas
301 elas, inclusive a discussão sobre o porte de armas para agente penitenciário. Eu acho
302 que temos muitos prós e temos alguns contra também, temos que debater. Não acho que

303 a valorização do profissional passe pelo porte de arma, não vejo dessa forma, acho que
304 se isso chegar à conclusão é um direito e não uma valorização, mesmo porque se eles
305 não tivessem porte de arma em serviço seria diferente, em serviço todos têm. Então,
306 acho que a discussão não passa por valorização, passa por outros assuntos, até mesmo
307 pelas mortes com que eles estão passando pela função que exercem, aí não tem
308 problema nenhum, tem que ser debatido. Dizer que, infelizmente, eu tive uma mudança
309 na minha agenda por conta da agenda do ministro, o ministro tem que ir hoje à noite
310 para Washington substituir a Presidente da República e eu na quarta-feira terei que
311 substituir o ministro numa agenda fora também. Amanhã estarei aqui e eu não sei o
312 horário que vão conseguir ir para o Congresso, se forem, vocês já têm horário? Se tiver
313 eu dou um jeito na minha agenda para ir com os senhores lá porque é de fundamental
314 importância estarmos juntos, se eu não puder ir, com certeza, o doutor Marcelo vai junto
315 como conselheiro e também representando o Conasp. No mais era isso, nós estivemos
316 juntos há pouco tempo e pedir aos senhores toda a compreensão da ausência e mais uma
317 vez a compreensão pelo local que não é adequado mesmo. Se soubéssemos o número de
318 pessoas até poderia ter sido feita na Sala 502 porque com esse número de pessoas daria,
319 mas 50, lá já não comporta. Almir, você prossegue.

320

321 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Vou passar a
322 palavra ao nosso secretário executivo que fez o convite para o próximo tema para
323 apresentação.

324

325 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Pela ordem então o tema
326 seria uma apresentação bem simples do andamento dos projetos de leis e PECs
327 relacionados à segurança pública, em tramitação no Congresso Nacional. Temos aqui o
328 Walter, representante da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça,
329 que faz esse acompanhamento do trâmite legislativo junto ao Congresso Nacional, que
330 deve ter mais informações para passar para nós e termos uma base para discussão
331 amanhã com a presença do senador João Capiberibe. Então, é bom sabermos tudo, não
332 só a 24, mas um panorama geral de como estão os projetos ligados ao Susp, Sinesp, a
333 questão da regulamentação das Guardas. O Walter vai passar para nós.

334

335 **O Sr. Walter (Secretaria de Assuntos Legislativos – SAL/MJ)** – Boa-tarde a todos.
336 Eu sou Walter, Secretaria de Assuntos Legislativos. Eu começo então pela melhor

337 notícia que é a publicação de Decreto do Sinesp. A lei foi regulamentada já quase um
338 ano e vinha trabalhando na regulamentação nas normas menores que vão dar estrutura e
339 efetividade na implementação da lei. Então, foi publicado no dia 15 de agosto o Decreto
340 de Regulamentação do Sinesp. A sigla é comum a todos, não há essa dificuldade. Outra
341 notícia de trâmite legislativo foi a PEC 325 que trata de alteração do Artigo 144 do
342 Capítulo de Segurança Pública. Essa PEC foi aprovada a admissibilidade dela na CCJ,
343 isso foi na semana passada. Agora destaco que qualquer trâmite de Projeto de Emenda à
344 Constituição é trâmite demorado, há a constituição de um comissão específica para
345 tratar de cada PEC, então, o fato de ela ter sido aprovada na CCJ só aponta um sinal,
346 mas não significa que ela já tenha um caminho curto pela frente. O Sistema Único de
347 Segurança Pública foi tratado no encontro de Cuiabá, o deputado Efraim fez o panorama
348 do trâmite legislativo das impressões dele a respeito do projeto e no âmbito no
349 Ministério da Justiça foi constituído um GT para apresentar uma proposta também que
350 viesse a conciliar a iniciativa no Congresso Nacional, projeto que já vinha tramitando,
351 com o que tem o Executivo a propor com sua visão dos profissionais que trabalham na
352 área. As atividades desse GT já foram encerradas, contudo, o projeto ainda não pode ser
353 divulgado porque depende ainda de o ministro mesmo conhecer o projeto. Nesse ponto,
354 a doutora Regina pode explicar melhor.

355

356 **A Sra. Regina Miki (Secretária Nacional da Secretaria Nacional de Segurança**
357 **Pública – MJ)** – É o seguinte: amanhã à tarde temos uma reunião com a SAL para
358 fecharmos os últimos pontos para levarmos ao ministro. Eu acho você poderia dar uma
359 geral no que vai para a mão do ministro, só que nós não vamos dar nada impresso aos
360 senhores porque o ministro não viu ainda, nós passamos até comentar. Meu
361 compromisso é o seguinte: na hora que o ministro olhar e dizer é isso que o Ministério
362 da Justiça pensa nós passamos por escrito para os senhores e os senhores então terão um
363 prazo para manifestar dentro daquilo que pactuamos com o ministro. Você poderia,
364 Walter, dar as linhas gerais do que foi discutido, os principais pontos, como estamos
365 pensando e, posterior a isso, na hora que o ministro falar: “É isso”, vamos fechar
366 amanhã para levar para ele, amanhã à tarde já tenho uma reunião fechada com o doutor
367 Marivaldo, secretário de Assuntos Legislativos para que fechemos isso e encaminhemos
368 ao ministro. Tão logo encaminhemos, vamos retornar aos senhores, dando um prazo
369 razoável para que os senhores possam se manifestar e aí vocês corram dentro da lista
370 que vocês têm, e-mails, e mandam para nós com sugestões, os prós e contra, para

371 mandarmos para o ministro, ele irá encaminhar como substitutivo, eu não me lembro o
372 nome do deputado que vai entrar com o substitutivo, mas acho que é o Efraim.

373

374 **O Sr. Walter (Secretaria de Assuntos Legislativos – SAL/MJ)** – Ele não é mais da
375 comissão. Mas esses aspectos ainda serão conciliados.

376

377 **A Sra. Regina Miki (Secretária Nacional da Secretaria Nacional de Segurança**
378 **Pública – MJ)** – Ele entra como substitutivo porque já tem um projeto lá que, na
379 realidade, é uma colcha de retalho, foi um apanhado de tudo que tinha aqui e mandaram
380 para lá e aí não enfrentaram alguns problemas que temos que enfrentar. De toda sorte,
381 nós estamos com muita cautela, não pelos senhores, mas porque o ministro não viu
382 ainda. Eu volto a dizer, o ministro por liberalidade está ouvindo a sociedade, está
383 ouvindo todos os agentes de segurança pública e ele mesmo ainda não foi ouvido, quer
384 dizer, está ouvindo por intermédio da sua secretaria. Essa é a razão pela qual nós não
385 daremos isso impresso aos senhores, porque por mais que peçamos para não vazar, não
386 é verdade. Todo mundo aqui sabe disso, se eu passar com sigilo, amanhã está na
387 imprensa. Eu não vou fazer isso porque, a meu ver, seria uma indelicadeza com o
388 próprio ministro. Mas pode comentar, Wálter, não tem problema, você faz o comentário
389 do projeto do jeito que está e eu me comprometo com os senhores que tão logo o
390 ministro diga: “É isso”, nós transmitimos e daremos um prazo acho que de uma semana,
391 dez dias para que os senhores se manifestem, não é tão extenso, e os senhores têm
392 oportunidade de nos mandar de volta para que possamos repassar ao ministro.

393

394 **O Sr. Walter (Secretaria de Assuntos Legislativos – SAL/MJ)** – Bem, o que se
395 procurou trabalhar? Quando se fala de Sistema Único de Segurança Pública há
396 necessidade que se parta dessas concepções principiológicas que são do conhecimento
397 da maioria de vocês. Foi assim que se iniciou. Estes são os três pontos que eu gostaria
398 de falar a respeito da concepção do projeto: a observação dos direitos e garantias que
399 faz parte da concepção principiológica e todo elenco que diz respeito à formação dos
400 profissionais, à valorização, à capacitação, isso foi mantido e tentado melhorar o que já
401 tinha recebido do Legislativo. A outra questão, que é o coração do projeto, é a questão
402 do financiamento público. Ainda não se tem um consenso do formato desse
403 financiamento. É uma realidade que todos vocês conhecem. Foi apresentada uma
404 proposta que vai ser encaminhada ao ministro. Esse é o coração realmente do projeto e

405 uma ideia de vanguarda, posso assim dizer, que seria a constituição de uma câmara que
406 seria responsável pelos fins que o SUSP atenderia. Basicamente, é assim, assim que
407 tiver o projeto, a doutora Regina informou que vai ser encaminhado aos senhores. Bem,
408 situação de PEC é a mesma situação. Toda PEC demanda a constituição de comissões
409 específicas para o estudo e aprovação das PECs, ou seja, PEC tem um trajeto longo,
410 independentemente da comissão que ela estiver vai demandar um longo trajeto. Isso que
411 é importante pensar a respeito de PEC. Mas, basicamente é isso, o Alex tinha pedido
412 sobre todos os projetos que tratam de segurança pública. Aí há uma grande dificuldade
413 realmente porque nós tentamos puxar primeiro os projetos que estão na pauta. É uma
414 lista enorme. Agora todos que tramitam é impraticável analisar. Até porque o projeto
415 merece atenção quando ele ganha algum destaque. O projeto muitas vezes está parado.
416 Para esse projeto não vale a pena ainda dedicar energias porque ele que não teve algum
417 impulso, seja por parte de interesses de categoria etc. A Lei Geral da Polícia Civil.
418 Houve um trabalho intenso no final do ano passado até março deste ano, de muita
419 articulação, de troca de informações, de propostas de textos entre o inicial, o 1949/2007
420 do Legislativo, que, na verdade, tinha sido apresentado pelo Executivo e a ideia do
421 substitutivo que o Ministério da Justiça começou a encabeçar. Tudo isso foi
422 encaminhado em março e entregue a proposta às pessoas responsáveis. De lá pra cá
423 todos sabem do contexto social e político que o país passou a viver e o Congresso
424 Nacional passou a determinar hierarquias a pautas vinculadas também a essa realidade
425 social e política que o país passou a viver. O projeto então perdeu destaque, digamos
426 assim, mas não significa que ele não possa ser retomado desde que haja uma janela,
427 uma oportunidade e um ambiente para que isso aconteça. O projeto chegou a um nível
428 de avanço considerável porque todas as opiniões foram consideradas, todas as opiniões
429 que a SAL recebeu foram encaminhadas por vários segmentos, vários grupos foram
430 considerados e também da outra parte foi apresentado o que se considerava inadequado
431 incluir e se chegou, por consenso, àquele texto que foi entregue. Então, basicamente,
432 caso volte a caminhar, é algo já tem um amadurecimento, claro, sujeito a melhora. Mas,
433 é isso então. Obrigado.

434

435 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Se alguém tiver alguma
436 questão a colocar a respeito desse assunto.

437

438 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) –**
439 Inicialmente dar uma boa-tarde ao Walter. É um prazer tê-lo conosco novamente.
440 Quando nós levantamos essa pauta, Walter, qual era o objetivo dela? O Conasp é um
441 órgão da Senasp, parceiro da Senasp. E qual é a nossa preocupação? É saber qual ou
442 quais projetos de lei ou PEC que tramitam no Congresso Nacional que há interesse da
443 Senasp e seu funcionamento para que este Conselho possa na sua multicomposição
444 ajudar, de alguma forma, a Senasp na questão de fazer com que esse projeto possa
445 realmente ter o apoio devido. Por isso que nós queremos saber quais são os projetos que
446 hoje estão no olhar da Senasp, qual o seu posicionamento para que nós possamos
447 discutir aqui e sermos parceiros da Senasp nesse sentido.

448

449 **O Sr. Cel. Washington França da Silva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) -**
450 Boa-tarde, Walter. Eu gostaria de saber especificamente em relação ao projeto do Susp.
451 Primeiro, talvez quem possa responder isso seja a secretária Regina, se já tem alguma
452 expectativa de quando é que esse projeto poderia chegar aqui ao Conasp e se ele vai ser
453 apenas apresentado aqui ou se nós vamos ter oportunidade de debatê-lo? A outra
454 questão é se nesse desenho que está sendo feito desse projeto se está sendo discutido,
455 efetivamente, qual é a concepção mesmo já que todo objetivo é promover a articulação,
456 integração dos órgãos? O entendimento nosso é de que o Sistema Único de Segurança
457 Pública é um termo um tanto quanto equivocado porque a segurança pública é diferente,
458 a natureza de trabalho de concepção é diferente da saúde, onde você tem na segurança
459 vários outros órgãos envolvidos, diferentemente da saúde. Então, não seria mais
460 adequado discutir ao invés de Sistema Único de Segurança um Sistema Integrado de
461 Segurança?

462

463 **O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais**
464 **Militares e Bombeiros do Brasil) –** Bom, primeiro, ficou uma dúvida. Você falou da
465 boa notícia da PEC 325. Do que mesmo ela trata?

466

467 **O Sr. Walter (Secretaria de Assuntos Legislativos – SAL/MJ) –** Ela traz a autonomia
468 das perícias, artigo nº 144.

469

470 **O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais**
471 **Militares e Bombeiros do Brasil) –** Segundo, até o senhor falou ali, eu acho que é

472 mesmo por aí porque, se não me engano, o tal do Susp é a regulamentação do parágrafo
473 7º do artigo 144. É isso? Essa regulamentação que se chamou de SUSP para fazer um
474 sistema integrado?

475

476 **A Sra. Regina Miki (Secretária Nacional da Secretaria Nacional de Segurança**
477 **Pública – MJ)** – Um pouco mais do que isso, coronel, porque a ideia do Susp é
478 inclusive mexer no conselho, no Fundo Nacional de Segurança Pública, é um pouco
479 mais do que isso.

480

481 **O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais**
482 **Militares e Bombeiros do Brasil)** – Quer dizer, seria a regulamentação que até hoje
483 não foi feita e também o orçamento que se chegou à conclusão que o grande quê da
484 coisa é mesmo dinheiro, financiamento.

485

486 **A Sra. Regina Miki (Secretária Nacional da Secretaria Nacional de Segurança**
487 **Pública – MJ)** – É isso mesmo. É aquela linha que adotamos na reunião. Bom, não
488 diante nada eu ter uma lei que diga, é a regulamentação do Parágrafo 7º, incluindo
489 financiamento porque senão também não adianta nada.

490

491 **O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais**
492 **Militares e Bombeiros do Brasil)** – Então, agora, eu entendi. É muito mais. Isso vai
493 estar atrelado, na verdade, ao Susp ou a esse projeto junto com uma Proposta de
494 Emenda Constitucional que já têm várias aí, tem que escolher a melhor para que tenha o
495 financiamento garantido na Constituição. Verba carimbada ou coisa parecida, para o
496 horror dos governadores.

497

498 **A Sra. Regina Miki (Secretária Nacional da Secretaria Nacional de Segurança**
499 **Pública – MJ)** – Na ideia, quando discutimos, é muito ruim mesmo mais um vínculo
500 dentro do orçamento, porque hoje no orçamento não existe mais poder de investimento
501 em quase nada em todos os Executivos, não é só no Governo Federal, o Governo
502 Estadual e o Governo Municipal também, e o restante fica muito ruim para vincular
503 mais alguma coisa. A ideia é de que tivéssemos uma receita própria que alimentasse o
504 fundo...

505

506 **O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais**
507 **Militares e Bombeiros do Brasil)** – E sempre esbarra no recurso...

508

509 **A Sra. Regina Miki (Secretária Nacional da Secretaria Nacional de Segurança**
510 **Pública – MJ)** – Isso. E que essa receita viesse de parcelas de impostos que já são
511 distribuídas em outras áreas, mas que a segurança entrasse nessa distribuição...

512

513 **O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais**
514 **Militares e Bombeiros do Brasil)** – Mas, com garantias?

515

516 **A Sra. Regina Miki (Secretária Nacional da Secretaria Nacional de Segurança**
517 **Pública – MJ)** – Com garantias. E que a transferência fosse fundo a fundo razão pela
518 qual dizemos que seria um Sistema Único de Segurança, embora muito diferente do que
519 é o SUSP, mas que essa transferência feita fundo a fundo poderia ser feita fundo do
520 estado e fundo do município para fazer frente à prevenção. Porque hoje o Fundo
521 Nacional de Segurança Pública tem parte de seu orçamento na prevenção e parte de seu
522 orçamento na repressão.

523

524 **O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais**
525 **Militares e Bombeiros do Brasil)** –Então, o problema dele é o contingenciamento?
526 Ficaria impedido.

527

528 **A Sra. Regina Miki (Secretária Nacional da Secretaria Nacional de Segurança**
529 **Pública – MJ)** – É contingenciamento. É exatamente isso. Na realidade, é isso,
530 Coronel.

531

532 **O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais**
533 **Militares e Bombeiros do Brasil)** – A última pergunta interessa a minha instituição,
534 Polícia Militar, eu represento os trabalhadores. Nós também encaminhamos para a
535 secretária, formalmente, uma proposta da nossa Lei Orgânica ou Lei Geral, como
536 queiram, das Polícias Militares que, na verdade, já está lá no Congresso pronta. Nós
537 estamos apresentando uma ideia de um substitutivo para aproveitar, já que estão
538 consertando a Lei Geral da Polícia Civil e acho que tem que ser mesmo, e nós também.
539 Estamos com uma Lei de 1969.

540

541 **A Sra. Regina Miki (Secretária Nacional da Secretaria Nacional de Segurança**
542 **Pública – MJ)** – Está lá na SAL a regulamentação das Guardas, a Lei Geral da Polícia
543 Civil, agora a PEC 325, que entra no nosso pacote. A das Guardas Municipais está no
544 plenário deve ser votada brevemente. A Lei Orgânica da Polícia Militar que também
545 está na SAL, conforme eu já havia dito ao senhor que teria sido encaminhada para lá
546 para que possamos formatar e incluir. Bom, conselheiro Washington, a ideia é de que
547 levemos isso o quanto antes. Eu só não posso garantir nada ao senhor porque realmente
548 esta semana era para o ministro estar aqui conosco para despachar tudo isso. Hoje ele
549 tem quer ir para Washington. A agenda dele tem tomado um rumo que não temos
550 controle, eu não posso dar a data para o senhor. Agora, dizer que isso não será debatido
551 aqui pelos senhores também não vejo por que, mesmo que os senhores opinem em dez
552 dias e encaminhem ao ministro, este pleno tem total condição de debater isso e enviar
553 outras sugestões lá no Congresso mesmo, porque o trâmite lá, infelizmente, não é tão
554 rápido quanto queremos. Lá estando pode aqui ter um debate, inclusive este Conselho é
555 um órgão consultivo do ministro. Mas, se ele achar que parte do que este Conselho
556 queria não foi contemplado pelo ministro, não impede de os senhores fazerem outro
557 documento e encaminhar para o Congresso. O processo legislativo não está atrelado a
558 nada, o processo legislativo é independente. Ele ocorre no Congresso. Depois de
559 encaminhado para lá mesmo quando é PL nosso lá é autônomo, é outro processo. Não
560 estamos atrelados, nem os senhores e nem nós. Eu só me comprometo de passar para os
561 senhores assim que tiver e não vou dar data porque se eu der uma data vou ter cumprir e
562 não vou cumprir porque não é minha agenda, é agenda do ministro, então, não posso dar
563 data pela agenda dele. E também digo assim: por mais chegue para nós qualquer
564 indicação de colegiados e tudo mais, nada disso é vinculante e os senhores sabem muito
565 bem, é um órgão consultivo do ministro da Justiça, ele pode acatar ou não dentro das
566 convicções dele. Então, a liberalidade da discussão é total, sem dúvida nenhuma, e acho
567 que tem que ter um debate aqui, realmente tem que ter. Agora, se os senhores quiserem
568 fazer um debate independente, só com a formação do que os senhores pensam também
569 pode fazer e mandar sugestão. Eu acho que para ser proveitoso deveriam esperar o que
570 vem do ministro porque aí não parte do zero, já tem alguma coisa na mão, mas é
571 autônomo.

572

573 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Gostaria de
574 agradecer a presença do senhor Walter aqui. Muito obrigado.

575

576 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Bem, o que tínhamos para
577 hoje era isso. Não previmos que poderia ser tão rápido. Então, estamos com tempo aqui.
578 O que podemos fazer é antecipar o balanço das atividades que será feito amanhã,
579 discutir algumas questões de pauta e ficaria livre para a plenária discutir o que vai tocar
580 agora. Temos ainda metade da reunião nesse período vespertino.

581

582 **O Sr. Sr. Washington França da Silva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** –
583 A temática das armas para os agentes penitenciários não poderia ser começado já o
584 diálogo sobre ou não?

585

586 **A Sra. Regina Miki (Secretária Nacional da Secretaria Nacional de Segurança**
587 **Pública – MJ)** – O debate acho que pode. Tem quórum. E temos até às 18 horas. Acho
588 que podemos adiantar.

589

590 **O Sr. Wesley Barreto Bastos (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná -**
591 **Sindarspen)** – Corroborando com a ideia dos conselheiros se for possível iniciarmos o
592 debate já com aquelas ideias iniciais da defesa prévia que fizemos, nós já agradecemos e
593 também a oportunidade de poder explicar sobre o tema.

594

595 **A Sra. Regina Miki (Secretária Nacional da Secretaria Nacional de Segurança**
596 **Pública – MJ)** – Conselheiro, o senhor poderia fazer parte aqui, colocar a proposta,
597 explicar e debater. Veja bem, são 3h45 minutos, o senhor poderia colocar e os
598 conselheiros debatem se chegarem a um consenso, os senhores têm quórum e os outros
599 foram convocados, quem não está aqui deve ter justificado. E aí se os senhores
600 chegarem à conclusão de que já podem fechar o debate não tem problema nenhuma.

601

602 **O Sr. Wesley Barreto Bastos (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná -**
603 **Sindarspen)** – Nós só pedimos um pouco de atenção quanto a essa questão porque tem
604 um colega do Ceará, Augusto Coutinho, que é o titular inclusive aqui no Conasp, e ele
605 também se propôs a participar do debate, tem algumas ideias a colocar, mas ele só
606 poderá chegar amanhã.

607

608 **A Sra. Regina Miki (Secretária Nacional da Secretaria Nacional de Segurança**
609 **Pública – MJ)** – Pode fazer o debate e fecha na quarta-feira.

610

611 **O Sr. Wesley Barreto Bastos (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná -**
612 **Sindarspen)** – Agradeço. Boa-tarde a todos. Meu nome é Wesley Bastos e sou
613 representante das agentes penitenciários, represento aqui o Sindicato dos Agentes
614 Penitenciários do Paraná, que foi a entidade eleita, a Federação Brasileira dos Agentes
615 Penitenciários e a Federação Nacional dos Sindicatos dos Agentes Penitenciários –
616 Fenarspen. Desde o dia 2 de julho, nós montamos acampamento em frente ao Congresso
617 Nacional com o objetivo de ganharmos a sensibilidade do Congresso Nacional quanto à
618 questão da defesa da vida do agente penitenciário fora do ambiente do trabalho. Por que
619 resolvemos tomar essa atitude? Porque nós entendemos que não se pode mais tratar essa
620 questão como secundária, tendo em vista as diversas mortes anuais provocadas contra a
621 categoria e com características principais de ataque do crime organizado, como tivemos
622 recentemente no Acre onde atacaram um colega agente penitenciário e avisaram que
623 aquele ato estava sendo praticado pelo PCC e que iriam pegar um colega em cada
624 unidade prisional daquele estado até que passasse em todas as unidades como forma de
625 recado de retaliação. Infelizmente, o Estado brasileiro não tem ajudado o sistema
626 prisional. Para ser mais específico, o sistema prisional brasileiro está abandonado,
627 infelizmente. E quem sofre com o abandono é a clientela do sistema penitenciário, ou
628 seja, os internos e o próprio agente prisional que fica à mercê da criminalidade. Por
629 quê? Porque se não existem condições de alojamento adequado para os internos, a
630 pessoa que vai dizer que não existem essas condições é o agente penitenciário, se não
631 existe uma aspirina a ser dada ao preso quem vai dizer não ao preso é o agente
632 penitenciário, então o agente penitenciário é a personificação do Estado ali naquele
633 momento perante o preso. Fora as outras condições que são inimagináveis e desumanas,
634 condições de superlotação, de falta de colchões, aqui, por exemplo, no Complexo
635 Penitenciário da Papuda, onde sou servidor, os presos sofrem de falta d'água, com falta
636 de luz, muitas vezes temos problemas com alimentação também que não chega no
637 horário. Então, todo esse reflexo negativo que é passado ao preso acaba também por
638 atingir o agente penitenciário que por parte do Estado é a vítima. E quando esse agente
639 sai do ambiente do trabalho para sua residência, ele não conta com uma política efetiva
640 de segurança pública que resguarde a sua vida e a da sua família. Por quê? Porque é

641 impossível o Estado tutelar a segurança de todos os servidores que saem. Se o Estado
642 hoje não consegue tutelar a segurança do cidadão comum de forma efetiva, o que dirá
643 do servidor que está mirado pela criminalidade. Então, recentemente, já foram citados
644 aqui, diversos casos de assassinatos de agentes penitenciários por todo o país e todos
645 esses motivos nos levaram a acampar de frente ao Congresso Nacional pedindo que esse
646 Parlamento derrube o veto de nº 2/2013 que foi o veto que impediu que os agentes
647 penitenciários portassem arma de fogo fora do ambiente de trabalho, que foi o veto que
648 enterrou o PLC nº 87/2011, porque sabemos que a derrubada de um veto hoje no
649 Congresso Nacional é praticamente impossível, tivemos, na última semana, o exemplo
650 de 4 vetos que não foram derrubados, mesmo com novas regras editadas pela própria
651 mesa do Congresso Nacional. Então, essa é uma explanação inicial para que seja
652 colocada em debate essa questão. Acho que é imperioso que este Conselho se manifeste
653 acerca desse tema porque os agentes penitenciários não aguentam mais ser assassinados
654 como se fossem moscas, e é isso que acontece hoje no nosso país. Muito obrigado.

655

656 **A Sra. Regina Miki (Secretária Nacional da Secretaria Nacional de Segurança**
657 **Pública – MJ) –** O debate está aberto.

658

659 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) –** Bom, como o
660 nosso conselheiro Washington falou e o Wesley e, certamente, até quarta-feira nós
661 vamos aprofundar um pouco esse tema, a sociedade civil tem uma visão com relação a
662 esse tema não que seja contra o porte de arma, mas que ainda não estamos convencidos
663 de modo científico que essas mortes que estão ocorrendo são por conta da falta do porte
664 de arma ou por outra razão? Nós não sabemos, então, existem perguntas que precisamos
665 tomar conhecimento e, certamente, nós estaríamos num caminho quando estivéssemos
666 convencidos de apoiar a todo profissional que se preserve a vida dele também, é claro,
667 nós trabalhamos pela vida, como é que a vida agente penitenciário não seria também
668 vista dessa forma. Agora com relação ao porte de arma e se depois do trabalho nós não
669 estamos convencidos da parte da sociedade civil que nós representamos, existem outros
670 representantes da sociedade civil que também pode ter outra visão, mas nós precisamos
671 de mais informações, por isso que é um tema que é polêmico, se ele tivesse esclarecido
672 todos os pontos, ele não estaria dentro de uma polêmica. Então, a ideia aqui é
673 construirmos muito mais perguntas e respostas para nos sentirmos convencidos para
674 tomar uma decisão.

675

676 **A Sra. Regina Miki (Secretária Nacional da Secretaria Nacional de Segurança**
677 **Pública – MJ)** – Wesley, quantos agentes penitenciários temos nos estados? Você tem
678 esse nº mais ou menos?

679

680 **O Sr. Wesley Barreto Bastos (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná -**
681 **Sindarspen)** – Nós somos cerca de 50 mil servidores penitenciários ao todo, 60 mil,
682 salvo engano.

683

684 **A Sra. Regina Miki (Secretária Nacional da Secretaria Nacional de Segurança**
685 **Pública – MJ)** – Só estadual? Federal são três mil e poucos.

686

687 **O Sr. Wesley Barreto Bastos (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná -**
688 **Sindarspen)** – E sem considerar os agentes penitenciários federais.

689

690 **A Sra. Regina Miki (Secretária Nacional da Secretaria Nacional de Segurança**
691 **Pública – MJ)** – Os federais não chegam a 4, não é?

692

693 **O Sr. Wesley Barreto Bastos (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná -**
694 **Sindarspen)** – Aí eu teria que saber junto à presidente do sindicato. Só para esclarecer
695 um pouco junto ao Almir que já iniciou o debate, a questão não passa se as mortes são
696 causadas pela ausência ou não do porte de arma, a questão aqui é a legítima defesa do
697 agente penitenciário quando ele está fora do ambiente do trabalho. Eu acho que não
698 existe nenhum conselheiro aqui que tenha dúvida de que o agente penitenciário está
699 mais inseguro fora do ambiente do trabalho do que dentro, talvez em alguns estados da
700 Federação a situação seja igual, mas, por exemplo, no Rio de Janeiro onde o crime
701 organizado domina, nos presídios em São Paulo onde o crime organizado faz
702 verdadeiros escritórios do crime, acho que essa dúvida não existe mais, o agente
703 penitenciário sofre constantes ameaças fora do ambiente de trabalho e que essas
704 ameaças tocam também as famílias dos agentes penitenciários. Então, a questão não é se
705 o porte de arma vai garantir ou não a vida do servidor, mas pelo menos o direito de
706 defender a vida, é isso que não temos, nós não temos o direito de defender nossas vidas.
707 E aí vemos constantes assassinatos. Obrigado.

708

709 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – A ideia que temos
710 na sociedade civil, por isso que existe essa polêmica, não é nada contra. Para nós da
711 sociedade civil que militamos, que fomos um dos construtores do Estatuto, a nossa
712 instituição junto com uma legião de instituições fomos aqueles que também construíram
713 o Estatuto do Desarmamento não concebemos a arma como um instrumento de defesa, a
714 nossa percepção é que a arma é um instrumento de ataque. Podemos nos modificar se
715 tivermos informações mais esclarecedoras, mas nós não temos informações que a arma
716 é um excelente instrumento de defesa, é um péssimo instrumento de defesa para nós e
717 um excelente instrumento de ataque. Então, são essas questões que vamos ter que
718 debater mesmo para construir aquilo que o arrazoado pode surgir do amadurecimento
719 dessas questões.

720

721 **O Sr. Pedro Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – Boa-tarde. A minha
722 proposta para que possamos ampliar esse debate tendo em vista que o argumento de
723 defesa da vida, em minha opinião, se prejudica quando os dados para promover a
724 discussão são dados de assassinato. Então, acho que a grande discussão que está em
725 pauta é por que nós defenderíamos o uso da arma pela via de outros argumentos se não
726 necessariamente somente a defesa da vida em contraposição àqueles que morrem. Acho
727 que a grande dificuldade é porque temos dados muito recentes. No estado de Rio de
728 Janeiro, por exemplo, um não policial de 18 a 29 anos tem 13 vezes menos chance de
729 morrer do que um policial de 18 a 29 anos. E esse policial usa arma. Então, a grande
730 questão é que para esse policial o fato de ele usar arma não o coloca numa estatística
731 diferente dessa de que mais morre. Então, eu acho que a grande dificuldade do debate
732 não é exatamente se somos contrários ou se somos favoráveis ao uso de arma, mas quais
733 outros argumentos poderíamos promover para se fazer esse debate fora dessa discussão
734 do que mais mata do que mais morre, porque afinal de contas, pela nossa experiência
735 com os policiais, essa não tem sido a nossa experiência. Então, se podemos fazer um
736 esforço conjunto para fazer uma discussão para além disso.

737

738 **A Sra. Regina Miki (Secretária Nacional da Secretaria Nacional de Segurança**
739 **Pública – MJ)** – Eu vou trazer à tona, corroborando com o que o Pedro está falando,
740 também não estou dizendo aqui que sou contra e nem a favor, mas muitas Guardas
741 Municipais no Brasil são desarmadas ainda, por opção dos prefeitos e tudo mais, já que
742 o Estatuto do Desarmamento prevê a arma funcional, e têm muitos guardas que estão

743 conseguindo essa extensão com liminar. Mas, ainda temos. E a própria Guarda
744 Municipal do Rio de Janeiro, por exemplo, é desarmada. Hoje acho que são perto de 8
745 mil homens desarmados. Só estou trazendo argumentos prós e contra. O conselheiro
746 Marcelo acabou de consultar o CNPCP amanhã estará reunido com os agentes estaduais
747 e federais para tratar desse assunto também, para também discutir e buscar um consenso
748 a favor ou contra, mas com orientação. Temos isso a informar também.

749

750 **O Sr. Marcelo Barros de Oliveira (Chefe de Gabinete da Senasp e conselheiro do**
751 **Conasp)** – Boa-tarde a todos. Eu sou Marcelo, chefe de Gabinete da Senasp. Estou
752 vindo compor o Conasp na cadeira destinada ao Ministério da Justiça. A minha origem
753 é a Polícia Civil do Rio de Janeiro. Então, quando a secretária falou da Guarda do Rio
754 de Janeiro desarmada, também tem por trás um pouco da questão da milícia no Rio. É
755 uma questão bem particular no Rio de Janeiro e que Guarda Municipal armada estou
756 possivelmente fornecendo mão de obra para milícia. Então, quando falamos do Rio de
757 Janeiro é uma situação peculiar e particular do Rio, independentemente da relação dos
758 outros estados.

759

760 **O Sr. Wesley Barreto Bastos (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná -**
761 **Sindarspen)** – Só para completar a minha linha de raciocínio, acompanhando as
762 palavras do conselheiro Pedro, quando nós falamos de polícia, nós temos que ter um
763 pouco de cuidado, porque a função policial por si só ela já delega uma carga de
764 insegurança, porque aquele profissional ali vai combater a criminalidade, então, essa
765 característica de um policial ter mais chance de morrer é justamente pela função que ele
766 exerce, que é uma função de segurança pública, e se ele está enfrentando o crime
767 ostensivamente com certeza ele tem mais chance de ser assassinado ou de sofrer
768 atentados devido a características de sua profissão. Com relação a essa questão da
769 milícia, não sei se vou usar as palavras corretas, agora usar esse argumento de que você
770 está fornecendo mão de obra para o crime organizado, então que tipo de trabalhador da
771 segurança pública estamos escolhendo para o nosso país? Afinal de contas o guarda
772 municipal é escolhido por concurso público. Provavelmente é feito um exame de
773 aptidão, é feita uma investigação de vida pregressa...

774

775 **A Sra. Regina Miki (Secretária Nacional da Secretaria Nacional de Segurança**
776 **Pública – MJ)** – Acho que o senhor não entendeu a colocação. A colocação do

777 conselheiro Marcello foi de que o argumento que eu dei para a Guarda Municipal do
778 Rio de Janeiro não caberia para o senhor. Ele está a favor do senhor. O senhor não
779 entendeu nada do que ele falou.

780

781 **O Sr. Wesley Barreto Bastos (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná -**
782 **Sindarspen)** – Eu entendi perfeitamente. Só que muitas vezes esse argumento é usado
783 contra nós também, por exemplo, foi um dos argumentos que escutamos aqui dentro de
784 Ministério da Justiça de que os agentes penitenciários não poderiam portar arma de fogo
785 porque fariam bico.

786

787 **A Sra. Regina Miki (Secretária Nacional da Secretaria Nacional de Segurança**
788 **Pública – MJ)** – Eu também tenho esse pensamento em segunda análise.

789

790 **O Sr. Wesley Barreto Bastos (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná -**
791 **Sindarspen)** – Toda carreira tem bons e maus profissionais.

792

793 **A Sra. Regina Miki (Secretária Nacional da Secretaria Nacional de Segurança**
794 **Pública – MJ)** – Também o que os agentes penitenciários buscam é a legalização da
795 arma que os senhores usam porque temos certeza que os senhores usam a arma fora do
796 serviço. Eu tenho absoluta certeza disso. Veja bem, estou sendo bem franca aqui. Eu
797 não tenho uma posição firmada. Eu tinha até então. Hoje estou refletindo muito. Todos
798 esses argumentos que estão sendo trazidos de que seria para fazer bico é real também,
799 que é para legalizar a arma que os senhores usam é real e é real que os senhores sofrem
800 com a violência. É para sermos francos? Vamos colocar tudo à mesa, não em problema
801 algum. Tudo isso é real. Que os senhores sofrem pelo que os senhores passam lá dentro
802 e quem tem que falar não é o senhor, não tenho dúvida alguma, o não do Estado nessa
803 hora é falado pelo senhor, como o não do Estado na rua é falado pela polícia. Eu só
804 estou trazendo argumentos aqui já que era para debater, então, temos que trazer todos os
805 argumentos. Não tenho dúvida alguma do que os senhores sofrem com isso. Não só os
806 senhores, a família dos senhores também. Não tenho qualquer dúvida com isso. Como
807 não tenho dúvida que parte dos senhores vai, sim, utilizar-se dessa arma para trabalhar
808 fora no período que não estiverem lá dentro. Não tenho dúvida nenhuma. Como também
809 não tenho dúvida que muitos dos senhores buscam a regulamentação daquilo que já
810 fazem porque os senhores já usam a arma. Então, temos que ser muito claro. Aqui

811 estamos entre profissionais da área da segurança, nós estamos entre uma sociedade que
812 se preocupa com os senhores e com os da sociedade civil também, claro, nós nos
813 preocupamos com todos, e só trazer de franqueza, é só nesse ponto. E todas essas
814 afirmações são verdadeiras.

815

816 **O Sr. Marcello Barros de Oliveira (Chefe de Gabinete da Senasp e conselheiro do**
817 **Conasp)** – Com relação à milícia, essa é só mais uma das questões lá no Rio. Eu
818 comandi uma Guarda Municipal na Baixada Fluminense. Não é que eu a desconheço
819 também desarmada. Então, não é que estou dizendo que o profissional é bom ou ruim.
820 Temos muita questão para debater nessa questão, como a própria questão do agente
821 penitenciário. O debate está aberto. Acho que é um pouco do que a presidente acabou de
822 falar. Este é um fórum adequado para colocar todas as questões. Não adianta falarmos
823 meias verdades ou debater o assunto pela metade para tentar chegar a um resultado que
824 seja objetivo e congruente de consenso aqui no Conasp.

825

826 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil)** –
827 A minha sugestão, presidente, é que pudesse trazer aí uma audiência pública para tratar
828 desse assunto. É um assunto complexo. Precisamos ouvir os que defendem, o
829 contraditório, para que o Conselho possa se manifestar pela complexidade do caso.
830 Então, eu queria propor que fosse feita uma audiência pública para discutir melhor esse
831 assunto.

832

833 **O Sr. Henrique Mendonça de O. Queiróz (Associação Nacional dos Peritos**
834 **Criminais Federais – APCF)** – Eu vejo que o debate se ampliou. Não estamos mais
835 tratando apenas dos colegas agentes penitenciários, mas de todos os profissionais
836 segurança pública. Se a sociedade vive num clima de insegurança, os profissionais de
837 segurança pública talvez vivam um pouco mais isso. Arma é a solução? Não sei. O
838 direito da pessoa se defender? É válido. Agora quais são as outras necessidades da
839 segurança pública, dos profissionais, para ter esse isolamento? Por exemplo, os guardas
840 municipais lá serem capturados pelas milícias. O que temos que fazer? A questão é
841 salarial? Então, talvez tenhamos que ampliar esse debate dentro do que já existe há
842 anos, mas talvez ampliarmos dentro do Conasp, principalmente com os argumentos da
843 sociedade, se ela tem proposta de melhorar essa condição do profissional de segurança
844 pública.

845

846 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Com a questão dos
847 peritos federais, a nossa convicção, Henrique, de estar propondo essa visão não para ser
848 contra, mas ter realmente uma clareza, porque você vai ficar com questões de
849 consciência, a parte da minha consciência e do que nós representamos também foi
850 formada pelo perito federal, o nosso representante da APCF anterior, o Agadeilton, ele é
851 um convicto de que sem arma fora do trabalho ele se sente mais seguro. E ele me
852 ensinou isso como perito federal.

853

854 **A Sra. Regina Miki (Secretária Nacional da Secretaria Nacional de Segurança**
855 **Pública – MJ)** – É pessoal. Eu acho assim, eu não sou contra a proposta da audiência,
856 eu só tenho que informar aos senhores o seguinte: nós tivemos um corte orçamentário
857 em cima de passagens e diárias, enormes. A Senasp já gastou todo o limite dela, os
858 senhores têm limite pelo Gabinete do Ministro, eu não sei como está, precisa levantar
859 para ver, e o grande problema disso é o custeio dessa audiência. Eu não sou contra, mas
860 ficaria muito complicada essa audiência, a não ser que nós substituamos um dia da
861 reunião ordinária pela Audiência Pública, eu estou só colocando por conta de problemas
862 orçamentários mesmo, não tem problema de fazer um debate maior, desde que nós
863 substituamos um dia de reunião, são dois dias, um dia faz a audiência e no outro faz a
864 próxima reunião ordinária, não há problema nenhum, e se quiserem antecipar por conta
865 da discussão estar latente, antecipa, mas ficamos sabendo que nós estaríamos
866 antecipando uma reunião ordinária e com um dia para a Audiência Pública, sem
867 problema nenhum.

868

869 **O Ten. Cel. Mesquita (Secretário-Geral do Conselho Nacional de Comandantes**
870 **Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares-CNCG-PM/CBM)** –
871 Como a discussão ficou transversal e atingiu os demais órgãos da segurança pública, eu
872 vou dar uma sugestão aqui para colaborar com os agentes penitenciários. Em alguns
873 estados brasileiros, quem sabe até na maioria, a guarda externa, a escolta de um presídio
874 para outro, a escolta para hospitais, a escolta de internos para audiências no Judiciário
875 são feitas pela Polícia Militar. Se o sistema penitenciário abraçar tudo isso e fizer essa
876 guarda externa, as escoltas, essas custódias e liberar pelo menos 30% do efetivo militar
877 para o serviço-fim que é a preservação da ordem pública, o policiamento ostensivo, será
878 que não seria um argumento bom para o colega conselheiro para agregar valores a sua

879 ideia, a ideia do seu segmento para o porte de arma porque o leque de atribuições dos
880 senhores ficaria bem maior. E hoje tem uma discussão em estados menores exatamente
881 do grande efetivo da Polícia Militar que é despendido para fazer esse tipo de serviço,
882 que se os agentes penitenciários fizessem, tivessem mais essa responsabilidade talvez
883 isso agregasse valor para o pleito deles que é porte de arma, porque hoje eles estão
884 apenas num serviço de custódia interna ali dos internos. Estou dando essa ideia, porque
885 vemos isso em alguns estados pequenos. É somente para reflexão. Não é uma imposição
886 para se colocada nem nada. Talvez não se pense no porte de armas para eles fora do
887 serviço porque talvez o âmbito de atuação deles esteja muito restrito. E se ampliar esse
888 campo de atuação e liberar um pouco de efetivo da Polícia Militar já que a discussão
889 ficou transversal. Somente isso.

890

891 **O Sr. Wesley Barreto Bastos (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná -**
892 **Sindarspen)** – Só a título de esclarecimento, pedindo desculpas ao nosso representante
893 Marcello, em nenhum momento nós queríamos dizer que o senhor não tem
894 conhecimento de causa, muito pelo contrário, sabemos do seu conhecimento de causa, e
895 o senhor com certeza está credenciado a trabalhar no Ministério da Justiça por ter
896 conhecimento de causa. O que não podemos é colocar no mesmo bojo os maus
897 profissionais e bons profissionais. Só isso que eu quis que ficasse claro. Com relação à
898 questão dos policiais nos presídios, eu penso que já é uma política atual de se policiar os
899 presídios com a premissa de que com o mesmo policial que prende não é o mesmo
900 policial que pode cuidar. Aqui no Distrito Federal, por exemplo, todos esses serviços
901 listados pelo senhor são feitos pelos agentes penitenciários, escolta, guarda externa,
902 tudo é feito pelos agentes penitenciários. E com relação ao porte de arma, fora do
903 ambiente de trabalho, não é nem por uma questão de atribuições é por que fora do
904 trabalho é que nós estamos nos sentindo inseguros. Não temos direitos à reação
905 nenhuma. Não existe hoje no país uma política pública que resguarde as nossas vidas e
906 das nossas famílias. Mas, agradeço a contribuição e com certeza acho que ficou mais
907 um excelente ponto para debate.

908

909 **A Sra. Regina Miki (Secretária Nacional da Secretaria Nacional de Segurança**
910 **Pública – MJ)** – Veja bem, a polícia do DF na realidade esses agentes são policiais
911 civis. A grande maioria. Está lá na Casa Civil, o Aviso Ministerial nº7 para discutir isso.
912 Eu não vou entrar em debate. Cel. Mesquita tem um problema com a sua proposição na

913 minha opinião, eu acho que nós teríamos mais um risco de se criar mais uma polícia.
914 Tem um problema legal constitucional. Também não tem problema nenhum desde que
915 seja incorporado à Constituição, mas temos um problema legal constitucional com
916 relação às atribuições que foram citadas, aí já é PEC, já é um problema maior.

917

918 **O Sr. Joel Malta de Sá (Conselho Nacional das Guardas Municipais)** – Quanto à
919 Audiência Pública, estava comentando aqui, nós tivemos, no ano passado, uma
920 audiência pública, sim, com esse mesmo tema, seria importante resgatar todo o trabalho
921 que foi feito, as resoluções, decisões.

922

923 **O Sr. Wesley Barreto Bastos (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná -**
924 **Sindarspen)** – Senhora presidente, permita-me só um pequeno esclarecimento? Aqui no
925 DF existia a carreira de Agente Penitenciário do quadro da Polícia Civil. Essa carreira
926 hoje está sendo substituída pela carreira de Agente de Atividade Penitenciária. Com
927 essa substituição, foi discutida a retirada desse pessoal do quadro da Polícia Civil para o
928 quadro efetivo das delegacias etc. Então, hoje quem faz toda a função dos presídios são
929 os Agentes de Atividades Penitenciárias. Em outros estados da Federação isso também
930 ocorre.

931

932 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Bom, não tendo mais
933 manifestação sobre esse tema, eu proponho aqui que adiantemos a pauta de amanhã que
934 seria a apresentação do Balanço Geral das Atividades do Conselho, uma prestação de
935 contas do primeiro semestre. Eu acho que podemos fazer essa pauta agora, se não
936 houver objeção.

937

938 **A Sra. Fernanda Benvenuty (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais,**
939 **Travestis e Transexuais – ABGLT)** – Olá, pessoal. Eu queria aproveitar que a doutora
940 Regina está aqui para só registrar que na nossa reunião do movimento ABGLT com a
941 presidente Dilma, nós falávamos daquela ficha que está sendo implementada onde
942 consta orientação sexual e identidade de gênero que tínhamos falado aqui. Eu fiquei
943 muito feliz e contente que a presidenta já sabia, ela só não se lembrava que era senhora
944 que teria levado a demanda. Mas, enquanto conselheira, eu disse e ela, ela então se
945 lembrou. Essa demanda que estava sendo apresentada era uma das reivindicações do

946 movimento ABGLT. E aqui de público eu quero agradecer a senhora por já ter
947 encaminhado isso.

948

949 **A Sra. Regina Miki (Secretária Nacional da Secretaria Nacional de Segurança**
950 **Pública – MJ)** – Fernanda, veja bem, além de já ter encaminhado, nós estaremos em
951 breve, não posso dar a data também, mas vamos lançar o portal do Sinesp, já foi
952 pactuado com os estados, já teve essa devolutiva porque logo depois da reunião de
953 vocês o Toni me ligou e já encaminhei para a presidenta o cronograma e a devolutiva.
954 Então, ela já está sabendo que está tudo certinho, tudo como aquilo que planejamos.

955

956 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Na última reunião da mesa
957 diretora ocorrida há uns 15 dias, nós fizemos uma balanço geral entre os representantes
958 dos segmentos da mesa e sistematizamos tudo para poder passar aqui para o pleno do
959 Conasp. O primeiro item é a respeito do desenho institucional do SUSP que tínhamos
960 tirado a respeito das Câmaras Temáticas, que nós definimos que iria mudar o desenho
961 do SUSP que haveria duas Câmaras Temáticas e foi passado para o Gabinete do
962 Ministro. Só que temos que ver, primeiro, a viabilidade orçamentária, esse é o grande
963 problema para que nós possamos instituir essas Câmaras Temáticas é de nós nos
964 reunirmos porque elas tivesse uma reunião intercalada entre as reuniões ordinárias, que
965 acontecem bimestralmente, e as reuniões das câmaras temáticas seriam então
966 mensalmente, mas o problema como a secretária colocou é a questão de viabilidade
967 orçamentária, porque tivemos cortes, passagem então não está dando mais para fazer
968 essas reuniões extraordinárias, nós temos reuniões ordinárias previstas bimestralmente,
969 é esta, depois a de outubro e a de dezembro que já estão previstas. Tem ainda a previsão
970 de uma extraordinária, mas a questão é que o contingenciamento orçamentário pode
971 aparecer a qualquer momento. E para vocês terem ideia da questão orçamentária como
972 uma questão que está em voga e é importante, outra questão importante que não está
973 nessa tabela, mas temos que falar é o *coffee breack*, o lanche foi cortado por razão de
974 economicidade. Vai ter o intervalo, mas só com café e água, não vai ter o lanche. Para
975 vocês terem ideia de como está a questão de corte de despesas. Portanto, tem que se
976 pensar muitas vezes antes de fazer uma reunião extraordinária. A questão das Câmaras
977 Temáticas, uma das propostas colocadas foi que elas ocorressem um dia antes da
978 reunião ordinária. Se a reunião, por exemplo, vai se realizar na quinta e sexta, as duas
979 Câmaras Temáticas se reuniriam na quarta-feira. Agora também foi colocada a questão

980 da Audiência Pública, então eu só coloco assim para o nosso planejamento nós vamos
981 ter que pensar as reuniões tendo que condensar tudo em 3 dias; reunião de câmara
982 temática, reunião ordinária e, se for o caso, Audiência pública. Podemos ir
983 amadurecendo essas discussões e até quarta-feira na hora de planejar a data do próximo
984 encontro já ter em mente esse tipo de restrição orçamentária que temos a partir de agora.
985 Outra questão de desenho institucional é a questão das representações institucionais dos
986 conselheiros. O Conasp frequentemente recebe demandas para indicar representantes
987 para outros conselhos na Esplanada dos Ministérios, para comitês interministeriais,
988 grupos de trabalho. Geralmente esses convites chegam em prazo muito exíguo, não dá
989 para esperar a próxima reunião para discutir isso, então, temos feito isso
990 tradicionalmente por e-mail e tem funcionado assim. Nós perguntamos, via e-mail,
991 quem são os interessados. Espero que todos estejam recebendo e que não haja mais
992 problema de alguém não estar recebendo. Tentamos fazer isso de forma negociada,
993 conversamos com todo mundo, quem tem disponibilidade de ir, quem não tem, de ser
994 suplente, de fazer a alternância, caso não tenha acordo, levamos para a votação, até hoje
995 não foi necessário levar representação à votação porque sempre foi decidido no diálogo,
996 no acordo, às vezes um conselho tem uma demanda muito grande, cinco conselheiros, e
997 o outro não tem ninguém, negociamos aqui quem pode ir ao outro e tal. Algumas
998 indicações eles querem necessariamente representantes da sociedade civil e outros não
999 há essa exigência, pode ser de governo ou de trabalhadores, não importa. Desculpa
1000 porque esse tema seria pauta de amanhã, com o improviso aqui para apresentar hoje,
1001 tive correr para ajeitar o material. Vou passar aqui quem está indicado nos conselhos.
1002 Tem uma questão que eu queria colocar, que é importante, e queria dizer até quando a
1003 plenária estivesse mais completa, porque os conselheiros que estão representando o
1004 Conasp em outras instâncias, que são representantes do Conasp nessas outras instâncias,
1005 o pessoal não pode confundir representação da sua entidade, como se tivesse
1006 representando a sua própria entidade em outro conselho, representa o Conasp. Então, o
1007 conselheiro deveria prestar contas ao Conasp, defender as posições do Conasp nesse
1008 outro comitê ou GT. Nós precisamos estruturar também como vai ser essa prestação de
1009 contas, eu acredito que a maior parte dos conselheiros não deve ter tido ainda reunião,
1010 talvez o único que deva ter tido é o Comitê de Juventude Viva, não sei, mas vamos fazer
1011 aqui a passagem dos nomes só para que todos saibam quem está e onde: No COMITÊ
1012 DE JUVENTUDE VIVA está a Silvana Silva e Ricardo Nascimento. A Silvana está
1013 presente aqui. O Ricardo acho que não vai estar nesta reunião. No Conselho de Defesa

1014 dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH está Duda Quadros e Willy Miranda, acho
1015 que nem dos dois está presente aqui; No **Comitê Nacional de Enfrentamento ao**
1016 **Tráfico de Pessoas (Conatrap)** está o Pedro Bicalho e Massimiliano Russo, ambos
1017 estão presentes, o GT está o Cel. Washington França, aqui no caso é só, o único
1018 interessado foi o Cel. Washington, no IV FÓRUM INTERCONSELHOS estão Alberto
1019 Cabral, Almir Laureano, Roberto Bellintani e Willy Miranda. São essas que por
1020 enquanto temos do Conasp nos outros conselhos. Os três últimos não tiveram reunião
1021 ainda, o CDDPH parece que teve uma reunião hoje, eu passei os dois nomes para eles e
1022 não sei se eles vieram, como eles são suplentes e não viriam a reunião hoje, eles até
1023 teriam disponibilidade, mas não sei se chegaram a ser convidados. Eu não sei se o
1024 primeiro conselho, JUVENTUDE VIVA se já houve alguma reunião. Silvana, você
1025 quer dar um informe?

1026

1027 **A Sra. Silvana Ribeiro da Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra - Fonajune)**
1028 – Na verdade, é o comitê gestor do plano JUVENTUDE VIVA, mas é um plano federal
1029 de enfrentamento à letalidade de juventude negra. No comitê, tem os dez ministérios,
1030 não vou me lembrar quais, mas são os principais ministérios e 3 representantes da
1031 sociedade civil que são do Conasp, do Conselho de Juventude e do Conselho de
1032 Igualdade Racial. O objetivo é monitorar como o plano está sendo desenvolvido no
1033 Estado brasileiro. Hoje o plano piloto está em Alagoas, mas tem a previsão de até 2014
1034 de expansão para mais 8 estados. A primeira reunião que eu fui foi mais para dar posse
1035 ao comitê e para ter uma conversa inicial de qual seria o plano inicial do conselho, mas
1036 ainda não está muito orgânico. Eu posso até dar um repasse, foi falha minha, acabei
1037 fazendo o repasse à organização, mas acabei não fazendo ao Conasp, mas eu tenho
1038 pronta memória da última reunião para passar para vocês. A próxima reunião será
1039 amanhã, às 3 horas.

1040

1041 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Tudo bem. É que ainda não
1042 tínhamos sistematizado esse sistema de prestação de contas, ainda era uma coisa muito
1043 improvisada, assim que chegava um convite nós perguntávamos quem queria ir e
1044 indicávamos, e não tinha falado nada disso como seria o procedimento e tal. Mas,
1045 vamos estruturar, mas é só um informe para que conselheiros do Conasp façam o
1046 acompanhamento de como está sendo representado em todas essas instâncias. Cabe,
1047 talvez, nas próximas reuniões, nos informes, sempre separar um espaço da pauta para

1048 que os representantes do Conasp em outras instâncias deem o informe de como a coisa
1049 está andando. O Juventude Viva foi o primeiro, os outros ainda não tiveram reunião
1050 ainda, mas na próxima reunião eu acredito que já vai ter isso.

1051

1052 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) –**

1053 Eu gostaria de sugerir à mesa que fosse feito um expediente a esses conselheiros que
1054 representam o conselho nos demais conselhos para que oficialize a obrigatoriedade,
1055 como você bem disse, nas próximas pautas deixar um espaço para que eles possam fazer
1056 esse repasse de informações para que nós possamos ficar atualizados do que os nossos
1057 representantes possam nos repassar.

1058

1059 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) –** Tudo bem. Vamos acatar a

1060 sugestão, não tem por que não o fazer, sempre deixar na pauta nas próximas reuniões.

1061 Alguém mais quer se manifestar no tópico I? Podemos colocar aqui como resolução

1062 nesta reunião que os conselheiros que representam o Conasp em outras instâncias

1063 devam fazer uma pequena prestação de contas de atividades a cada reunião do Conasp.

1064 Passado para o item dois, ficou decidido na 22ª Segunda Reunião Ordinária que o

1065 Conasp trabalharia articulando a contratação de consultoria para trazer uma equipe de

1066 apoio à Secretaria Executiva do Conasp no desempenho de suas atividades. Ficou

1067 aprovado pela plenária a contratação de consultoria na área de comunicação para fazer a

1068 atualização do portal, consultoria metodológica para realização da 2ª Conseg,

1069 consultoria para criação do Observatório do Conasp, sistematização da produção

1070 normativa do Conasp e da legislação do Congresso Nacional e apoio técnico de TI à

1071 Secretaria Executiva. Quanto a isso, eu tenho a dizer o seguinte: está-se discutindo com

1072 o PNUD a prorrogação do acordo de cooperação. Por quê? Os consultores são contratados

1073 via PNUD, o Ministério da Justiça tem um termo de cooperação junto ao PNUD que

1074 permite essa contratação de consultores. Esse termo de cooperação termina em

1075 dezembro, então se contratássemos algum consultor agora teria que contratar com o

1076 prazo até dezembro e depois fazer todo o processo de prorrogação, senão outro processo

1077 de novo. Então, não tem sentido você contratar um consultor agora para dois meses,

1078 seria muito dispêndio de energia: fazer um termo ordinário de referência, fazer licitação,

1079 tudo isso por um período muito curto. Então, estamos aguardando essa definição do

1080 termo de cooperação e assim que o termo de cooperação seja prorrogado, talvez não

1081 precisemos esperar até dezembro, aí nós vamos dar início ao processo de contratação de

1082 consultores, aliás, de ver a viabilidade de execução da proposta junto ao pessoal do
1083 PNUD. Com relação ao apoio técnico de TI, eu informo que agora já temos mais dois
1084 estagiários na Secretaria Executiva, eles estão nos ajudando, dentro da possibilidade
1085 deles, mas estamos com uma mão de obra um pouquinho maior. Outro tópico que foi
1086 levantado foi que seria feita uma atualização do portal pela Assessoria de Comunicação
1087 (Ascom) da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça. Com relação a isso, eu
1088 conversei com o pessoal da assessoria que me disseram que o site do Ministério da
1089 Justiça está passando por uma reformulação, então, por exemplo, o domínio não vai ser
1090 mais mj.gov.br, vai ser justica.gov.br, eles estão, no momento, empenhados em fazer
1091 essa atualização do site do ministério, por isso não poderiam atender o Conasp agora,
1092 mas que a atualização vai ser feita. Com relação ao evento preparatório da Conseg nós
1093 estamos tentando viabilizar isso, estamos discutindo como, o formato, pois o prazo está
1094 em cima, temos um ano para fazer isso, estamos tentando viabilizar um evento, não
1095 digo nem da Conseg, mas como reunir um evento mais amplo do que o Conselho
1096 Nacional de Segurança Pública que possa dar vazão às demandas, que possa ouvir aí a
1097 sociedade civil e fazer uma coisa que coloque o tema SEGURANÇA em pauta no
1098 âmbito mais amplo do que o Conasp. Mas, isso ainda está em fase de discussão, não só
1099 com o Ministério da Justiça, mas também com a Presidência da República. Sobre o item
1100 dois, alguém tem alguma manifestação? Bom, não tendo, passemos ao item 3. O item 3
1101 é a questão da AGENDA POSITIVA, que foi tirada na reunião da Mesa Diretora.
1102 Lançamento do Sinesp, estratégia de divulgação. A ideia que foi tirada é que assim que
1103 o Sinesp fosse aprovado e lançado, o Walter já veio aqui e nos deu uma notícia boa
1104 também de que a coisa andou, mas que o Conasp participasse da estratégia de
1105 divulgação, participasse não só do lançamento, mas que os conselheiros divulgassem
1106 em suas bases nos seus estados a existência, os parâmetros, os conteúdos do Sinesp em
1107 suas localidades. E com isso teriam apoio institucional do Conasp para aprovação do
1108 PL, no caso do Sinesp, apoio do Conasp para aprovação do PL do Susp, que já
1109 discutimos, o Wálter já nos deu o posicionamento da SAL. A PEC 24. Vem aqui
1110 amanhã o senador João Capiberibe, lembrando, mais uma vez, que essa apresentação
1111 era uma apresentação que seria feita amanhã à tarde, estamos antecipando, por isso que
1112 as coisas estão um pouco atropeladas, ele virá amanhã e já estamos falando da PEC aqui
1113 hoje. E o programa de investimentos federais a exemplo do Brasil mais Seguro, então,
1114 como acontece, temos aqui os itens, temos que verificar o retorno com o Sinesp, já
1115 estamos fazendo isso, articular agenda com o Congresso Nacional, apresentação do PL

1116 pelo Ministério da Justiça, assim que o projeto de lei estiver pronto, agenda com o
1117 senador Capiberibe amanhã e a apresentação da Senasp dos programas federais em
1118 andamento e os editais abertos ou a serem abertos. Alguma questão sobre o item 3?
1119 Passemos então ao item 4. Item 4. Andamento de todas as demandas que foram
1120 aprovadas pelo pleno do Conasp neste ano, inclusive até uma demanda que já tinha sido
1121 aprovada em anos anteriores, mas que foi cobrada e demos o andamento, então são
1122 basicamente os ofícios, moções e decisões colegiadas que foram enviados pela
1123 Secretaria Executiva para outras instâncias. Primeiro, um ofício ao secretário de
1124 Segurança do DF. O assunto seria a criação de uma Secretaria de Administração
1125 Penitenciária no Distrito Federal. O Conasp enviou uma moção nesse sentido, se não me
1126 engano foi o conselheiro Wesley quem pediu, desculpe a falta de não ter a data de
1127 envio, mas posso dizer que esse ofício foi enviado há uns 2 meses mais ou menos foi
1128 antes da reunião de Cuiabá, o pedido foi feito na 22ª Reunião, então ele foi enviado
1129 mais ou menos na segunda quinzena de junho. Eles receberam, mas ainda não há
1130 qualquer retorno. Depois foi também enviado ofício ao secretário de Segurança do
1131 Ceará a respeito da demissão de profissionais de segurança pública. Foi enviado
1132 primeiro ao Secretário de Segurança Pública, no início de junho. Durante a reunião de
1133 Cuiabá foi retificado: não deveria ter sido enviado ao secretário e sim ao governador,
1134 então, foi reenviada, era moção, solicitando audiência sobre a demissão dos
1135 profissionais de segurança pública. Não obtivemos resposta e não checamos mais com o
1136 secretário porque o caso não era mais com ele. Foi enviado para lá na segunda quinzena
1137 de julho, foi recebido, mas ainda não há resposta por parte do governador. Foi aprovada
1138 também na reunião extraordinária de Cuiabá uma moção para ser enviada à Presidência
1139 da República tratando da questão da sanção de projeto da papiloscopia, a moção foi
1140 enviada, salvo engano, no dia 27 de julho, em caráter de urgência, o texto *ipsis literis*
1141 foi levado diretamente à Presidência da República e a questão de sanção ou não foi
1142 definida lá pela Presidência. Também não tem nenhum representante aqui dos
1143 conselheiros interessados, mas a Secretaria Executiva fica aberta aos conselheiros que
1144 queiram perguntar, mas estou dando aqui o andamento geral de todos os casos. Depois
1145 uma decisão colegiada foi enviada ao Gabinete do Ministro que era a questão do
1146 desenho institucional do Conasp. Eles devolveram à Secretaria Executiva do Conasp
1147 dizendo que não tinha nada a fazer. Na verdade o que tinha a fazer seria editar uma nova
1148 portaria mudando o Regimento Interno do Conasp porque o regimento prevê, se não me
1149 engano, 4 grupos temáticos, e o desenho institucional prevê dois. Então, teríamos que

1150 alterar o Regimento interno. Talvez precisemos elaborar uma proposta já com a
1151 alteração, com linguagem mais formatada para projeto de lei e devolver ao Gabinete do
1152 Ministro para que faça a alteração no Regimento Interno do Conasp. Por último, outra
1153 decisão colegiada enviada ao Gabinete do Ministro que tratava do prazo para emissão
1154 de passagens, por conta do prazo muito exíguo, as passagens vinham sempre na
1155 véspera, isso tem atrapalhado o planejamento, além de encarecer o custo para o erário.
1156 Foi enviado ao Gabinete do Ministro antes da reunião de Cuiabá, naquela reunião como
1157 houve uma alteração na data de retorno dos conselheiros com prazo muito exíguo, então
1158 não tinha como cobrar o prazo de emissão no Gabinete do Ministro. Na reunião de hoje
1159 não haveria, em tese, nenhuma escusa, mas pelo que estou sabendo, as passagens foram
1160 enviadas quase que na véspera. Então, já foi feito, já mandamos para o Gabinete, da
1161 parte da Secretaria Executiva nós fazemos todo o procedimento, o nosso prazo é de 12
1162 dias anterior à data de viagem. Eu não sei a data exatamente que a chefia de gabinete lá
1163 aprova, mas eu sei que a parte de emissão de passagens sempre acontece na véspera. É
1164 uma empresa terceirizada. E um informe paralelo, só para vocês verem o problema que
1165 temos com empresa terceirizada. Recentemente, outra empresa terceirizada, que não é a
1166 que faz a emissão das passagens, a que cuida da parte administrativa, fechou as portas,
1167 faliu e deixou funcionários sem receber salários, simplesmente fechou, e boa parte dos
1168 terceirizados aqui do Ministério da Justiça estavam sem salários e não sabiam o que
1169 fazer; foram feitas várias reuniões, ameaças de greve, então corre risco ainda de
1170 perdermos vários funcionários terceirizados. Estamos nessa complicação. O ministério
1171 vai ter que arcar com esse custo como parte do período que foi trabalhado e não foi
1172 remunerado e os funcionários estão até hoje, o período do mês de julho, sem receber. A
1173 emissão de passagens é outra empresa, há muitos anos vêm mudando essas empresas e
1174 não sei por que razão elas sempre atrasam. O que eu sei é que elas são remuneradas em
1175 porcentagem do valor da passagem emitida, ou seja, quanto maior o valor emitido,
1176 maior a porcentagem que elas recebem. Talvez até mudar essa forma de remuneração
1177 das empresas de turismo que fazem emissão das passagens aéreas. Mas o fato é que a
1178 moção já foi encaminhada, esse problema é um problema crônico, não é só com o
1179 Conasp, lembrando que o Conasp tem cerca de 30 conselheiros, acontece emissão de
1180 cerca de 20 passagens, mas têm eventos muito maiores do isso, que sempre saem na
1181 véspera. Sobre o tema 4, tem alguma colocação?
1182

1183 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional)** – Eu tinha feito uma
1184 pergunta pedindo a você, em especial, informações sobre a Decisão Colegiada número
1185 6, de dezembro do ano passado. Nessa relação de tarefas eu não vi. Você conseguiu esse
1186 posicionamento? Se quiser eu leio a decisão aqui? Foi uma decisão colegiada que
1187 “garanta a participação de representantes do Conasp junto ao Grupo de Trabalho do
1188 Ministério da Justiça que vai investigar os problemas do sistema prisional”, de 6 de
1189 dezembro de 2012. Então, foi a última reunião antes da nossa formação.

1190

1191 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Não, você mandou
1192 recentemente o e-mail perguntando sobre isso, não é?

1193

1194 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional)** – Eu fiz durante a reunião,
1195 mas mandei também, posteriormente, o e-mail.

1196

1197 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Não estamos com a ata da
1198 reunião de Cuiabá ainda, por isso esse atraso. Vamos acrescentar mais essa demanda, é
1199 uma decisão colegiada legítima. Vou levantar e vamos dar resposta. Na verdade, não
1200 existe ainda a vaga para o Conasp. Seria fazer gestão para que o Conasp fosse
1201 representando nesse GT.

1202

1203 **O Sr. Wesley Barreto Bastos (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná -**
1204 **Sindarspen)** – Tem como disponibilizar aquele documento da letra a, por favor? O
1205 ofício.

1206

1207 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – **Tem. Eu vou levantar na**
1208 **reunião de amanhã, vou levantar o ofício, número, tudo certinho.**

1209

1210 **O Sr. Wesley Barreto Bastos (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná -**
1211 **Sindarspen)** – **Se for possível, disponibilizar por e-mail também.**

1212

1213 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Nós vamos colocar o número
1214 e data exata para controle dos conselheiros interessados. Mas fazer isso, com certeza.
1215 Mais alguma dúvida? Bom, se não há dúvida, está encerrado este ponto de pauta. Bom,

1216 conseguimos esgotar o tema da segunda e o tema da terça à tarde. É um bom sinal. A
1217 palavra fica aberta. Tema livre.

1218

1219 **O Sr. Wesley Barreto Bastos (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná -**
1220 **Sindarspen)** – A última palavra. Já está esgotado o tema da terça à tarde, é isso?

1221

1222 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – **É.** Seria essa prestação de
1223 contas. Eu imaginei que demandaria mais debates, mas foi mais rápido.

1224

1225 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Eu aprendi, Alex,
1226 que quando somos competentes nunca deixa de aparecer trabalho. Isso não quer dizer
1227 que vamos ficar sem trabalho amanhã. Pelo que eu vi com a secretária, que teve que sair
1228 para atender agenda no Gabinete do Ministro, amanhã de manhã vem o senador, e
1229 podemos fazer uma agenda mais qualificada. Eu queria uma salva de palmas para a
1230 secretaria que deu uma aula de organização. Parabéns pelo trabalho. Acho que hoje
1231 contemplamos a nossa pauta e nos resta agradecer a presença de todos, agradecer a
1232 presença da secretária que veio nos prestigiar e que estejamos prontos para a pauta de
1233 amanhã a partir das 9 horas no Shopping ID. Boa-tarde a todos.

1234

1235

27/08/2013

1236

Manhã

1237

Shopping ID

1238 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Bom-dia a todos e
1239 a todas. Vamos iniciar nossa reunião. E aproveitar nosso tempo, primeiramente, para dar
1240 as boas-vindas aos nossos conselheiros. Já pedimos a eles para se apresentarem. Nós
1241 temos aí o representante do CNCG, Cel.David, vamos passar a palavra a ele. Temos o
1242 Claudionor, representante da Câmara dos Deputados.

1243

1244 **O Sr. Cel. Carlos Alberto David dos Santos (Presidente do Conselho Nacional de**
1245 **Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares –**
1246 **CNCG-PM/CBM)** - Bom-dia, doutor Laureano, cumprimentando, gostaria de estender
1247 esse cumprimento a todos os membros deste colegiado. Dizer da satisfação como
1248 presidente do Conselho Nacional dos Comandantes Gerais das Polícias Militares e
1249 Corpos de Bombeiros Militares estarmos aqui participando para estudar uma forma de,

1250 realmente, implementar mais investimentos, através do Fundo Nacional de Segurança
1251 Pública. Bom-dia.

1252

1253 **O Sr. Claudionor Rocha (Câmara dos Deputados)** – Bom-dia, doutor Almir, na
1254 pessoa de quem eu cumprimento a todos os demais conselheiros. Bem, como o doutor
1255 Almir mencionou ontem, na Câmara tudo transcorre mais devagar, inclusive a indicação
1256 do nome do representante que não havia sido feita até então. Eu sou servidor de carreira,
1257 consultor legislativo da área de segurança pública e defesa nacional; fui delegado de
1258 polícia no Distrito Federal e fui diretor do Departamento de Polícia Legislativa na
1259 Câmara dos Deputados, credenciais talvez que justifiquem a minha indicação e presença
1260 aqui, de modo que pretendo ser mais um interlocutor da nossa Casa, do povo, com o
1261 Conasp, mesmo por que não tenho direito a voto no conselho na qualidade de
1262 convidado. E, naturalmente, quando eu me manifestar o farei em meu nome porque não
1263 tenho a autorização para falar em nome da Câmara dos Deputados. Entretanto, como
1264 ressaltei antes, serei um interlocutor, procurarei fazer o melhor possível no sentido de
1265 auxiliar os trabalhos do Conasp, com o qual eu tenho perspectiva de uma excelente
1266 participação de todos e cuidarei o meu melhor aqui. Muito obrigado.

1267

1268 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Bom, nós podemos
1269 aproveitar esse tempo até a vinda do senador que está prevista para dez e trinta e puxar
1270 para o tema livre mesmo que mesmo que não concluamos, poderíamos para manhã,
1271 como está previsto continuá-lo. Vocês concordam com essa sugestão? Então, está aberto
1272 o tema livre. Os conselheiros estão à vontade para fazer uso da palavra.

1273

1274 **O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e**
1275 **Identificação – FENAPPI)** - Bom-dia a todos. Eu queria só fazer um agradecimento
1276 em nome da Federação Nacional dos Papiloscopistas pela moção de apoio aprovada na
1277 última reunião em Cuiabá, moção de apoio ao PLS 244 que reconhece o papiloscopista
1278 como perito oficial que, infelizmente, o projeto foi vetado pela Presidente Dilma. E
1279 como então o ditado que fala que o jogo só termina quando acaba, nós temos chance de
1280 derrubar o veto no próximo mês. Então, eu quero externar meus agradecimentos a todos
1281 os conselheiros que votaram pela moção de apoio. Obrigado.

1282

1283 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**
1284 **MNDH)** – Bom-dia a todos e a todas. Na verdade, eu queria dar um informe porque
1285 ontem ocorreu no Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
1286 (CDDPH) a reunião da comissão que discute a segurança pública na perspectiva dos
1287 direitos humanos. E talvez por uma razão burocrática que não se conseguiu concluir, o
1288 Conasp tem assento lá eu acabei vindo à reunião e representando o Conasp. A reunião
1289 foi muito boa, muito interessante porque inclusive a Patrícia Couto que é do Fórum
1290 Nacional dos Ouvidores e também deste conselho acabou ficando com uma das
1291 relatorias, acho que vai ser extremamente importante de maneira que o conjunto de
1292 pessoas que esteve na reunião, acredito que o produto final dessa comissão que tem um
1293 período inicial de 6 meses para fazer um trabalho conclusivo de relatoria, eu acredito
1294 que vai ser um trabalho muito importante e que vai ter com certeza essa contribuição
1295 também do Conasp. E, por último, dar mais um informe que o governo junto com várias
1296 entidades da sociedade civil, eu cheguei a postar um e-mail para dentro desse grupo do
1297 Conasp, mas está aberta a adesão para o Fórum Mundial de Direitos Humanos que vai
1298 ocorrer de 10 a 13 de dezembro, aqui em Brasília, e as instituições, todas elas que
1299 queiram participar desse fórum, podem fazer a adesão pelo site [www. sedh.org.br](http://www.sedh.org.br), lá
1300 procurar Fórum Mundial de Direitos Humanos e todas as entidades representadas aqui
1301 neste conselho podem fazer a sua adesão.

1302

1303 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – OK. Eu queria
1304 pedir desculpas ao conselheiro Tácio que também está chegando aqui que ele também
1305 faça uso da palavra para sua apresentação.

1306

1307 **O Sr. Tácio Melo da Silveira (Representante da Federação Nacional dos Policiais**
1308 **Rodoviários Federais)** – Meu nome é Tácio Melo da Silveira, sou PRF há 14 anos já.
1309 Fui presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais em Alagoas Fui diretor
1310 da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais, diretor parlamentar, hoje
1311 estou cedido ao Ministério da Justiça, sou superintendente de Transporte de Trânsito de
1312 Maceió. E como tinha falado anteriormente, vim para contribuir, representar minha
1313 categoria também e aprender, principalmente, com os senhores e dar minha contribuição
1314 ao nosso povo brasileiro. Obrigado.

1315

1316 **O Sr. Augusto César Coutinho (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná –**
1317 **Sindarspen)** – Bem. Bom-dia a todos. Aproveito este momento para desejar uma
1318 excelente jornada de trabalho nesses próximos dias, mas quero fazer registrar,
1319 presidente, a Recomendação nº 13, de 1º de agosto de 2012, que foi aprovada neste
1320 plenário no Conselho Nacional. Entre outras pontuações, esse documento recomenda ao
1321 ministro da Justiça que seja fomentado o marco regulatório nacional da profissão de
1322 agente penitenciário e criado por ato do senhor ministro um Grupo de Trabalho,
1323 trazendo aqui essa informação, parece-me que essa recomendação está sendo efetivada
1324 pelo ministro da Justiça, inclusive nós recebemos um convite para o lançamento deste
1325 grupo de trabalho hoje que vai se realizar agora a partir das 11h30 no Conselho
1326 Nacional de Política Criminal e Penitenciária, ou seja, uma das recomendações do
1327 Conasp que foi bastante discutida aqui em outro momento, o ministro da Justiça está
1328 acatando essa recomendação criando um Grupo de Trabalho que envolve representantes
1329 das mais diversas entidades que lidam diretamente no sistema penitenciário como
1330 representantes dos trabalhadores agentes penitenciários, pastoral carcerária, dos
1331 movimentos dos direitos humanos, e representante do Conasp. Não sei ainda se a
1332 Secretaria Executiva já tinha tomado conhecimento dessa atividade ou se o Ministério
1333 da Justiça, através do Depem, já mandou algum ofício informando sobre esse grupo de
1334 trabalho que está sendo consolidado hoje e que, certamente, terá um representante na
1335 composição desse grupo de trabalho. Este é o meu informe para iniciar a nossa reunião.
1336 Muito obrigado.

1337

1338 **O Sr. Edson Diniz Nóbrega Júnior (Redes de Desenvolvimento da Maré)** – Bom-
1339 dia. Na verdade, eu queria fazer uma sugestão para aproveitar esse tempo antes de
1340 iniciar o que temos para tentarmos pensar e definir um pouco melhor a pauta desses dois
1341 dias, hoje na verdade já tem uma pauta, mas à tarde me parece que tem um tempo e
1342 amanhã, pelo que eu vi, não tem pauta, me parece tem um espaço vago para discutir
1343 coisas que os conselheiros queiram colocar. Por que estou falando disso? Porque ontem
1344 tivemos o nosso primeiro dia de reunião e, na verdade, não conseguimos cumprir, pelo
1345 menos o que eu esperava, o que nós nos propusemos que era uma pessoa que iria falar
1346 sobre os projetos que estão no Congresso e a pessoa que foi fez uma apresentação muito
1347 concisa, sem que pudéssemos ter uma ideia do geral, inclusive essa pessoa disse que
1348 teriam muitos projetos no Congresso e que não daria para trazer aqui. Então, passamos
1349 o dia de ontem, e quem veio para cá me parece tinha essa expectativa, e não

1350 conseguimos cumprir, foi meio frustrante. A reunião começou às 3 horas e acabou às 5.
1351 Então, viemos para cá o dia inteiro e tivemos 2, 3 horas de reunião que no final tivemos
1352 uma apresentação de 20, 25 minutos. Quer dizer é pouco. Nós precisamos de mais,
1353 apesar da boa vontade e dos esforços. Acho que precisamos nos organizar um pouco
1354 melhor para aproveitar melhor o tempo, inclusive porque ontem a secretária e o Alex
1355 colocou a questão do financiamento que tem muitas dificuldades nessa questão do
1356 Conasp que, aliás, é outro tema importante que nós também tínhamos decidido lá em
1357 Goiânia que faríamos uma ida ao Congresso e nós também não conversamos sobre isso,
1358 não podemos chegar ao Congresso despreparados, vamos falar com quem, onde,
1359 quando, a quem procurar, isso me parece a questão urgente hoje do Conasp é a questão
1360 do financiamento e do fortalecimento das nossas ações. Então, eu queria sugerir que
1361 pudéssemos nesse início definir melhor essa pauta e definir principalmente a questão da
1362 ida, como é que vai ficar? Vai ficar para outubro? Acabou o ano, quer dizer, já foi.
1363 Teremos mais duas reuniões aí no máximo. Então, essa é uma questão que ontem foi
1364 colocada de novo que é uma questão urgente, o próprio financiamento deste conselho.

1365

1366 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Antes de passar ao
1367 conselheiro Pedro, eu queria dar uma explicação. A vinda do senador hoje aqui que
1368 puxaria o tema que contemplaria nossa 23ª Reunião, a plenária iria decidir qual seria a
1369 pauta de ida ao Congresso. Se enchêssemos a pauta de quarta não sobraria tempo de ir
1370 ao Congresso. Então, hoje vamos decidir, temos interlocutores do Congresso que é o
1371 conselheiro convidado Novacki e o conselheiro agora recém-chegado Claudionor, e esta
1372 plenária vai decidir depois da participação do senador Capiberibe, nós vamos debater
1373 com ele, vamos deliberar para saber qual seria a pauta e se vamos fazer essa visita com
1374 a presidência do Senado e da Câmara, tentarmos ver a agenda deles para fazermos isso
1375 na quarta-feira. Se enchêssemos a pauta com temas como a Conseg, uma série de outros
1376 temas que temos porque prejudicaria essa viabilidade de ir ao Congresso com o tema do
1377 financiamento que era a proposta da reunião anterior. Somente esclarecendo a Pedro
1378 para hoje decidir porque o tema vai ser em torno do Fundo, vamos debater e deliberar se
1379 vamos lá. Eu acho que seria uma oportunidade rica ir ao Congresso. Passamos a palavra
1380 ao conselheiro Pedro.

1381

1382 **O Sr. Pedro Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – É apenas a título de
1383 informe já que vou representar o Conasp no Conatrap que é o Comitê Nacional de

1384 Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. O Conatrap será um comitê que tem como
1385 objetivo dar andamento ao Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Ele
1386 será composto de sete ministérios, dez conselhos nacionais e sete organizações da
1387 sociedade civil. É interessante no sentido de que será um espaço interconselhos algo que
1388 nós hoje não temos - essa conversa com os outros conselhos nacionais. Mas, a questão é
1389 que essas organizações da sociedade civil estão em eleição neste momento, ontem, hoje
1390 e amanhã é a eleição do Conatrap, então, em breve o comitê será, de fato, constituído e
1391 então poderei trazer mais informes. Só para dizer que ainda não está em funcionamento
1392 por conta dessas eleições.

1393

1394 **A Sra. Patrícia Lucy Machado Couto (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia –**
1395 **FNOP)** - Bom-dia a todos e todas. Eu gostaria, como já foi antecipado pelo Rildo,
1396 ontem nós tivemos a instalação dessa Comissão Especial de Segurança Pública no
1397 âmbito do CDPH e o Fórum Nacional de Ouvidores tem assento nessa Comissão
1398 Especial e eu gostaria de saber, como perdi a reunião de ontem, se foi tratado sobre as
1399 representações do Conasp nos diversos órgãos se poderíamos aproveitar este momento
1400 para retomar isso para definir o que foi tratado por e-mail, talvez até as coisas estejam
1401 acontecendo e podermos nos situar, acho importante até, como o Rildo já fez, que os
1402 conselheiros dê esse retorno aos demais conselheiros para que todos possamos estar a
1403 par do que está acontecendo. Obrigada.

1404

1405 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Foi tratado sim. Inclusive
1406 conseguimos até evoluir a pauta com certa rapidez, nós antecipamos a pauta de hoje à
1407 tarde ou pelo menos parte dela para ontem, então, foi feita um apanhado geral de todos
1408 os conselheiros para os conselhos que já foram indicados, e foi colocado brevemente
1409 que nas próximas reuniões vai abrir um tempo na pauta para isso, vamos sistematizar
1410 para não ficar solto, para que os representantes do Conasp em outros conselhos deem o
1411 andamento do que está acontecendo. Porque uma coisa que às vezes sempre pode gerar
1412 confusão é que a pessoa quando está indicada pelo Conasp em outro conselho ela é a
1413 representante do Conasp lá, não se pode confundir com a representação da sua própria
1414 entidade. As pessoas representam as suas entidades aqui no Conasp e depois
1415 representam o Conasp lá nos outros conselhos. Então, as posições tomadas lá são as
1416 posições do Conasp. Então, tem que haver esse acompanhamento, essa prestação de
1417 contas. Eu tenho aqui o arquivo, vamos mandar por e-mail, os nomes de todos. Eu

1418 também coloquei que em geral nós tentamos buscar essas representações conversando e
1419 negociando com as pessoas. Justamente como é representação do Conasp não é
1420 interessante que às vezes haja um contrariado porque o outro foi, buscamos o consenso,
1421 caso não haja consenso, vamos ter que votar. Até hoje ainda não precisou disso. Tem
1422 funcionado assim. Esclareci as dúvidas?

1423

1424 **O Sr. Pedro Queiróz da Silva (Associação Nacional de Entidades de Praças**
1425 **Militares Estaduais – Anaspra)** - Bom-dia a todos. Alex, pegando o gancho de sua
1426 fala, lá em Cuiabá, Mato Grosso, havia nos pedido o colega para nós nos manifestarmos
1427 acerca do desejo de representar o Conasp na Secretaria Nacional de Direitos Humanos e
1428 aí eu fiz a minha manifestação, depois outros colegas também o fizeram, eu renunciei
1429 em detrimento dos outros e o colega havia me dito que no lugar de Duda Quadros que
1430 ocupou a minha pretensão lá no Comitê de Direitos Humanos você iria ver a questão de
1431 um Comitê específico de Defesa de Profissionais de Segurança Pública dentro da
1432 Secretaria Nacional. Eu queria saber como está processo, se você conseguiu encontrar
1433 esse comitê etc.

1434

1435 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – É o seguinte: o pessoal da
1436 Secretaria de Direitos Humanos disse que vai ser criada dentro do CDDPH, além da
1437 Comissão de Segurança Pública, uma Comissão dos Direitos dos Profissionais de
1438 Segurança Pública, mas não foi criada ainda. Assim que for criada, nós vamos passar
1439 aquela lista, claro vai ser debatido entre todos.

1440

1441 **A Sra. Patrícia Lucy Machado Couto (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia –**
1442 **FNOP)** - Só um esclarecimento. Na verdade, essa Comissão Especial de Segurança
1443 Pública é um guarda-chuva que dentro dela são criados Grupos de Trabalho. Esses GTs
1444 sim, hoje será instalado o GT que trata de armamentos menos letais, está previsto a
1445 criação dos direitos humanos dos policiais, e a possibilidade de avançar para até quatro
1446 GTs. E esses Grupos de Trabalho irão integrar essa Comissão especial, está em
1447 andamento como eu já disse, então, é dentro da Comissão, não é outra comissão. São
1448 Grupos de Trabalho que vão atuar para essa Comissão.

1449

1450 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Só uma dúvida: você falou
1451 em GT de armamento não letais que vai mais ou menos coincidir com o GT que está

1452 sendo criado no Ministério da Justiça, não é do mesmo GT que você está falando,
1453 acredito que não. Vão ter duas discussões paralelas, uma no Ministério da Justiça, não é
1454 Senasp, e outra na Secretaria de Direitos Humanos.

1455

1456 **A Sra. Patrícia Lucy Machado Couto (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia –**
1457 **FNOP) – Há** representação do Ministério da Justiça nessa Comissão Especial. Eu até
1458 tenho aqui a Resolução nº 4 de 2013, do CDDPH, que dispõe sobre a instituição da
1459 Comissão Especial de direitos humanos no âmbito do CDDPH. Aí lá no art. 2º fala que
1460 a CDDPH irá presidir a comissão e é composta pela Secretaria de Direitos Humanos,
1461 Ministério da Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público, Conselho Nacional de
1462 Justiça, Conselho Nacional dos Defensores Gerais, Fórum Brasileiro de Segurança
1463 Pública, Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia, Conselho Federal da Ordem dos
1464 Advogados, Conselho Nacional de Procuradores Gerais do Ministério Público, dos
1465 estados e da União, Movimento Mães de Maio, Conselho Nacional de Segurança
1466 Pública e Pastoral Carcerária Nacional. Além da possibilidade de convidados a integrar
1467 a comissão. Então, eu passo para o Rildo para complementar.

1468

1469 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**
1470 **MNDH) –** Então, aumentou. Porque além dessas que ela deu, entrou a Secretaria de
1471 Políticas de Proteção da Igualdade Racial, a Sepir, a Secretaria-Geral da Presidência da
1472 República, Movimento Nacional de Direitos Humanos e o Observatório de Favelas.
1473 Acontece o seguinte, Alex, nessa questão de que só tem dois grupos: O CDDPH desde o
1474 ano passado já vem discutindo a questão das armas não letais, inclusive fez uma
1475 recomendação e encaminhou ao ministro da Justiça que estudasse um PL que criasse um
1476 marco regulatório para utilização das armas não letais. Então, isso é uma coisa, eu acho
1477 que o Ministério da Justiça formou uma Comissão exatamente em razão disso. Dentro
1478 dessa Comissão do CDDPH existe uma Comissão que estuda, não o projeto de lei ou
1479 faz esse debate na questão do marco regulatório, porque isso acredito que vai competir
1480 ao Ministério da Justiça, mas ele faz uma discussão sobre as denúncias que ocorrem de
1481 violação de direitos humanos pelo uso de armas não letais, inclusive da articulação da
1482 própria secretaria, eventualmente com alguns órgãos estatais que utilizam essas armas
1483 não letais, então isso é uma coisa. A outra questão é: essa comissão de direitos humanos
1484 de segurança pública que foi criada em torno do CDDPH tem que ser feita uma
1485 avaliação se ela está fazendo ou não eventualmente o papel do Conasp. E tem sido aqui

1486 uma reivindicação, sobretudo de alguns setores da sociedade civil, que se faça
1487 discussões no âmbito dos direitos humanos para dentro deste conselho também. Então,
1488 essa Comissão criada está-se trabalhando GTs, e por incrível que pareça algumas
1489 entidades que estão aqui também estão lá, por exemplo, o Fórum Brasileiro de
1490 Segurança Pública que também está formando lá nessa Comissão vai fazer a relatoria,
1491 por exemplo, das perspectivas ou numa análise sobre situação geral da segurança
1492 pública que, eventualmente, esse conselho também deveria fazer, mas lá com certeza se
1493 fará, uma avaliação geral sobre o que está ocorrendo na segurança pública e promover
1494 alguns apontamentos. A Patrícia, por exemplo, que é do FENOP que está aqui, vai fazer
1495 a relatoria sobre as denúncias que ocorrem no âmbito da segurança pública em nível
1496 nacional, sobretudo porque naquela secretaria tem o Disque 100, que recebe do Brasil
1497 inteiro as denúncias de violação de direitos, denúncias de presença de grupos de
1498 extermínio, de milícias e assim sucessivamente. E o MNDH que também está aqui no
1499 Conasp também vai pegar uma relatoria lá que vai estudar como enfrentar essa situação
1500 dos grupos de extermínio e das milícias que se formam hoje no Brasil. De maneira que
1501 os assuntos que estarão lá, e se este conselho tiver interesse pode haver intersecção e
1502 essa intersecção, como por exemplo, aponta o P. Queiróz, lá vai se formar um GT que
1503 vai discutir a Portaria 002. Que este conselho, não sei, muitas vezes discute e às vezes
1504 há a menção de que alguns governos dos estados apliquem, como foi o caso, por
1505 exemplo, do estado do Ceará em que este conselho recomendou inclusive ao governo do
1506 estado do Ceará que aplicasse a portaria 002. E lá se está discutindo num âmbito de
1507 como se trabalhar para que de fato essa portaria se aplique. Lá vai discutir a questão da
1508 militarização das polícias. Este conselho já realizou uma audiência pública, inclusive a
1509 própria Patrícia disse isto na reunião ontem: “Olha, o Conasp já tem um material
1510 acumulado sobre a matéria”. De maneira que para a sociedade o que abunda não
1511 atrapalha. Se se discute lá e aqui, para a sociedade civil isso é maravilhoso que este
1512 governo possa discutir no âmbito dos dois ministérios os mesmos temas, os mesmos
1513 assuntos, eventualmente, vai ter um ou outro enfoque aqui e ali, mas o assunto da
1514 segurança pública hoje acho que está na pauta da sociedade brasileira e creio que da
1515 forma como estão sendo feitos os diálogos, seja lá ou não seja aqui, isso só é para o bem
1516 do Brasil no sentido de que a sociedade está querendo encontrar os caminhos.

1517

1518 **O Sr. Jefferson Alessandro Galdino Mamede (Conselho Nacional de Secretários e**
1519 **Gestores Municipais de Segurança Pública)** - Bom-dia a todos e todas. Alguns não

1520 estiveram presentes na última reunião em Mato Grosso. Meu nome é Jefferson
1521 Mamede, represento o Conselho Nacional de Secretários de Segurança. Na última
1522 reunião, Alex, a pauta era para falar sobre os movimentos sociais e o impacto disso na
1523 segurança pública. Nós fizemos vários apontamentos e alguns encaminhamentos, como
1524 não estamos com a ata fica difícil rever os apontamentos que foram feitos. Mas a
1525 doutora Regina falou que alguns segmentos já haviam aberto o diálogo com a Senasp
1526 para discutir esse assunto, sobretudo a Polícia Militar, parece que era a que estava mais
1527 avançada, o Conselho de Comandantes, nós gostaríamos de saber como anda isso
1528 porque parece que havia uma possibilidade de ser criado um grupo de trabalho porque
1529 esses movimentos têm um impacto muito grande nos municípios e os municípios nem
1530 todos eles são alcançados pelos braços das forças da polícia que são preparadas para o
1531 enfrentamento disso, as capitais são mais guarnecidas nesse contexto. Dia 7 de setembro
1532 vemos aí uma movimentação nas redes sociais, parece que vai acontecer alguma coisa e
1533 nós ainda não estamos participando de nenhuma discussão. Teve algum avanço? Foi
1534 normatizado alguma coisa? Algum grupo de trabalho? Nós gostaríamos também de
1535 participar dessa discussão. Aliás, eu gostaria de manifestar o interesse em nome do
1536 Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança de participar
1537 dessa discussão.

1538

1539 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Quanto a isso foi criado um
1540 GT para estabelecer uma doutrina de uso da força e armamento não letal. Uso da força
1541 por conta das manifestações e armamento não letal foi colocado na lista perguntando
1542 quem se interessava e a única pessoa que se interessou foi o coronel Washington. Na
1543 verdade, teve interesse também da convidada, doutora Ana Rita, pelo Ministério
1544 Público, mas como convidada ela não poderia representar o Conasp em outra instância.
1545 E como era só uma vaga ficou só o coronel Washington. Mas, não foi estabelecido
1546 ainda, é o Ministério da Justiça que está criando, pediu só que fosse o indicado o
1547 representante, mas ainda não teve reunião, não teve nada. É o que temos de andamento
1548 do que surgiu da Reunião dos Comandantes Gerais.

1549

1550 **O Sr. Jefferson Alessandro Galdino Mamede (Conselho Nacional de Secretários e**
1551 **Gestores Municipais de Segurança Pública)** - Desculpe voltar a palavra. Hoje é um
1552 momento de tranquilidade. Mas sabemos que é uma cultura que se estabeleceu. Nós
1553 acreditamos que isso voltará a acontecer. Os municípios, principalmente os municípios

1554 do interior têm utilizado das suas forças municipais para intervir nessas manifestações e
1555 também nos grandes eventos. No estado do Rio de Janeiro, nós temos o Batalhão de
1556 Choque da Polícia Militar, mas, quando esses movimentos foram deflagrados
1557 aconteceram simultaneamente em vários municípios, por exemplo, a Rodovia
1558 Presidente Dutra ficou fechada por mais de 6 horas, na região sul do estado do Rio e a
1559 Polícia Rodoviária Federal pediu apoio da Polícia Militar e depois se viu obrigada a
1560 pedir apoio da Guarda Municipal daquele município, que era cortado por aquela
1561 rodovia, então, nós gostaríamos de participar dessa discussão no sentido também de
1562 apresentar quais seriam as demandas, demandas de capacitação do pessoal dos
1563 municípios, de criação também de protocolo para os municípios, nós temos aí várias
1564 câmaras municipais sendo alvo dessas manifestações, então, eu gostaria de registrar a
1565 intenção do conselho, do Consens, em participar dessa discussão.

1566

1567 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Bom, fica registrado. Vou
1568 levar o pleito para ver se dá para ampliar para ver o que será possível fazer nesse caso.

1569

1570 **O Sr. Cel. Carlos Alberto David dos Santos (Presidente do Conselho Nacional de**
1571 **Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares –**
1572 **CNCG-PM/CBM)** - Bom-dia, Alex. Tão logo aconteceram as manifestações por todo o
1573 país, logo depois nós solicitamos uma audiência à secretária Regina Miki e também ao
1574 ministro para que nós pudéssemos debater essa questão das manifestações e de que
1575 forma que aconteceu a atuação da Polícia Militar. E foi levada ao ministro e também à
1576 secretária a intenção dos comandantes gerais de solicitarem a criação de um grupo de
1577 trabalho que pudesse estabelecer normas e protocolos também de atuação das tropas de
1578 choque da Polícia Militar. Nós reconhecemos que a falta da legislação federal que trate
1579 do assunto, reconhecemos também a possibilidade de aperfeiçoarmos as nossas
1580 atividades, principalmente nesses momentos de instabilidade, de manifestação, que é
1581 um direito próprio do cidadão, até que não atinja nenhuma questão de anormalidade,
1582 principalmente, quanto ao vandalismo praticado em algumas situações e, certamente,
1583 que esse grupo de trabalho, além de estudar esses protocolos de atuação da tropa de
1584 choque, vai também estabelecer questões que nós consideramos cruciais, quais sejam
1585 especificações de equipamentos a serem utilizados, a que momentos serem utilizados as
1586 balas de borracha, também as bombas de gás lacrimogêneo, as bombas de efeito moral,
1587 para que nós aperfeiçoando a nossa atuação, possamos levar aí mais segurança para a

1588 nossa sociedade, principalmente, nas questões das manifestações. E solicitei também até
1589 por que isso foi um pedido de uma jornalista de São Paulo que, de alguma forma,
1590 pudéssemos abrir, durante os debates lá, a participação de grupos interessados para
1591 acrescentar e para inovar ainda mais essa questão.

1592

1593 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Já que não tem
1594 ninguém mais para fazer uso da palavra nesse período de informes, nós já estamos
1595 quase no tempo de o senador chegar, eu sugiro que tenhamos um tempinho para tomar
1596 um café e já retornaremos. Pessoal, eu peço desculpas aos conselheiros porque eu tinha
1597 pedido um intervalo para esperar o senador e ele chegou pontualmente, parabenizá-lo
1598 por isso. Queremos já agradecer sua presença aqui, e o Alex vai fazer a apresentação do
1599 tema para o senador, está com a palavra.

1600

1601 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Bom, gostaria aqui de
1602 agradecer a presença do senador Capiberibe que atendeu nosso convite e vem aqui falar
1603 desse tema importante afeto ao Conasp. Senador, o Conselho Nacional de Segurança
1604 Pública é formado por representantes de governo, dos trabalhadores e da sociedade
1605 civil. Praticamente, todas as categorias profissionais de segurança pública estão aqui
1606 representadas, acredito não tenha nenhuma faltando, vários movimentos da sociedade
1607 civil, dos direitos humanos, da juventude, da pastoral carcerária, temos 12 setores aqui
1608 representados, e aqui discutimos as políticas de segurança pública, fazemos um
1609 acompanhamento do que a Senasp vem fazendo, bem como as secretarias estaduais. O
1610 conselho normalmente faz as suas moções, recomendações, toma decisões políticas a
1611 respeito de vários temas, e um tema que está muito afeito ao nosso trabalho é a questão
1612 orçamentária. E é nesse ponto que entra o Fundo Nacional de Segurança Pública. Na
1613 nossa última reunião, em Cuiabá, no mês de julho, a secretária Regina Miki colocou
1614 muito bem que a maior parte das demandas passa pela questão orçamentária e por mais
1615 que tome uma posição política, que haja vontade política esbarra no orçamento, na falta
1616 de recursos materiais, às vezes recursos humanos também, mas um recurso humano que
1617 poderia ser provido com recurso material, e que boa parte desse gargalo passa,
1618 certamente, pela questão do Fundo Nacional de Segurança Pública de
1619 contingenciamento de verba, de falta de verbas para execução de políticas públicas
1620 nessa área. Por isso que nós convidamos Vossa Excelência para vir aqui falar com os

1621 conselheiros e explicar para o pleno o que está acontecendo e dar as suas contribuições
1622 para a questão do Fundo Nacional de Segurança Pública.

1623

1624 **O Sr. João Capiberibe (Senador da República – PSB/AP)** – Bom-dia a todos.
1625 Muitíssimo obrigado pelo convite para falar de um tema que diz respeito a este conselho
1626 de política de segurança pública, e já que me foi colocado nessa inicial de que a
1627 discussão é orçamento, a minha pergunta é a seguinte: o que vem primeiro a política
1628 pública ou o orçamento? Por exemplo, como surgem as políticas públicas no Brasil? A
1629 política pública de educação, como que ela se transformou numa Política Nacional de
1630 Educação? Hoje nós temos de fato uma política nacional de educação. Mas, essa
1631 política só se concretizou depois da vinculação dos 25 por cento do orçamento público.
1632 Uma vez vinculado os 25 por cento nos estados e municípios e criado bem mais tarde o
1633 Fundef, depois o Fundeb, que foi exatamente a vinculação que deu origem à política
1634 pública e permitiu a universalização da educação. Eu sou de uma geração que noventa
1635 por cento dos meus contemporâneos cresceram analfabetos. Não é por que não
1636 quisessem estudar, porque não tinha escola mesmo. Eu venho de uma região periférica,
1637 da margem esquerda do Rio Amazonas, do outro lado do Rio Amazonas, então, maior
1638 razão para crescer analfabeto do quem nasce nos grandes centros. Mas, isso era no
1639 Brasil todo, o analfabetismo no Brasil ainda continua até hoje. Uma parcela significativa
1640 da população brasileira é analfabeta, nos últimos 20 anos houve uma queda significativa
1641 em função exatamente dessas políticas de educação provocada por uma ideia de
1642 vinculação de receita. Então, nesse caso, a política pública de educação vem depois do
1643 orçamento. E na saúde também. A saúde do Brasil há 50, 60 anos atrás estava na mão
1644 das filantrópicas, o Estado não tinha uma política de saúde e ela veio surgindo
1645 gradualmente até bem poucos anos atrás quando se vinculou receita orçamentária a
1646 gasto com saúde, dos 12% da saúde, a União ficou meio fora dessa vinculação,
1647 consegue aprovar alguma desvinculação de receita inclusive da educação. Com o
1648 surgimento do Sistema Único de Saúde que é um belíssimo projeto, talvez seja um dos
1649 mais bem elaborados do mundo pelo que eu acompanho um pouco e pela minha
1650 experiência de ter vivido em vários países, o Sistema Único de Saúde brasileiro é muito
1651 benfeito, o problema esbarra no orçamento. À medida que você vai vinculando receita
1652 orçamentária, você vai melhorando o sistema, mas também vai ampliando a demanda,
1653 cada vez que você melhora um serviço público, você cria novas demandas. E a
1654 segurança pública? Eis a questão. A segurança pública, primeiro: é delegada aos

1655 estados. A União não tem uma Política Nacional de Segurança Pública em um Estado
1656 na dimensão do Brasil. Quer uma política de segurança nacional, mas não têm uma
1657 política de proteção a seus cidadãos e cidadãs. E o que podemos observar, talvez eu
1658 devesse ir um pouco mais longe sobre as formulações de política pública no Brasil. Nós
1659 atravessamos o século 20 numa situação única no mundo. Primeiro que nós não temos
1660 uma burocracia profissionalizada como nos países onde o capitalismo se desenvolveu
1661 com grande velocidade, nós não profissionalizamos a nossa burocracia estatal, temos
1662 alguns nichos de carreira de Estado, mas muito pouco, diferentemente dos países
1663 europeus que fizeram isso lá no século 19, profissionalizaram a burocracia estatal, então
1664 se tem um corpo de profissionais que dão sequência às políticas definidas pela
1665 alternância de poder político você tem uma base que sustenta a continuidade de todo
1666 trabalho. Nós não temos isso, cada vez que muda o governo, muda todo mundo. Aí
1667 entra um bocado de gente para aprender, aí leva um tempão para aprender e quando está
1668 aprendendo vem a alternância, vem outros para aprender também. E isso cria uma
1669 enorme dificuldade em todas as áreas, e áreas como segurança pública necessariamente
1670 tem que ser uma política de Estado e não de governo, mas o Brasil ainda não tem.
1671 Então, a ideia, quando eu comecei a pensar isso, eu fui governador do meu estado
1672 durante dois mandatos, convivi com muitas contradições nessa área, muitos conflitos
1673 dentro da área de segurança pública e eu me sentia muito isolado nesse guarda-chuva
1674 que nós pretendemos do Governo Federal, quando pensamos em um governo nacional,
1675 nós pensamos em um guarda-chuva de proteção a todos nós, então, eu me sentia,
1676 particularmente nessa área, totalmente isolado. Quando assumi o Senado agora, eu
1677 apresentei uma proposta que, na verdade, é uma Proposta de Emenda Constitucional
1678 que constitui um fundo nacional de desenvolvimento da segurança pública, aquela ideia
1679 de que primeiro vem o orçamento, depois a política. Na verdade, a ideia é promover um
1680 debate sobre uma política nacional de segurança pública, pelo menos que nós
1681 discutamos porque hoje, entre outras tragédias, a violência urbana nos parece algo que
1682 precisa de uma atenção porque nós temos índices alarmantes de criminalidades, de
1683 assassinatos, comparáveis a países em guerra ou até maior, mata-se mais em São Paulo
1684 do que em algumas guerras, mesmo no Iraque, eu não sou muito bom de número, mas
1685 temos um índice alarmante. O que me parece, uma das razões, é que as políticas são
1686 pensadas no Brasil para uma elite, para poucos. Até por que no século 20, pode até
1687 discordarem, mas, na minha análise, é que o Brasil com a primeira Constituição
1688 Republicana de 1891 afastou os analfabetos do direito a voto, e a participação política é

1689 fundamental na constituição do poder, hoje e no passado, em todos os momentos, se o
1690 cidadão não participa minimamente da construção do poder público, ele está excluído.
1691 Então, parece-me que o grande problema no Brasil é a exclusão política. E começa lá
1692 com a Constituição de 1891 quando se proibiu o voto ao analfabeto. E nós tínhamos em
1693 1891, hoje ainda temos em torno de 10% de analfabetos totais, analfabetos funcionais
1694 vai mais do que isso. Naquele ano de 1891, três anos depois da libertação dos escravos,
1695 nós tínhamos 97% de analfabetos no país, então essa população foi excluída do direito à
1696 participação política. Então, o Brasil foi organizado por 3%. Olha, esses 3% que
1697 organizaram o Brasil republicano organizaram para eles, então as políticas foram
1698 pensadas por poucos e para poucos e isso com a pressão, com os movimentos sociais do
1699 século 20, a pressão da sociedade, claro, veio ampliando, ampliando até que nós
1700 chegamos ao dia de hoje em que nós temos um mais longo período de democracia no
1701 país, de 1985 a 2013, são 28 anos, e claro, a democracia proporciona essa mobilização
1702 da sociedade pela ampliação de políticas públicas porque o povo quer, de fato,
1703 participar, e participação se dá com segurança, com liberdade de andar nas ruas, que nós
1704 não temos hoje no país. Eu estava ontem com o senador Randolpho, fomos jantar ali na
1705 310 Sul, nós paramos na 309, o motorista nos deixou lá e nós dissemos a ele que
1706 voltaríamos a pé. Ele disse que teríamos que ter muito cuidado e que seria muito
1707 perigoso. Vocês imaginem no coração da República, onde vivem ministros, senadores,
1708 autoridades do Estado, você não pode caminhar uma quadra, sob o risco de ser
1709 assaltado. Então, chegamos ao absurdo. E que nós precisamos de fato então definir uma
1710 política capaz de integrar as ações na área de garantia do cidadão na área de segurança
1711 pública. Então, a proposta que eu apresentei, ela cria esse fundo com contribuição,
1712 porque nenhum governante aceita mais vincular receita, porque senão ele vira a Rainha
1713 da Inglaterra, 25% para educação, 12% para saúde, tanto para folha de pagamento, no
1714 final não governa mais. Porque o instrumento da política é o orçamento. Nós então
1715 trabalhamos uma maneira mais suave de vincular recursos a esse fundo, estabelecendo
1716 uma cooperação entre os municípios, os estados e a União. O fundo será constituído,
1717 uma vez aprovado, por uma parcela do imposto sobre produtos industrializados sobre
1718 venda de armas e material bélico. A lei é que vai definir qual será o montante que é até
1719 justo porque essas armas é que é a origem da violência. Então, teria uma parcela do IPI,
1720 uma parcela do ICMS sobre a comercialização dessas armas, uma parcela sobre o ISS
1721 cobrada das empresas de vigilância privada, nós teríamos aí um percentual sobre o
1722 núcleo dos bancos e das financeiras, teríamos também participação orçamentária da

1723 União, porque hoje o Fundo Nacional de Segurança Pública, eu tenho até um dado aqui,
1724 o Pronasci teve uma queda significativa de 2008 para cá. Olha, em 2008, o Pronasci
1725 executou 90.61%, em 2012 caiu para 1.73%, como é verba orçamentária se executa ou
1726 não, uma lei criando um fundo e estabelecendo esse orçamento aí não tem como recuar.
1727 Então, as receitas são essas e têm mais algumas receitas que surgiram, ou proposta de
1728 receita, que surgiram a partir de audiências públicas que fizemos nos estados. Entre
1729 outras que estou lembrado agora, seria a metade de tudo aquilo que é apreendido de
1730 bens patrimoniais, espécie, de tráfico de drogas, contrabando, parte do produto dessas
1731 vendas seria destinada ao Fundo, têm algumas que não prosperaram como, por exemplo,
1732 transferir para o fundo as finanças judiciais, parece-me que o relator encontrou uma
1733 dificuldade para operacionalizar isso. Na verdade, o Judiciário já tem um orçamento
1734 garantido e em geral um orçamento que lhe dá uma folga, um pouco de tranquilidade e
1735 eu não sei se nos estados que os senhores vivem, mas no meu os maiores prédios
1736 públicos são do Judiciário, no menor município que você vai, quando você olha vê
1737 aquele prédio do Judiciário, lá no Amapá, o nosso Judiciário é bem atendido na questão
1738 orçamentária. No entanto, nós temos problemas com a segurança. Tenho alguns dados
1739 que nós coletamos sobre a estrutura da segurança pública. Na verdade, é uma estrutura
1740 muito localizada para aquelas áreas mais conectadas, os centros das cidades. As
1741 periferias não têm uma estrutura de segurança pública e quando têm vira uma política
1742 muito, como é o caso, por exemplo, das UPPs lá do Rio de Janeiro que se transformou,
1743 você imagine que a cidade do Rio de Janeiro, não sei quantos habitantes tem, 6 milhões,
1744 só na cidade? Desses 6 milhões, quantas pessoas vivem nas áreas urbanizadas e
1745 conectadas, no centro, nos bairros. Essas áreas sim, tinham a estrutura de segurança
1746 pública, os morros não, na minha cidade também, a periferia não tem nada, e é caro
1747 segurança pública, é muito caro você garantir, por exemplo, uma UPP, quantos homens
1748 você precisa para garantir segurança pública num morro do Rio de Janeiro ou numa
1749 baixada da periferia de Macapá? Eu de Macapá sei por que nós fizemos o cálculo, nós
1750 tínhamos essa segurança, nós descentralizamos a segurança e colocamos polícia
1751 interativa, a polícia nos bairros, trabalhando junto com a comunidade e nós passamos a
1752 controlar quase 100% dos registros policiais em função exatamente de interatividade
1753 entre a área de segurança e a comunidade, só que é caro fazer isso, você tem que ter um
1754 contingente de homens, pagando um salário razoável, não dá para pagar menos, porque
1755 senão ele se junta ao traficante, tem que ter um salário mais digno e tem que ter
1756 estrutura, equipamentos, enfim, e os estados não têm esses recursos. Então, a ideia é

1757 essa, é garantir o mínimo de recursos. Eu não posso dar uma previsão aqui. Eu tenho
1758 aqui um dado, por exemplo, no Rio de Janeiro, você tem uma delegacia para cada cem
1759 mil habitantes, em São Paulo uma delegacia para cada 20 mil habitantes e não tem
1760 muita diferença da violência de um estado para outro. Coletes à prova de bala, o Distrito
1761 Federal tem quatro para cada agente, o Rio Grande do Norte, Piauí e a Paraíba tem um
1762 para quatro policiais militares; armamento, e por aí vai. Não vou tomar muito tempo dos
1763 senhores e senhoras, mas a nossa ideia é de que esse recurso seja mais voltado para,
1764 uma parte vai para salário mesmo, porque não está no projeto, mas o relator está
1765 incluindo salário, porque a ideia inicial era não colocar salário, mas, de fato, essa foi a
1766 primeira reivindicação, uma parcela, tal qual o Fundeb, em torno de 50% do arrecadado
1767 deverá ser distribuído em forma de salário, outra parcela significativa em forma de
1768 capacitação, treinamento e preparação da polícia. Então, em linhas gerais, é esse o
1769 projeto, está nas mãos do Senador Aécio Neves que já concluiu o relatório, fez um
1770 exaustivo estudo e deve entrar esta semana da Comissão de Constituição e Justiça, que
1771 deverá ser apreciada no mais tardar em 15 dias. Obrigado. Portanto, era isso, estou aqui
1772 à disposição para se houver algum esclarecimento. Muito obrigado.

1773

1774 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Bem, nós vamos
1775 abrir para a plenária. Gostaria de combinar com o senador podemos ter 3, 4 intervenções
1776 e o senador daria a resposta. Está aberto. Os conselheiros que queiram se posicionar,
1777 tirar dúvida, fazer alguma indagação.

1778

1779 **A Sra. Luciana Guimarães (Instituto Sou da Paz)** – Senador, eu queria perguntar ao
1780 senhor quanto à discussão da PEC, do fundo, se vocês têm conseguido conversar com
1781 quem está propondo o SUSP, Sistema Único de Segurança Pública, porque acho que o
1782 Susp me parece que tem um fator a mais que é pensar a vinculação de recursos mais a
1783 partir de uma estrutura de gestão, de algumas distribuições de competências, pode ser
1784 eventualmente um avanço em relação a pensar o uso de verbas públicas a partir de uma
1785 arquitetura institucional. Então, quanto a esses diálogos de iniciativas distintas no
1786 Congresso têm sido feitas para aproximar esses processos ou não? Essa é uma pergunta.
1787 A outra é como o senhor vê também na perspectiva do fundo, uma discussão de gestão.
1788 O Sou da Paz está sediado em São Paulo, e só para o senhor ter uma ideia, na Secretaria
1789 de Segurança Pública de São Paulo tem o segundo orçamento, de 11 bilhões, é disso que
1790 estamos falando, por exemplo, do estado de São Paulo. Parece-me também que não é

1791 problema de recurso, em alguns estados sim, outros não, é diferente ao longo do Brasil,
1792 eu acho que têm problemas de gestão desse orçamento, um orçamento desse tamanho e
1793 não se consegue ter os resultados atrelados ao tamanho do orçamento. Então, orçamento
1794 é importante, mas um olhar de uma política pública bem construída, uma arquitetura
1795 institucional também de uma gestão, parece-me também que é um desafio tão grande
1796 quanto, como é que podemos atrelar a discussão de um fundo a uma discussão de
1797 gestão?

1798

1799 **O Sr. Cel. Washington França da Silva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) –**
1800 **Bom-dia a todos e a todas. Cumprimento o senador João Capiberibe. Gostaria de fazer**
1801 **algumas observações, senador, se o senhor me permite. O senhor fala da dificuldade que**
1802 **temos de se criar inicialmente recurso ou desenvolvimento da política aqui no nosso**
1803 **país. Eu diria que nós temos um sério problema no desenvolvimento de políticas aqui**
1804 **neste país, como o senhor também pontuou, a questão da política a ser pensada**
1805 **especificamente para determinados grupos e grupos elitizados. Então, a política não é**
1806 **pensada de forma ampla, não é pensada realmente como uma política pública que seja**
1807 **igual que atenda a todos. Uma questão que o senhor pontuou aí é sobre a discussão de**
1808 **levar a segurança pública, que é também uma política pública tratada de forma muito**
1809 **elitizada para a periferia, eu acredito que é preciso pensar a questão da segurança**
1810 **pública não apenas pensando nas forças de segurança, é preciso pensar a segurança**
1811 **pública pensando também no engajamento de outras instituições a exemplo da Justiça, a**
1812 **exemplo do Ministério Público, a exemplo da Administração Penitenciária e de outros**
1813 **órgãos públicos também a educação, saúde, tem tudo a ver com segurança pública sim.**
1814 **Então, é preciso pensar essa questão de uma forma mais macro porque quando se pensa**
1815 **apenas em querer resolver os problemas com uma ação específica da polícia, mais uma**
1816 **vez, a meu ver, e aí eu falo como profissional de área, nós estamos mais uma vez,**
1817 **responsabilizando as polícias por todos os problemas que existem e dando a ela uma**
1818 **sobrecarga a mais para resolver todos esses problemas. Quando nós sabemos muito bem**
1819 **que os problemas de insegurança e de violência que temos no nosso país não passam**
1820 **apenas por termos uma ação mais de eficiência, mais eficaz das polícias, se não**
1821 **tivermos uma justiça mais ágil, nós não teremos justiça neste país, nós não teremos**
1822 **segurança neste país. Então, é preciso pensar essa questão de uma maneira mais macro.**
1823 **É verdade, como bem colocou a conselheira Luciana, que é preciso pensar realmente**
1824 **também na questão da gestão desses recursos. E eu até colocaria de que mais do que**

1825 pensar os recursos para aquisição de equipamentos e de materiais, coisas que muitos
1826 estados já estão fazendo e muito, eu até corrigiria uma informação que está aqui em
1827 relação especificamente à Paraíba, por ser paraibano, quando diz que para cada 4
1828 policiais há um colete, esta informação está desatualizada, todo policial hoje na Polícia
1829 Militar da Paraíba e na Polícia Civil dispõe de seu colete, dispõe de seu armamento,
1830 então, é preciso que esse recurso não apenas seja destinado à aquisição desses
1831 equipamentos. Mas, eu acredito que o maior investimento que poderíamos fazer seria na
1832 questão da educação, da formação do profissional, como também no desenvolvimento
1833 de conhecimento, de desenvolvimento científico, precisamos efetivamente desenvolver
1834 tecnologia nessa área de segurança. Aí eu acredito que o recurso seria muito bem
1835 aplicado, se fosse aplicado em educação e tecnologia na área segurança. Obrigado.

1836

1837 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Eu pediria aos
1838 conselheiros que tenham a devida celeridade para podermos vencer a questão tempo.

1839

1840 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**
1841 **MNDH)** – Bom-dia, senador, parabéns pela iniciativa. Eu sou Rildo do Movimento
1842 Nacional de Direitos Humanos. Primeiro parabéns pela iniciativa de se preocupar com
1843 esse tema tão árduo e importante para o Brasil. A minha pergunta vai no sentido de que,
1844 segundo a cartilha que estou lendo, os senhores estão pensando na ideia de ter critérios
1845 para que os estados possam acessar esse fundo, caso ele venha a ser aprovado e
1846 constituído. E aqui eu queria chamar a atenção, inclusive na fala do companheiro
1847 Washington, do Fórum Brasileiro, um dos critérios é a questão dos indicadores de
1848 violência em cada estado federado. E aí, senador, isso precisava ser um pouco mais
1849 aprofundado. Porque não bastam indicadores de violência porque hoje se nós
1850 considerarmos no país inteiro, a violência tem idade e cor das pessoas que estão
1851 morrendo em decorrência da violência, seja ela na prática de delitos entre civis seja ela
1852 na prática dos próprios agentes de estados. E é fundamental que o Brasil passe a dar
1853 respostas a isso, e acho que esses indicadores deveriam levar em consideração essa
1854 verificação, sobretudo, da questão étnico-racial que hoje é muito preocupante no Brasil,
1855 sobretudo na juventude e da juventude de cor negra. A segunda questão é com relação
1856 aos investimentos na capacitação de formação. Isso também é fundamental. Que
1857 capacitação e que formação está se pensando? Se for capacitação meramente técnica
1858 onde o agente pensa que ele está numa sociedade organizada como a sociedade norte-

1859 americana, ou uma capacitação onde teremos entender a realidade brasileira e os
1860 processos de interação, como o senhor exemplificou lá em Macapá, porque essa
1861 formação é fundamental não só para a sociedade como para os agentes, de maneira que
1862 essa formação tem que ter certa direção e não deixar que essa formação fique sendo
1863 meramente técnica, e é preciso que essa capacitação leve em consideração essa
1864 realidade brasileira exatamente inclusive para que haja melhoras no sistema de
1865 segurança. Então, nesse sentido é que nós entendemos que os critérios para acesso a
1866 esses recursos devem considerar mais elementos como, por exemplo, os estados que
1867 ainda permitem existência de tortura no seu sistema, quer dizer, um estado que ainda
1868 continua praticando tortura, ele não pode ter o mesmo peso do que outro estado que
1869 procura vencer a tortura que é um mal maior que existe. Então, a minha pergunta reside
1870 nesse ponto, senador, até que ponto nós podemos estabelecer critérios mais afinados
1871 com as questões de direitos humanos nessa ideia de criação do fundo como critérios
1872 para acessá-lo.

1873

1874 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Ok. Estas são as
1875 três primeiras perguntas, depois o coronel Marlon, Antonio Maciel e P. Queiróz.

1876

1877 **O Sr. João Capiberibe (Senador da República – PSB/AP)** – Vamos começar pela
1878 última questão. Eu acredito que nós vamos aprovar esse projeto. Temos tentado um
1879 diálogo com o Ministério da Justiça para que não haja dificuldades com a base de apoio
1880 do governo, porque é importante termos uma política nacional de segurança pública. A
1881 emenda constitucional não entra no nível operacional. Aí vai ser a lei que vai
1882 regulamentar e nós vamos detalhar exatamente o significado desses índices de violência,
1883 investimento de capacitação e formação, podemos definir na lei até que tipo de
1884 formação se pretende para a segurança pública. Eu imagino que a União Federal é quem
1885 vai distribuir o fundo. Para distribuir o fundo, os critérios vão estar na lei complementar,
1886 a lei que vai regulamentar a PEC. E aí eu acho que vou recorrer ao conselho para nos
1887 ajudar. Eu pretendo inclusive apresentar a proposta de regulamentação, eu já estou
1888 trabalhando nela e aí eu peço ao conselho que nos ajude na elaboração definindo
1889 critérios para poder ir dando consequência mesmo a esses enunciados gerais, para ir
1890 definindo políticas específicas que a lei que vai regulamentar o fundo deve contemplar.
1891 Então, eu peço já esse apoio. Eu volto a insistir que o século 20 foi feito por poucos,
1892 então, a política não é pensada por 100% da população, tanto é que para universalizar a

1893 educação, é muito recente, em 98 foi o FUNDEF que terminou vinculando e que eu
1894 acho que a União Federal vai fazer a mesma coisa com a segurança pública. O Fundef
1895 terminou entrando no orçamento municipal, no orçamento estadual e estabelecendo
1896 regras que permitiram a universalização da educação. Ou seja, a União passou a pensar
1897 a educação como deverá passar a pensar a segurança pública, não tenho a menor dúvida
1898 do que estou falando. Nas áreas mais isoladas e eu vivo numa região isoladíssima, eu
1899 posso entrar num barco lá em Macapá e andar 15 horas e no final eu vou encontrar uma
1900 escola e um professor numa ilha perdida no Oceano Atlântico, vai estar lá o professor,
1901 vai estar lá uma escola, por quê? Porque tem uma política nacional que permitiu que
1902 isso acontecesse. O que podemos discutir é a qualidade da educação. Aí já é outro
1903 departamento, outra discussão como nós discutimos a qualidade de serviços jurídicos
1904 que nós prestamos, que é um serviço absolutamente elitista, a justiça funciona para
1905 punir os pobres, proteger os ricos, isso não é novidade. Eu vou confessar a vocês, eu
1906 tinha uma esperança muito grande em acabar com o foro privilegiado, eu confio muito
1907 na instância de primeiro grau porque funciona, eu tenho a sensação de que ele é bem
1908 mais isento do que nos tribunais, os tribunais gerenciam o sistema, eles dependem de
1909 relações políticas, então, eles são muito influenciáveis. Eu fui governador e me lembro,
1910 só que a relação minha com os tribunais era muito ruim por causa dos gastos excessivos
1911 do tribunal, eu sou gestor público e olhava os balanços e me assustava a quantidade de
1912 dinheiro que os tribunais têm disponíveis, esse é o desequilíbrio enorme. As carreiras de
1913 Estado no Brasil também receberam esse tipo de benefícios que terminaram
1914 desvirtuando um pouco a sua função. Eu entendo, o Brasil é um país muito complicado,
1915 o conselheiro estava falando não se trata de policial, mas é um serviço que a sociedade
1916 precisa. Hoje garantir a segurança de um cidadão num bairro periférico é tão importante
1917 do que ter uma escola ou um posto de saúde. Não dá para negar isso. Mas o Estado
1918 brasileiro tem condição de oferecer isso? Pode ser que São Paulo, pois São Paulo é um
1919 país dentro do país. Nós aqui pagamos imposto para São Paulo, já começa por aí. O
1920 imposto que mais arrecada no Brasil é o ICMS. E de tudo que nós consumimos no
1921 Amapá, no Acre, em qualquer lugar, 12% vai para São Paulo. Por isso que é muito
1922 difícil fazer reforma tributária no Brasil. E é um imposto injusto. Então, essas mudanças
1923 estruturais que poderiam nos permitir políticas públicas que pudessem incluir a
1924 população esbarram nas imensas dificuldades estruturais que nós temos seja na
1925 arrecadação tributária ou na distribuição desses recursos. São Paulo sobra dinheiro,
1926 sobra não sei, mas tem muito recurso, como disse a conselheira, e nós vimos aqui, tem

1927 uma delegacia de polícia para cada 20 mil habitantes, mostra que São Paulo é outro
1928 país, é outra situação. Quantas universidades públicas estaduais têm em São Paulo? As
1929 melhores universidades do país estão em São Paulo. É um caso à parte. Eu acho que
1930 essa injeção de recursos que estamos procurando está vinculada também a essa
1931 necessidade de formulação de uma política nacional de segurança pública e eu acho que
1932 não tem como escapar. Uma vez aprovado esse fundo, o governo federal vai ter que
1933 aprovar essa política, como fez com a educação e a saúde.

1934

1935 **O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais**
1936 **Militares e Bombeiros do Brasil)** – Eu, primeiro, queria parabenizar o senhor por essa
1937 bandeira. Há uns 8 a 10 anos que eu convivo aqui com o Congresso e existem lá
1938 algumas dezenas de projetos nesse sentido, mas que nunca andaram como está andando
1939 sua PEC, mas por empenho pessoal porque todos nós sabemos que sem essas audiências
1940 públicas não andam. Então, eu queria parabenizá-lo porque é uma bandeira,
1941 principalmente para nós, muito importante. E outra coisa que o senhor disse muito
1942 importante é que a segurança pública é cara e os governos insistem em querer
1943 economizar com segurança pública, basta ver os cortes enormes que existem de
1944 contingenciamento na segurança pública. A secretária Regina Miki reclama aqui
1945 constantemente pelo corte no orçamento. Então, todos os governos insistem em
1946 economizar com segurança pública e nunca desejam vincular, o senhor disse também,
1947 qualquer receita a qualquer programa que exista, mesmo educação, saúde e tal. Aí eu
1948 pergunto: o senhor realmente tem esperança que isso passe? O que precisa mesmo ser
1949 feito para que isso avance lá no Senado e na Câmara, pois acho que o embate nesta
1950 última será muito maior, eu imagino isso? O senhor tem esperança? O que precisaria
1951 fazer para que isso ande e foquemos as forças nisso? Para não dispensar força, a verdade
1952 é essa. Há esperança mesmo? O que precisa ser feito?

1953

1954 **O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação Nacional dos Peritos em**
1955 **Papiloscopia e Identificação - FENAPPI)** – Bom-dia, senador. Eu também gostaria de
1956 parabenizar o senador por abraçar esse projeto, inclusive em relação à Lei 131 que
1957 permitiu ao país conhecer realmente onde estão os recursos. No meu estado, Goiás, a
1958 grande dificuldade na aplicação dessa lei é em função (?) administrativas, eu acho que
1959 foi um avanço muito importante. O senhor disse sobre a questão da segurança pública e
1960 o sistema que envolve obviamente todos os órgãos. O próprio Conasp representa a

1961 sociedade civil, os gestores e os trabalhadores. Eu, como parte dos trabalhadores na área
1962 de segurança pública, pertencço à perícia oficial do Brasil, e dentro do sistema de
1963 segurança da Polícia Civil, na perícia a situação ainda é mais caótica, praticamente não
1964 consegue responder ao anseio da pessoa que procura uma prova para provar sua
1965 inocência ou às vezes é condenado porque também não consegue provar que não é ele.
1966 Eu queria pedir sua atenção em relação a esse recurso que, de repente, não poderia
1967 direcionar para essa instituição no sistema de segurança pública que, juridicamente, está
1968 dentro da polícia judiciária, mas nós temos uma realidade onde muitos estados já estão
1969 fora da segurança pública e aí cria mais uma celeuma, você não é nem polícia e nem
1970 perícia. Existem alguns projetos nessa área. E a questão de recurso, por exemplo, eu sou
1971 vinculado ao Instituto de Identificação, a parte que trabalha com impressão digital, o
1972 senador Pedro Simon, em 97, propôs a criação do Registro de Identidade Civil (RIC)
1973 único no país porque hoje você pode fazer uma identidade em cada estado com nome
1974 diferente. Nos crimes de colarinho branco, até na época, um banco quebrou e descobriu-
1975 se que lá todo mundo era laranja. Ou seja, o sistema favorece a propagação do crime
1976 organizado porque o país não tem um banco de confiança para identificar o cidadão.
1977 Como ele pode implementar uma política nacionalmente se ele nem conhece o cidadão?
1978 Foi feita uma pesquisa, 10% da população não têm identidade. Saiu uma matéria
1979 inclusive no Fantástico, uma senhora do Nordeste, era empregada numa família, ela teve
1980 três filhos nessa residência e usava sempre o documento da patroa para ter acesso a
1981 serviço público. Ou seja, é básica a questão do fortalecimento da identidade da pessoa.
1982 E esse projeto tinha um prazo de 5 anos para ser regulamentado, quer dizer, em 2012,
1983 obrigatoriamente, nenhum documento nacional passaria a ter validade, nunca foi
1984 regulamentado. Agora há pouco tempo, no final do governo Lula, foi regulamentado, e
1985 o projeto não avança porque não tem recurso. A presidente Dilma, este ano, aprovou
1986 uma lei federal dando isenção à primeira via de identidade para o brasileiro. Mas, por
1987 exemplo, 50% das emissões nos institutos de identificação são de segunda via. Então,
1988 para terminar, se poderia através até mesmo de um recurso da emissão do documento,
1989 porque você criaria um sistema nacional de identificação que subsidiaria todo o sistema
1990 de uma política até. E já para concluir, aqui no entorno do Distrito Federal, por
1991 exemplo, leva meu estado a enorme número de violência e aí quando se analisa o
1992 recurso do DF, por exemplo, são 6 bilhões que Brasília possui para a área segurança
1993 pública e saúde, e o meu estado se fosse dez por cento, 600 milhões, seria mais do que o
1994 orçamento inteiro da minha secretaria. Existem muitos problemas realmente de

1995 financiamento. Dentro desse projeto, não se poderia direcionar algum tipo de verba para
1996 a perícia?

1997

1998 **O Sr. Pedro Queiróz da Silva (Associação Nacional de Entidades de Praças**
1999 **Militares Estaduais – Anaspra)** – Bom-dia, senador, eu quero parabenizar Vossa
2000 Excelência pela iniciativa da criação dessa PEC que institucionaliza o piso nacional de
2001 segurança pública. Eu era policial militar com 31 anos de serviço e sempre busquei
2002 encontrar uma solução que viabilizasse a atividade policial como uma atividade que
2003 pudesse ser valorizada ante os riscos que iminentemente são postos os policiais e
2004 bombeiros militares. Mas, os 31 anos foram foi embora porque eu acabei de ser
2005 demitido pelo governo do estado do Ceará, por ato do governador, obviamente, por uma
2006 questão de conjuntura política. Mas, será resolvido. Quanto à questão do Fundo
2007 Nacional de Segurança Pública que é uma questão importante para os brasileiros terem
2008 mais paz e terem suas vidas preservadas que não é mais hoje privilégio de nenhum
2009 brasileiro, fiquei até triste quando o senhor disse que fora advertido que não deveria
2010 caminhar uma quadra onde reside em razão da violência que se instalou também no DF.
2011 E ouvindo Vossa Excelência dizer que andou horas e horas em um barco e encontrou
2012 nos rincões do Amazonas uma escola funcionando porque a educação foi universalizada
2013 com a ajuda da União, com o Fundeb que levou a todos os municípios uma espécie de
2014 subsídio para que o professor pudesse ter dignidade no exercício de sua atividade. Mas,
2015 olhando os outros fundos que já existem no Brasil, eu fiquei pasmo porque uns são
2016 extremamente importantes, outros eu acho que poderiam ser reformulados como, por
2017 exemplo, o Fundo Partidário que só este ano vai levar do Tesouro da União quase 300
2018 milhões de reais a serem rateados entre os diretórios partidários. O Fundo de
2019 Participação dos Municípios também não fica muito atrás porque observamos que no
2020 meu estado que tem que 183 municípios, e eu rodo muito o Ceará, eu vejo, às vezes,
2021 senador, que muitas vezes um município é uma rua principal, a igreja no fundo, o
2022 gabinete do prefeito e uma câmara. Não tem economia nenhuma. Os gestores vivem à
2023 custa do Fundo de Participação do Município. Não buscam nenhum meio de aquecer a
2024 economia daquele município para que a população tenha dignidade. E eu perguntaria se
2025 Vossa Excelência não poderia, independentemente do relator, Aécio Neves, senador
2026 ilustre lá de Minas, contribuir para que parte desse fundo verdadeiramente chegue ao
2027 agente da agente de segurança pública porque não adianta, hoje já ouvi aqui em algumas
2028 falas, que a Senasp praticamente executa 80% dos recursos do Ministério da Justiça, ou

2029 seja, os governadores vêm a Brasília, levam o dinheiro da União para materiais bélicos,
2030 uniformes, e outras coisas que eles acham bonito, e não valorizam o ser humano, o
2031 policial militar, o bombeiro militar, o policial civil, os peritos e tudo mais, a segurança
2032 pública não é só o policial militar fardado como a maioria da população brasileira tem
2033 equivocadamente a ideia. Temos um monte de profissionais, os agentes penitenciários e
2034 outros que acabam ficando com essa conta do que recolhe nas ruas e manda para ele.
2035 Mas a pergunta é basicamente esta se o senhor teria como, como a ajuda dos que
2036 pudessem ajudar nesse projeto, não deixar que o fundo deixe de subsidiar os baixos
2037 salários que são praticados neste país por alguns governadores, que alegando Lei de
2038 Responsabilidade Fiscal, não dão um salário mais digno. Também acho interessante
2039 V.Exa., já de pronto, pedir ao conselho como um todo que o senhor irá se socorrer dele
2040 no futuro quando a PEC for aprovada, o senhor já está trabalhando na lei que vai
2041 regulamentar o tão sonhado fundo de segurança pública. Agradeço ao senhor.

2042

2043 **O Sr. João Capiberibe (Senador da República – PSB/AP)** – Cel. Marlon, vamos
2044 começar. Se há esperança. Veja, eu até agradeço ao conselheiro Maciel porque ele
2045 lembrou de uma lei que é de minha autoria é a Lei Complementar 131, a Lei da
2046 Transparência, que tornou obrigatória a exposição em tempo real de todas as receitas e
2047 despesas públicas. Eu fui eleito senador em 2002, e em 2003 eu dei entrada nesse
2048 projeto porque já era algo que eu já vinha fazendo. Eu fui prefeito da minha cidade e eu
2049 expus na frente da prefeitura um quadro negro enorme com 5, 6 metros; de um lado eu
2050 colocava receita e no outro colocava despesas. E isso foi muito interessante porque eu
2051 mesmo quando entrava na prefeitura e ficava observando ali e depois quando
2052 governador, eu fui o primeiro governador a colocar minhas contas na internet,
2053 diariamente tinha lá movimentação bancária e também todas as despesas detalhadas em
2054 tempo real. A partir de 2002, começo 2003, nós então abrimos isso para a comunidade.
2055 Esses sistemas integrados, todas essas bases de dados que se transformaram em
2056 execução orçamentária financeira eletrônica, já vem do início da década de 90, então,
2057 quando chegou no final da década de 90, em 2001, eu pensei que já que fomos eleitos
2058 pelo povo, então o povo também tem direito a ter todas essas informações e aí nós
2059 desenvolvemos um programa e colocamos na internet, quando eu dei entrada nesse
2060 projeto no Senado, era 2003, eu confesso que poucos senadores se interessavam por
2061 computador, vivíamos numa fase ainda analógica, estou falando de dez anos atrás, mas
2062 as pessoas me diziam: “Olha, seu projeto de lei aí nunca vai passar”. Lá no Senado

2063 acabou passando porque os senadores não estavam muito preocupados, têm leis que
2064 aprovamos ali que a maioria nem leu, não sabe o que é, não sei se não foi o caso, porque
2065 eu conversava muito com os senadores, um por um, explicando, fiz várias apresentações
2066 on-line mostrando lá do Amapá e acabou sendo aprovado no Senado. Há uma estratégia
2067 muita clara no Congresso Nacional: quando não se quer aprovar um projeto, o coronel
2068 Marlon já disse que na Câmara é mais difícil, aprova no Senado sabendo que vai segurar
2069 na Câmara. A Lei da Transparência foi aprovada no Senado em novembro de 2004 e
2070 ficou na Câmara engavetada até 2009. Em 2009, teve aquele escândalo das passagens
2071 aéreas, não sei os senhores e senhoras se lembram? Está no inconsciente popular de que
2072 todo político é igual, mas não é bem assim, mesmo lá no Parlamento, nós temos frentes.
2073 Temos a Frente de Combate à Corrupção. Quando aconteceu lá na Câmara esse
2074 escândalo das passagens aéreas, essa frente se reuniu, havia uma pressão muito grande
2075 para votar projetos capazes de inibir a corrupção, os desmandos, e aí a Lei
2076 Complementar aparece como a número um e foi nessa crise que nós aprovamos essa lei.
2077 Eu não quero dizer que com a PEC 24 vai acontecer a mesma coisa, eu acho que não, eu
2078 acho que temos condições sim de aprová-la, mas já dentro de um grande debate. Nós
2079 nem começamos a debater no Senado. O processo só começa quando o relator apresenta
2080 seu relatório e nós estamos ainda debatendo fora do Senado. Para vocês terem ideia nós
2081 já debatemos a PEC 24 em Campo Grande, São Paulo, Belo Horizonte, Goiânia,
2082 Macapá e agora no dia 16 vamos para Porto Alegre. Um debate mais amplo, até por que
2083 a democracia precisa de pressão, não tem democracia sem pressão, têm que estimular as
2084 bases para conversar com seus senadores, deputados sobre o projeto, então, eu acho que
2085 nós temos uma expectativa positiva sobre a aprovação desse projeto. O governo federal
2086 vai ter que se debruçar, uma vez aprovado, não acredito que a presidente vá vetá-lo, não
2087 acredito, vai ter que dar consequência e é muito importante para a União ter uma
2088 política nacional de segurança pública num país de 8.500km quadrados, com fronteiras
2089 enormes, então, eu acho que vocês vão ter mais trabalho aqui, uma vez aprovada essa
2090 PEC, vai lhes dar um pouco mais de trabalho, porque, necessariamente, vai ter que
2091 formular política de segurança mais abrangente, com orçamento, porque sem orçamento
2092 não tem política, fica claro. Agora, veja só, no Brasil existem vários fundos, é verdade.
2093 Há falta de ordenamento na aplicação dos recursos e existem também muitas isenções.
2094 Um país que protege uns e descobre outros. Só que nós não podemos trazer para a pauta
2095 todos os problemas, então nós temos que cuidar de um por um, eu me preocupo com a
2096 segurança pública e com a segurança das pessoas. Eu sou membro da Comissão de

2097 Direitos Humanos do Senado e sou presidente da Subcomissão da Verdade Memória e
2098 Justiça, nós estamos trabalhando, alguém falou de tortura e é verdade que ela continua
2099 torturando o Brasil, eu acho muito interessante constar aqui na Lei Complementar uma
2100 regra para declaração dos estados livres da tortura, isso é muito importante. A tortura
2101 tem muito a ver com a capacidade dos nossos legistas, de fortalecer as polícias técnicas
2102 porque é mais fácil extrair uma confissão pela tortura, pela tortura o sujeito confessa
2103 que assaltou um banco na lua, resolve mais rápido do que investigar e ter uma perícia
2104 eficaz para provar ou tornar inocente essa pessoa. Falando dessa área, eu acho
2105 fundamental na investigação a decisiva, a perícia tem que ter autonomia, eu não acho
2106 que a área de perícia tem que estar vinculada às Secretarias de Segurança, tem que
2107 autonomia com capacidade de decisão e com recurso necessário para poder fazer; e
2108 especializar nisso é preciso gastar dinheiro porque aí teremos uma perícia eficiente, se
2109 nós tivermos uma polícia capaz de investigar e tivermos respostas dos legistas, nós não
2110 vamos cometer injustiças condenando inocentes ou então soltando criminosos. Acho
2111 que esse é um aspecto que o conselheiro Maciel levantou e ele tem inteira razão, é
2112 possível sim, inclusive estabelecer regras na Lei Complementar para direcionar o
2113 dinheiro. Como foi feito no Fundeb, como foi feito nos fundos, pode sim. Espero aqui a
2114 contribuição do conselho na hora que formos formular a lei complementar.

2115

2116 **O Sr. Jefferson Alessandro Galdino Mamede (Conselho Nacional de Secretários e**
2117 **Gestores Municipais de Segurança Pública)** – Prezado senador, bom-dia, parabenizá-
2118 lo por sua iniciativa. O senhor citou por diversas vezes a importância de São Paulo na
2119 questão da Política Nacional, então eu quero parafrasear um governador inovador do
2120 estado de São Paulo na década de 70, o Franco Montoro, no que ele disse sobre o
2121 cidadão: “Ele tem uma nacionalidade, ele pertence ao Estado, mas ele vive no
2122 município”. E o senhor mesmo falou da universalização da política, mas no escopo
2123 desse material que foi distribuído que faz uma síntese da PEC, o senhor discursa e
2124 apresenta aqui o empoderamento do Estado, das polícias, então, eu gostaria de fazer
2125 uma consideração no sentido de que seja considerada a transferência desse fundo de
2126 desenvolvimento para o município. E que seja pensado também no município algumas
2127 receitas vinculantes, por exemplo, o IPVA, receitas para autorização para realização de
2128 grandes eventos, entre outras que também têm impacto direto nas questões da segurança
2129 pública e da prevenção à violência. E o segundo ponto, alguns companheiros aqui já
2130 falaram da questão do contingenciamento, o senhor mostrou aqui o Pronasci, na

2131 verdade, o Pronasci foi um programa do governo federal que colocou o município como
2132 protagonista. Então, isso fortalece a minha primeira consideração. E vemos um
2133 decréscimo de aporte de recursos ao longo dos anos. Isso se dá muito pela falta de
2134 proteção ao contingenciamento, sempre que existem problemas financeiros existem
2135 contingenciamento e como o fundo não tem uma proteção, os contingenciamentos do
2136 fundo acontecem e aí temos a redução do aporte de recursos. Então, que seja pensada a
2137 questão da proteção do contingenciamento do Fundo Nacional de Segurança Pública.
2138 Muito obrigado.

2139

2140 **O Sr. Cel. Carlos Alberto David dos Santos (Presidente do Conselho Nacional de**
2141 **Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares –**
2142 **CNCG-PM/CBM) - Bom-dia, senador. Já faz um ano que nós participamos junto com**
2143 **o senhor em parceria com a Associação de Cabos, Soldados e Subtenentes em Campo**
2144 **Grande, na audiência pública que tratou dessa matéria. Elogio a persistência do senhor**
2145 **porque nós da segurança pública precisamos de pessoas assim que lutem para garantir**
2146 **recursos porque o senhor sabe que hoje ente nenhum da Federação tem mais condições**
2147 **de manter sua segurança, os seus órgãos de segurança pública, e fazer os investimentos**
2148 **que são necessários para dar mais segurança para o povo brasileiro. Eu só gostaria, já**
2149 **que o Jefferson Mamede acrescentou a questão do IPVA, que o senhor estudasse**
2150 **também a possibilidade de acrescentar aí o seguro obrigatório de veículos, DPVAT, é**
2151 **um seguro ainda desconhecido por boa parte da sociedade brasileira e os que conhecem**
2152 **por conta da burocracia não fazem uso dele. E também quanto ao parágrafo terceiro do**
2153 **artigo terceiro apesar de considerar essa premissa verdadeira que quem tem que receber**
2154 **mais recurso é aquele que melhor paga a seu servidor da segurança pública, eu fico**
2155 **preocupado também com as estados mais pobres que por conta da falta de recursos não**
2156 **pagam bem ao seu servidor e vão acabar sendo prejudicados por isso também. Então,**
2157 **apesar de a premissa ser verdadeira, não podemos esconder essa preocupação do senhor**
2158 **aí. Só isso, senador, parabéns pela persistência.**

2159

2160 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) –**
2161 **Bom-dia, senador. Inicialmente, como já foi feito, parabenizá-lo pela iniciativa.**
2162 **Enquanto presidente da Associação Nacional dos Peritos estive em visita ao estado de**
2163 **Vossa Excelência e foi o primeiro estado da Federação a ter uma perícia autônoma,**
2164 **perícia fora do sistema da polícia, e como governador o senhor deu muito apoio à**

2165 perícia. Mas, eu queria fazer duas colocações: uma complementando o conselheiro
2166 Marlon que falou da Câmara. Eu queria complementar, já houve diálogo de Vossa
2167 Excelência com o Ministério da Justiça, com a Secretaria Nacional de Segurança
2168 Pública? E caso positivo, qual foi o posicionamento deles, favoráveis ou não, se eles
2169 têm alguma ponderação em relação ao projeto? E a segunda, complementando ao que o
2170 conselheiro Maciel colocou, exatamente para chamar a perícia para dentro do projeto.
2171 Nós temos um problema de identidade grande porque alguns estados estão fora da
2172 polícia e em alguns estados nós estamos dentro, como eu falei, o estado de Vossa
2173 Excelência foi o primeiro, mas agora esta semana foi aprovada a admissibilidade de dois
2174 projetos nossos, o 325 e o 499, que tratam exatamente da constitucionalização da
2175 perícia, em breve nós estaremos resolvendo esse problema. Então, é exatamente a
2176 garantia desses recursos senão na PEC, mas na lei complementar, uma garantia dos
2177 investimentos para a perícia oficial do Brasil. Obrigado.

2178

2179 **O Sr. Alberto Cabral (Grande Oriente do Brasil)** – Bom-dia, senador. Eu vou ser
2180 bastante rápido, eu tinha um arrazoado, mas eu o apago. Eu tenho três perguntas: a
2181 primeira: como se chegou aos 3% de contribuição sobre o lucro líquido dos bancos? Se
2182 você leva, por exemplo, a projeção do lucro líquido do Banco do Brasil para este ano
2183 vamos ter alguma coisa em torno de 440 milhões, pensando nos 3%, apenas Banco do
2184 Brasil. Então, a primeira pergunta é: como se chegou a esses 3%. E logo em seguida por
2185 que apenas ou por que tanto? A segunda, eu havia pensado também na questão do IPA,
2186 mas já se falou em IPVA e Dpvat, onde ficam as loterias nisso? Também poderia ser, de
2187 alguma forma, um percentual do que é arrecadado com as loterias para também
2188 contribuir na constituição desse fundo. E a terceira pergunta diz respeito a nós. O senhor
2189 enquanto agente parlamentar que conhece em profundidade os meandros do Congresso
2190 Nacional, na sua ótica, de que maneira o Conselho Nacional de Segurança Pública
2191 poderia auxiliar na materialização dessa PEC? Obrigado.

2192

2193 **O Sr. José Roberto Bellintani (Instituto São Paulo contra Violência)** – Bom-dia,
2194 senador, eu sou do Instituto São Paulo contra a Violência e estamos compartilhando
2195 aqui uma cadeira paulista. Há poucos dias atrás, o governador do estado de Goiás,
2196 Marcone Perilo, do mesmo partido do relator da PEC que o senhor apresentou, propôs
2197 mexer no pacto federativo na transferência dos fundos de estados, ele falou que o
2198 Governo Federal deveria ter uma participação no financiamento da segurança pública,

2199 então se isso de alguma maneira foi levado para o Congresso, principalmente para o
2200 Senado. Eu assinou um artigo na Folha de São Paulo, o governador de Goiás, propondo
2201 a meu ver de alterar o fundo de participação dos estados. Então, o governo federal
2202 pagaria uma parte da conta da segurança pública, ai ele fala em PEC 300 e tal. E a outra,
2203 nem é uma questão é só uma consideração, se não houver vínculo entre o fundo de
2204 financiamento da segurança pública e a estrutura da política, eu vejo com grande
2205 preocupação. Nós tivemos o Pronasci, que o senhor citou, foi um programa nacional
2206 que conseguiu trazer recurso, mas a maior parte do tempo os recursos foram
2207 contingenciados. Em tendo os recursos, mas não tendo a estrutura da política nos três
2208 níveis de governo, eu vejo com grande preocupação ter um fundo, é lógico que é melhor
2209 do que não tê-lo, mas...Obrigado.

2210

2211 **O Sr. Edson Diniz Nóbrega Júnior (Redes de Desenvolvimento da Maré)** – Bom-
2212 dia, senador. Eu sou do Rio de Janeiro e represento uma instituição chamada Redes da
2213 Maré que fica no conjunto de favelas da Maré, que é o maior conjunto de favelas do Rio
2214 de Janeiro hoje e possui 140 mil pessoas. É maior do que 90% das cidades brasileiras,
2215 só esse conjunto de favelas. Eu nasci lá, cresci e ajudei a fundar essa instituição. O
2216 senhor falou na questão da UPP que é hoje um modelo que está se investindo muito no
2217 Rio de Janeiro, inclusive lá na Maré ela será a próxima, segundo o governo estadual, a
2218 receber a UPP e aí são muitas as dificuldades. O senhor falou na questão dos recursos.
2219 O secretário de Segurança agora afirmou que para fazer a UPP na Maré precisaria de
2220 1.500 policiais, é um contingente bastante grande. Aí já tem uma dificuldade. E uma as
2221 discussões no Rio, apesar desse modelo lá hoje estar sendo bastante criticado por conta
2222 das relações que se estabelecem no território, essa é outra questão, mas uma das críticas
2223 que se faz hoje é quanto à viabilização desse modelo ao longo de tempo porque imagine
2224 manter um mil e quinhentos policiais, isso na Maré, sem contar o Complexo do Alemão
2225 que é do lado, a Rocinha, enfim. A polícia não tem esse contingente, inclusive está
2226 formando esse contingente, inclusive a alegação do secretário é que ele não tem pessoal,
2227 por isso está adiando. E essa questão que o senhor traz é fundamental. O projeto da
2228 UPP, por exemplo, tinha um empresário no Rio de Janeiro que aportava 20 milhões de
2229 reais por ano para ajudar nessa construção da UPP. Esse empresário está quebrado, isso
2230 é falado pelos jornais, e ele retirou esse aporte. Isso fragiliza a questão da continuidade
2231 desse projeto. De modo que essa discussão é fundamental. Na verdade, a minha
2232 indagação é como é que está esse debate? Porque eu acho que tem outro problema

2233 importante: a população mais pobre, e o senhor falou várias vezes nisso, muitas vezes,
2234 ela acaba não vendo o direito dela na questão da segurança pública, talvez a educação,
2235 talvez a saúde por ter um debate mais longo, isso me parece mais consolidado hoje, mas
2236 a população mais pobre não vê isso como um direito e ela pouco tem espaço para
2237 debater essa questão de segurança. Na Maré, vemos muito isso, além de medo de
2238 discutir essa questão, elas têm pouco espaço. A minha pergunta é neste sentido: o
2239 senhor tem feito vários debates, tem encaminhado e juntado forças nesse sentido. Então,
2240 como o senhor está vendo esse debate hoje, não só sobre o projeto, mas na questão ao
2241 direito segurança pública? O senhor abre com o projeto esse debate. Tivemos agora há
2242 pouco tempo também a questão da PEC 37 que tomou o país, que tomou um vulto e
2243 envolveu todo mundo, inclusive as pessoas que tradicionalmente não têm espaço. E só
2244 para fechar dentro desse tema, o senhor faz um convite a este conselho, que acho
2245 também fundamental e nos provoca a nos colocarmos em relação a isso e eu queria se o
2246 senhor pudesse dizer um pouco mais do que o senhor espera de concreto deste conselho.
2247 Porque acho que é uma provocação importante que o senhor faz e acho que este
2248 conselho precisa se colocar diante dessa provocação.

2249

2250 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Aproveitando que
2251 o Edson falou sobre isso, o senador disse que íamos ter muito trabalho depois de a PEC
2252 aprovada. Eu já estava ansioso para ter trabalho antes da PEC aprovada.

2253

2254 **O Sr. Henrique Mendonça de O. Queiróz (Associação Nacional dos Peritos**
2255 **Criminais Federais – APCF)** – Bom-dia, senador. Gostaria de reiterar a questão da
2256 polícia científica, por ser uma polícia cara que atua na produção das provas e como
2257 também na questão da identificação da tortura, na identificação e no combate, existe aí o
2258 Protocolo de Istambul, não me recordo a data desse protocolo, mas o País é signatário, e
2259 nós não teríamos condições financeiras mesmo de colocar esse protocolo em prática
2260 possibilitando a identificação dessas vítimas. E gostaria de passar uma visão do
2261 profissional da área da polícia judiciária que é realmente da necessidade de ter maior
2262 envolvimento do Poder Judiciário nessas discussões e talvez até na questão financeira,
2263 como o senhor tocou. Temos problema, por exemplo, a investigação passa, veículos são
2264 apreendidos e a justiça se recusa a receber esses veículos, a polícia tem que permanecer
2265 com a guarda desses bens o que gera um custo gigantesco para a polícia, para o
2266 Executivo, no caso, e que isso tudo vai estourar mesmo a melhoria da polícia, até

2267 conversando aqui com o colega Massimiliano, lá no sistema penitenciário também,
2268 então a justiça está no meio, ela está envolvida e deveria ter uma participação maior,
2269 essa é a percepção dos profissionais da polícia judiciária.

2270

2271 **O Sr. Cel. Washington França da Silva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) –**
2272 Senador, só para complementar aqui, alguns até já falaram sobre a questão de onde deve
2273 originar esse recurso e falaram aqui do IPVA e tal. Eu incluiria também a taxação de
2274 produção e comercialização da bebida e do cigarro. São coisas que trazem danos às
2275 pessoas e que criam também problemas para a questão da segurança. Eu poderíamos
2276 também taxar alguns grandes estabelecimentos que, de certa forma, terminam também
2277 se utilizando do serviço de segurança, além dos que já foram ditos aqui dos grandes
2278 eventos, onde também o recurso da segurança termina sendo muito aplicado. Na questão
2279 dos critérios de distribuição, eu acredito que seria interessante se pensar que esses
2280 investimentos levem em consideração que as políticas tenham que estar sendo
2281 desenvolvidas integralizadoras e também de forma articulada, que sejam políticas que
2282 estejam se desenvolvendo dessa maneira, e que não se limitem apenas à ação de polícia.
2283 É preciso levar em consideração de que essas políticas a serem implementadas não se
2284 limitam apenas à ação da polícia, que sejam políticas mais ampliadas. Como também
2285 levar em consideração, o companheiro acabou de falar, da justiça, é preciso também
2286 utilizar-se como critério a celeridade da justiça para julgar e como também ao
2287 esclarecimento de determinados crimes. E insistir naquela questão de que é preciso que
2288 esse recurso, a meu ver, eu vou bater nessa tecla, mais do que comprar viaturas, mais do
2289 que comprar armamento, que isso é uma obrigação do Estado, é preciso investir, pode
2290 ser até que já esteja contemplado aqui nesta cartilha que o senhor distribuiu – A
2291 educação e capacitação dos profissionais de segurança, o desenvolvimento de pesquisa e
2292 tecnologia na área de segurança. Por exemplo, nós não temos hoje nenhuma
2293 padronização do tipo de viatura utilizada pelos policiais. Então, cada estado, cada
2294 governo acha que pode comprar determinado tipo de veículo para o serviço de polícia.
2295 Não tem a menor condição de o policial fazer o seu trabalho com segurança, como
2296 também que essas pesquisas e esses estudos possam levar em consideração o
2297 desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de comunicação, na área de tecnologia
2298 forense que nos falta muito também tecnologia nacional nessa área. Então, eu acredito
2299 que o recurso poderia ser utilizado para investir nisso, como também para o

2300 desenvolvimento de programas de prevenção, desde que seja de forma integrada,
2301 articulada.

2302

2303 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Obrigado.
2304 Passamos agora a palavra ao senador para as considerações finais.

2305

2306 **O Sr. João Capiberibe (Senador da República – PSB/AP)** – Começando pela última
2307 questão. Quando você fala que não existe uma padronização dos equipamentos da
2308 polícia, seja viatura ou outros, é por que não existe uma política nacional. Sem nenhum
2309 prejuízo para o princípio federativo, numa política nacional é possível, sim, prever
2310 determinados equipamentos iguais para todos os estados. O que reduziria enormemente
2311 o custo. Teria um volume padronizado de equipamentos que poderia atender o conjunto
2312 de estados brasileiros com certa identidade nacional. A ausência dessa política nacional
2313 é que dificulta muito a ação, cada estado tem a sua própria política de segurança, São
2314 Paulo tem a sua política de segurança, tem uma polícia superequipada, outros estados
2315 também. O conceito de segurança pública de São Paulo, o da Paraíba é outro, enfim,
2316 cada um tem um conceito diferente de segurança pública. Essa unificação de conceito
2317 também vai ser muito decisiva para o futuro na hora de formular as políticas. Eu não
2318 acredito na segurança pública com base nos equipamentos de última geração, eu
2319 acredito numa política de segurança pública com base no homem, na formação, na
2320 qualificação, na preparação. E numa logística integrada com a comunidade. É nisso que
2321 eu acredito. Eu acho que tenho resultado disso fantástico. Inclusive recebi prêmios
2322 internacionais em função desse conceito de política que nós desenvolvemos que teve
2323 enorme influência nos anos 90 aqui na Senasp, a Senasp foi muito influenciada pela
2324 política que nós desenvolvemos lá, inclusive mandamos vários quadros nossos para cá,
2325 para a Secretaria Nacional de Segurança Pública na época, enfim, o resultado você
2326 colhe é no fim do mês, quando você implanta uma polícia capaz de interagir com a
2327 comunidade você tem resultados imediatos. Enfim, mas são conceitos que não dão para
2328 discutir agora, acho que numa segunda fase. Respondendo agora por que 3% dos
2329 bancos? Eu acho que não vai passar. Gastar dinheiro do capital financeira, só se fizer a
2330 revolução e como não se fala mais em revolução, está meio devagar, eu acho que isso
2331 não vamos conseguir passar. Vai ser um grande debate. Mas, vai ser muito difícil você,
2332 eu imagino, eu também fiquei de olho gordo em cima dos lucros do Banco do Brasil. O
2333 ano passado foram 12 bilhões e tanto, e do Bradesco e tantos outros, e das bolsas,

2334 enfim. Mas, eu acho que será muito difícil que prevaleça essa contribuição dos bancos
2335 que, aliás, são os que mais necessitam de segurança pública. Então, eu vejo com
2336 extrema dificuldade. Sobre a contribuição do conselho. Eu acho que o conselho tem um
2337 papel muito importante na medida em que analisa esse projeto porque o debate não
2338 começou no Senado. E já respondendo a questão do Ministério da Justiça, o ministério
2339 está esperando que o projeto chegue na CCJ, porque eles têm lá assessores
2340 acompanhando o projeto e eles só entram no debate, oficialmente, na hora que o relator
2341 for apresentar concretamente o seu relatório para poder entrar na discussão. Eu acho que
2342 no mais tardar na outra semana nós vamos começar a tratar com o Ministério da Justiça
2343 sobre isso. Mas, ele vai participar diretamente do debate, serão chamados para audiência
2344 pública no Senado, vai interagir com certeza porque o ministério também tem interesse
2345 nesse projeto. Quanto às sugestões que surgiram aqui de incluir ao seguro DPVAT
2346 também recurso do IPVA, da venda de bebida, tudo, não surgiu nada novo aqui, porque
2347 nas audiências públicas fomos coletando sugestões e tudo foi para a mão do relator e
2348 deve ir para o debate na Comissão de Constituição de Justiça.

2349

2350 **O Sr. Cel. Washington França da Silva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** –
2351 É a vinculação do imposto porque conceitualmente não é permitido vincular imposto,
2352 justamente é o que difere dos demais tributos. Tem que mudar a PEC e tem que mudar
2353 também o conceito de tributo.

2354

2355 **O Sr. João Capiberibe (Senador da República – PSB/AP)** – É PEC. Mas, a PEC
2356 estabelece regras, nós cuidados disso, está contemplado a sua preocupação. Em relação
2357 à polícia científica, eu sugeriria uma instituição nacional, porque é verdade que o Brasil
2358 por ser uma federação de estados, cabe a responsabilidade aos estados, mas algumas
2359 áreas precisam de uma política nacional. Eu acho que a polícia científica pela
2360 importância que ela tem e vai aumentar cada dia mais pelo nível de desenvolvimento
2361 tecnológico, nós teremos que fazer uma polícia mais independente, uma polícia
2362 científica de Estado. Essa minha visão, quando eu fui governador, eu persegui isso lá e
2363 agora já começamos uma discussão sobre isso para separar, não entrar aqui mais um
2364 projeto específico transformando a polícia científica numa carreira de Estado, numa
2365 política de Estado. Sobre as UPPs. Veja, o grave problema é que não se pensou
2366 segurança pública, pensou-se nos direitos sociais, na saúde, na educação, mas a
2367 segurança, até a metade do século XX, a população era rural no Brasil, havia outro tipo

2368 de relacionamento social, à medida que as cidades foram inchando as políticas foram
2369 ficando acanhadas, e a segurança não acompanhou absolutamente nada o
2370 desenvolvimento, o crescimento, inchaço das cidades, não só a segurança, a educação e
2371 a saúde. Eu não sei qual o caso seria da Maré, mas na Maré nós temos postos de saúde,
2372 escolas para atender todo mundo? Sim. Pois então, falta segurança. Eu não tenho a
2373 menor dúvida que nós vamos caminhar para garantir segurança para todos. Do mesmo
2374 jeito, se eu pensasse na década de 50 numa educação tão inclusiva quanto temos hoje,
2375 eu estaria sonhando, como sonhou lá o senador João Calmon do Espírito Santo porque
2376 foi ele que durante anos vinha com a emenda da vinculação dos 25% para educação.
2377 Passou muitos anos até conseguir aprovação, depois outros tantos para regulamentação
2378 e outros tantos para execução, eu acho que foram mais de 20 anos até chegarmos a 1998
2379 com a criação do Fundef. Eu não me lembro da data da aprovação, mas era no início da
2380 década de 80 que ele aprovou a Emenda Calmon, que vincula os 25%. E que levou
2381 décadas para consolidar uma lei tão abrangente quanto à lei da vinculação do recurso
2382 orçamentário para a educação. E a mesma coisa é a Lei da Transparência. Nós vamos
2383 levar ainda um bom tempo. Só que agora o tempo encurtou por causa da velocidade da
2384 informação. E a lei fala especificamente na exposição em tempo real, ou seja, na rede
2385 mundial de computador, na internet, então, agora vai ser mais rápido. A Lei da
2386 Transparência está se impondo de uma forma muito mais rápida do que qualquer outra,
2387 por causa da pressão da sociedade em rede, das redes sociais, é uma pressão muito
2388 maior. Bom, o que o conselho pode nos ajudar? Primeiro, produzir uma análise em cima
2389 da lei, se decidir aprovar a lei, encaminhar a todos os parlamentares como sugestão do
2390 conselho, aos senadores também. Outra coisa é fazer um acompanhamento na
2391 tramitação. Não sei se o conselho tem condição de mandar um representante nas
2392 comissões. Começa pela Comissão de Constituição e Justiça, já está na CCJ, deu
2393 entrada lá, é ela que analisa os aspectos jurídicos. E assim que der entrada nós vamos
2394 avisar ao conselho para que possa fazer o encaminhamento, encaminhar sugestões para
2395 o debate. E podemos também convidá-los para as audiências públicas. Convidar o
2396 representante aqui do conselho para audiência pública e também os estados, os senhores
2397 e senhoras, promover debates e, sobretudo, mobilização da representação política agora
2398 no Senado, mais tarde na Câmara. Então, isso seria muito importante pelo peso que o
2399 conselho tem hoje na política de segurança pública, por mais que a Senasp não tenha
2400 dinheiro, nós valemos pelo orçamento que temos, é ou não é? (risos). Quando tem muito
2401 orçamento a Senasp vira uma vitrine, todo mundo procura. Eu me lembro em 2008, com

2402 todo esse volume de recurso, a Senasp tinha uma frequência, os conselheiros deveriam
2403 ter muito mais trabalho, eu acho. Então, o conselho tem esse papel importante e pode
2404 influenciar, sim, na hora do debate, na hora da discussão, nas audiências públicas que
2405 nós vamos convidá-los, vou pedir para minha assessora já colocar aí para convidar para
2406 as audiências públicas lá no Senado e mais tarde na Câmara, e também pensar já na Lei
2407 Complementar, na lei que vai regulamentar, trabalha as duas coisas, não pode, mas de
2408 repente se aprova uma PEC como essa, depois a regulamentação pode levar 10, 15 anos,
2409 então tem que já na sequência começar a pensar na regulamentação. Eu queria agradecer
2410 ao convite. Nós estamos à disposição lá no gabinete. Vamos continuar a discutir nos
2411 estados. Têm mais alguns estados que estão programados para irmos lá debater e
2412 discutir, mas agora tem que trazer para dentro do Senado mesmo a discussão. As
2413 lideranças dos profissionais da área de segurança, a Polícia Civil, Bombeiros, Polícia
2414 Militar estão mobilizados para ajudar no sentido da pressão em cima do Parlamento
2415 para eles aprovarem, eles estão totalmente de acordo com a lei, eles querem mudança e
2416 essas mudanças, algumas que eles estão sugerindo, serão acatadas, principalmente, no
2417 que diz respeito à aplicação de recursos para a questão salarial, acho muito importante,
2418 os salários são baixos, precisam melhorar, não há menor dúvida, precisamos investir nas
2419 pessoas que fazem segurança pública e começa pela salário. E, por último, eu queria
2420 fazer aqui um comercial, eu acabei de lançar um livro, eu sou presidente da
2421 Subcomissão de Direitos Humanos e eu lancei um livro contando uma parte, na verdade
2422 um romance autobiográfico contando a minha participação nos anos 70, no período da
2423 ditadura, e esse livro está nas livrarias chama-se Florestas no Meu Exílio. Vocês vão
2424 encontrar e vão me conhecer um pouco melhor e saber por que insisto tanto quando eu
2425 começo uma coisa, eu quero ir até o fim, para ganhar, e ganhar sempre é muito mais
2426 difícil, ganhar é ter conquista, mas quando temos uma rara conquista, festejamos muito,
2427 mas esse projeto eu acho que vamos conquistar, tem tudo para conseguirmos avançar
2428 com ele. Era isso. Muito obrigado.

2429

2430 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Senador
2431 Capiberibe, este conselho sentiu-se honrado com a sua presença, por tudo que foi
2432 produzido, por toda essa tecnologia de conhecimento que foi produzido nesta manhã,
2433 que hoje à tarde nós vamos nos debruçar exatamente nesse tema da reunião da manhã.
2434 Vamos começar a produzir. Mas, nós estamos sentindo uma vontade de aproveitar essa
2435 juventude que saí aí às ruas, apesar de que aqui somos jovens com experiência, mas que

2436 se sentiram renovados com as ruas brasileiras pela força da paz e não a paz pela força. E
2437 aí tínhamos solicitado ao Novacki, que é o nosso conselheiro-convidado, trabalha com o
2438 senador Blairo Maggi, estamos programado agora nestes dias, porque é difícil trazer o
2439 conselho para cá, é um custo muito alto e temos que aproveitar. E então nós
2440 improvisamos a nossa pauta para que não enchesse nada para podermos fazer o nosso
2441 protesto salutar, positivo, e queríamos chegar já à Presidência do Senado para fazermos
2442 isso. Gostaríamos de saber da sua parte se nós poderíamos fazer esse protesto já em
2443 favor da PEC, pelo que sentimos este plenário está disposto a ir amanhã para lá. Então,
2444 como a agenda do Senado não é fácil, mas aproveitando o momento que o Brasil passa,
2445 gostaria de fazer esse pedido ao Senador se seria possível ver com a presidência do
2446 Senado receber este conselho, já como agora um momento político importante, em
2447 qualquer momento amanhã nós poderemos, hoje à tarde também, qualquer hora.

2448

2449 **O Sr. João Capiberibe (Senador da República – PSB/AP)** – Bom, apesar de não ter
2450 uma relação muito próxima, mas eu vou conversar para que ele receba vocês. Vou fazer
2451 um pedido oficial, eu vou pela liderança do meu partido e de outros partidos que temos
2452 uma boa relação. Não vou colocar meu nome pessoal porque não sei se ajuda.

2453

2454 **O Sr. Eumar Roberto Novacki (Senado Federal)** - Senador, fazendo aqui um
2455 parêntese, o que às vezes nos deixa um pouco tristes, é perceber esse movimento todo
2456 que está acontecendo no país, a violência, como o senhor mesmo disse, assoladora, hoje
2457 de manhã quem viu o Bom-dia-Brasil, falaram sobre a questão da violência, ontem,
2458 novamente foi explorado isso, os índices estão alarmantes e percebemos que essa
2459 agenda proativa do Congresso, não percebemos a preocupação com a segurança pública.
2460 Então, a ideia deste conselho é ir às duas Casas para tentar sensibilizar primeiro os
2461 presidentes para que tragam a discussão para o Congresso sobre segurança pública.
2462 Então, eu acho que agora é um momento importante e nós gostaríamos de levar essa
2463 preocupação do conselho que eu penso está refletindo em cada um de nós como
2464 cidadão.

2465

2466 **O Sr. João Capiberibe (Senador da República – PSB/AP)** – Ir ao Senado, inclusive
2467 pedir até prioridade na tramitação da PEC com um documento para protocolar, eu acho
2468 fantástico que seja feito isso. Já estou levando aqui o celular do presidente e farei

2469 contato para dar retorno. Eles já têm a reivindicação do conselho? Para marcar hora para
2470 amanhã?

2471

2472 **O Sr. Eumar Roberto Novacki (Senado Federal)** - Senador, o que nós deixamos lá
2473 com o chefe de gabinete do presidente é em aberto porque a prioridade seria essa
2474 agenda lá, caso ele programe para hoje à tarde ou amanhã de manhã, nós vamos
2475 suspender aqui, encerra e faz essa visita lá ao Senado.

2476

2477 **O Sr. João Capiberibe (Senador da República – PSB/AP)** – Olha, muitíssimo
2478 obrigado e estamos à disposição.

2479

2480 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Não vamos sair
2481 agora. Vamos combinar aqui primeiro. Vamos almoçar e voltaremos às 14h30. A PEC
2482 24 foi passada no e-mail de todos os conselheiros. Nós voltaremos às 14h30 para
2483 debater sobre a audiência que vamos ter.

2484

27/08/2013

2485

TARDE

2486 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Boa-tarde. Vamos
2487 retornar aos nossos trabalhos. Nós estamos com quórum suficiente. Pessoal, eu vou
2488 passar a palavra para a apresentação do nosso conselheiro Luiz Paulo Bastos e depois
2489 daremos continuidade aos nossos trabalhos.

2490

2491 **O Sr. Luiz Paulo Bastos (Coletivo de Entidades Negras-CEN BRASIL)** –
2492 Inicialmente, eu gostaria de justificar o porquê do atraso. Até reforçando também a
2493 questão da moção da 22ª Reunião a respeito da emissão de passagens com certa
2494 antecedência, então, não pude comparecer ontem à tarde e hoje de manhã porque
2495 ocorreu um problema na emissão do bilhete, como foi emitido no último dia, sexta-
2496 feira, no final de semana não pude entrar em contato aqui por e-mail com o pessoal do
2497 Conasp e por conta disso acabei chegando só agora esta tarde. Sou Luiz Paulo Bastos,
2498 sou conselheiro de Segurança Pública pelo Coletivo de Entidades Negras do estado da
2499 Bahia, sou advogado também. E gostaria de aproveitar a oportunidade para dar um
2500 Informe, já que não participei das outras pautas até aqui realizadas, da 23ª Reunião.
2501 Quero informar que na cidade de Salvador, no dia 22 de agosto último, ocorreu a
2502 Marcha Nacional contra o Genocídio do Povo Negro, que, na verdade, é uma das nossas

2503 principais pautas aqui neste conselho, em que pese desde o exercício anterior por meio
2504 de Marcos Rezende já vínhamos tratando dessas questões, já colocando em pauta,
2505 questionando sempre essa questão do extermínio da juventude negra também, e até o
2506 momento ainda não conseguimos enxergar no Ministério da Justiça posturas concretas
2507 em relação a essa demanda. Então, isso muito nos atrapalha, traz muitos transtornos
2508 porque estamos falando de vidas que, cotidianamente, são exterminadas. Então, essa é
2509 uma realidade nossa, muito próxima, e fazemos questão de trazer ao conselho porque
2510 para nós é algo emergencial. Em que pese, inclusive, ter firmado compromisso com o
2511 Ministério da Justiça, existiam ações concretas com relação a isso e até este momento
2512 não pudemos enxergar, nem mesmo no PPA do MJ não conseguimos enxergar uma
2513 linha com recorte racial. No plano Juventude Viva da mesma forma, não conseguimos
2514 enxergar uma linha do recorte racial. Então, não contemplando a nossa pauta, e
2515 enquanto isso as vidas vão sendo exterminadas. Eu não sei, conselheiro, se já foi
2516 proposta a pauta para a próxima reunião? Então, vou aguardar o momento para propor
2517 uma questão para o debate com relação à Lei Geral da Copa e das Mobilizações Sociais
2518 que estão ocorrendo. Vou aguardar o momento oportuno para colocarmos isso em
2519 pauta.

2520

2521 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Vamos abrir. Com
2522 a palavra o conselheiro Rildo.

2523

2524 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**
2525 **MNDH)** – Então, na parte da manhã, tínhamos mencionado sobre o fórum e alguns
2526 conselheiros pediram a visualização da ideia do fórum. Pedimos para projetar e a página
2527 é: www.fmndh.sedh.gov.br. O fórum é promovido pela Secretaria de Direitos Humanos
2528 e tem caráter internacional com o objetivo de debater alguns temas nacionais como a
2529 questão dos direitos humanos como a luta dos povos, que é um dos eixos, a outra
2530 questão é: os direitos humanos na questão do enfrentamento às violências. De forma
2531 que alguns movimentos entenderam fazer adesão ao fórum, embora nós pedíssemos
2532 para aquela secretaria a Conferência de Direitos Humanos, mas na conjuntura nós
2533 entendemos que é uma forma dos movimentos sociais, das entidades representativas
2534 profissionais poderem se encontrar em torno dos temas e talvez criar processos sobre
2535 alinhamento políticos, sobretudo, diante do que ocorreu em junho deste ano. O fórum
2536 tem um tema internacional, mas ele tem a possibilidade de, à luz do Fórum Social

2537 Mundial, que ocorram atividades autônomas e atividades livres e essas atividades
2538 autônomas e livres são de 3 tipos: atividade, que eles chamam tipo temática que podem
2539 ser oficinas, exposições, seminários; atividades típico-culturais que envolvem todas as
2540 formas de expressões culturais, artísticas, enfim, e o tipo três que são denominadas
2541 atividades convergentes que são dedicadas a grandes campanhas de redes de
2542 movimentos sociais, por exemplo, a questão da redução da maioria penal que é uma
2543 atividade convergente, onde várias redes hoje discutem esse tema. É aberta a adesão,
2544 todos podem fazê-la, está ali o site, quem faz a adesão participa do Comitê Nacional
2545 Organizador e aí tem de encontrar forma como fazer a participação. O Fórum está sendo
2546 mobilizado em alguns estados, em algumas regiões do Brasil, há houve em São Paulo,
2547 Salvador Bahia no dia 15 de agosto, vai ter manhã em São Paulo, dia 30 no Rio Grande
2548 do Sul, vai ter algumas mobilizações, salvo engano, no Rio Grande do Norte, vai haver
2549 no Amazonas, em Tocantins, Mato Grosso do Sul e a ideia é que o maior número
2550 possível de entidades, movimentos enfim e até mesmo instituições públicas possam
2551 participar porque entendemos que este é o momento de que a sociedade precisa espaço
2552 para dialogar e conversar. E ficou acertado com a Secretaria de Direitos Humanos
2553 durante o fórum, vai ser lançado o edital para a Conferência de Direitos Humanos no
2554 ano de 2014 e 2015, ou seja, vai haver a conferência em 2014 nas etapas municipais e
2555 2015 as etapas estaduais e a etapa nacional. De maneira que em conversação já com
2556 esse comitê e com a ministra é possível que o próprio comitê organizador desse fórum
2557 comece a pensar já o tema central da Conferência de Direitos Humanos como proposto.
2558 Então, é um convite para que todos possam ter acesso, na medida do possível reforçar,
2559 fazer as suas adesões, sobretudo, para fazer as propostas autônomas e livres e que
2560 podem atrair uma série de outros movimentos para fazer os debates. O prazo para fazer
2561 a inscrição e propor atividades autônomas e livres dos três tipos, como eu falei,
2562 temáticas, culturais e convergentes, é de 4 de setembro a 29 de setembro porque a partir
2563 de 30 de setembro o pessoal já começa a organizar os convites e colocar onde vão ser as
2564 tendas, onde essas atividades vão ocorrer. O fórum vai ser realizado de 10 a 13 de
2565 dezembro aqui em Brasília, ainda estão vendo os locais onde vai ser realizado, pode ser
2566 no Estádio Mané Garrincha, pode ser dentro do Congresso, pode ser no Parque da
2567 Cidade, estão encontrando o melhor local que abrigue e receba melhor todos e todas no
2568 evento. Então, isso são Informes Gerais e importantes porque conversando com alguns
2569 deles, achei importante fazer uma divulgação e muitos dos aqui presentes, com certeza,

2570 o tema da segurança pública hoje é o tema transversal também na questão dos direitos
2571 humanos.

2572

2573 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Nós vamos abrir
2574 agora para continuidade dos trabalhos com relação à participação do senador João
2575 Capiberibe e a tomada de posição deste conselho, ou seja, tentarmos construir a ideia de
2576 se formos recebidos na presidência do Senado nós vamos ter que levar um documento
2577 simples. Vamos construir isso agora e também estabelecer um debate com relação
2578 àquilo que ocorreu de manhã que não pudemos debater, mas agora fica aberto para isso.
2579 Mas que nesse debate vamos fazer convergir para que essa construção desse documento
2580 possa ser elaborado para não perdermos a oportunidade. Vamos abrir a palavra à
2581 plenária. Os conselheiros estão à vontade para fazer uso da palavra.

2582

2583 **O Sr. Pedro Queiróz da Silva (Associação Nacional de Entidades de Praças**
2584 **Militares Estaduais – Anaspra)** - Sobre essa proposição que foi colocada agora pelo
2585 Rildo, sobretudo, a questão da importância desse Fórum, estamos verificando aqui que
2586 ele vai ser realizado entre os dias 10 e 13 de dezembro. De alguma forma, pode haver
2587 um sobrestamento entre as nossas atividades aqui também. Haveria talvez a
2588 possibilidade, aqueles que se sentirem interessados em participar, e óbvio se houver a
2589 possibilidade de fazer com que essas datas coincidam, aproveitar a oportunidade para
2590 que isso seja efetivado. É uma maneira de otimizar recursos. A segunda questão que
2591 está sendo aberta agora pelo conselheiro Almir, eu espero que tenhamos um momento
2592 para discutir o documento. Obrigado.

2593

2594 **A Sra. Fernanda Benvenutty (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais,**
2595 **Travestis e Transexuais – ABGLT)** – O companheiro P. Queiróz fez essa propositura,
2596 mas eu queria ver porque não dá para fazermos a nossa reunião durante o fórum porque
2597 todo mundo quer participar das atividades do fórum, é um fórum que vai ter muitas
2598 atividades e perdemos muito se usarmos esse tempo para fazer nossa reunião durante o
2599 fórum. Eu acho que a proposta poderia ser mais viável se a nossa reunião pudesse ser
2600 um ou dois dias que se aproxime com a abertura do fórum, um dia antes do fórum, e
2601 verificar a possibilidade de os conselheiros ficarem inclusive para participar do fórum.
2602 Estou trazendo porque acho que ficará inviável mesmo porque vão ser tantas coisas
2603 pertinentes aos segmentos que vamos perder com isso.

2604

2605 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Temos que ver as
2606 datas, porque a primeira semana fica distante da abertura que é dia 10. Pela proposta da
2607 conselheira Fernanda tivéssemos próximos da abertura, nós estaríamos na reunião entre
2608 8 e 9.

2609

2610 **O Sr. Pedro Queiróz da Silva (Associação Nacional de Entidades de Praças**
2611 **Militares Estaduais – Anaspra)** – Eu estava olhando aqui no site que a programação
2612 não está disponível ainda. A abertura é no dia 10 e se estende até na sexta. Então,
2613 estamos prevendo que no dia 10 é a abertura e é à noite com a palestra máster.

2614

2615 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**
2616 **MNDH)** – Ela já está sendo construída, mas eu posso afirmar para vocês que dia 10
2617 abre com a entrega do Prêmio Nacional de Direitos Humanos com a participação da
2618 presidente Dilma. De manhã, muito provavelmente, porque a entrega dos prêmios
2619 protocolares dela inclusive são sempre de manhã.

2620

2621 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil)** –
2622 Eu acho que são duas coisas distintas. Eu acho que não podemos comprometer uma
2623 coisa em função de outra. Acho que nós devemos participar, aqueles que têm interesse,
2624 quer dizer, nós temos interesse, mas não podemos comprometer a reunião do conselho.
2625 Eu acho que a nossa reunião já tem uma programação...

2626

2627 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – É a primeira
2628 quarta, quinta e sexta do mês de dezembro.

2629

2630 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil)** –
2631 Se coincidir com o fórum podemos alterar a data, mas não tentar conciliar porque não
2632 teremos condições. Teremos a reunião do conselho de um dia? O conselho é uma coisa
2633 e o fórum é outra coisa. Não pode ser paralelo e nem pode tentar conciliar porque o
2634 fórum começa numa terça e termina numa sexta, só teríamos um dia para a reunião do
2635 conselho. Nem deve ser paralelo porque muitos de nós temos interesse em participar
2636 do fórum. Se a nossa reunião é 5 e 6 vamos manter 5 e 6 para que uma coisa não
2637 atrapalhe outra. Em relação ao outro tema, presidente, que você colocou, eu acho que

2638 nós deveríamos já decidir porque a qualquer momento poderemos ser convocados para a
2639 audiência. Acho que devemos já discutir isso, sabendo que esse momento não deverá
2640 ser longo porque o presidente do Senado não vai ter muito tempo, devemos ser sucintos,
2641 escolhermos, na verdade, quem seriam os nossos interlocutores porque todos não vão
2642 poder falar, e o que vamos dizer. Vamos trabalhar, ver o assunto que estamos querendo,
2643 sermos bem sucintos, práticos para que possa ser realmente proveitosa essa audiência.

2644

2645 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Bom, os dois
2646 temas anteriores não estão afeitos à pauta de hoje de manhã. Era mais Informes, convite
2647 e a possibilidade de conciliação da nossa audiência. O que está sendo previsto é
2648 aquilo que já foi programado anteriormente que é a primeira semana de outubro e a
2649 primeira semana de dezembro, são as duas reuniões programadas. E estamos na
2650 tentativa de realizá-las para poder atender as possibilidades de todos antecipadamente.
2651 Isso não está mudado, a não ser que este plenário mude por alguma razão. Mas a
2652 proposta do conselheiro Humberto é afeita ao tema de hoje manhã de construirmos esse
2653 texto, ver uma representação, não dá para falar 30 pessoas em uma audiência, e o que
2654 nós vamos falar. Está aberta a palavra aos conselheiros sobre esse tema, a nossa ida ao
2655 Senado e a PEC 24.

2656

2657 **O Sr. Alberto Cabral (Grande Oriente do Brasil)** – Pegando carona na fala do
2658 conselheiro Umberto, eu entendo que seria interessante não apenas termos a construção
2659 de um discurso uníssono, mas que fosse construída uma representação tripartite, que
2660 tivesse um representante dos trabalhadores, um representante dos gestores e um
2661 representante de sociedade civil. Eu entendo que dessa maneira o Conasp estaria muito
2662 bem representado porque naquele momento os três indivíduos teriam a fala e
2663 apresentariam o que o Conasp pensa. Obrigado.

2664

2665 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Essa representação
2666 não isentaria a presidência porque se a secretária for ela terá que fazer uso da palavra. O
2667 Novacki saiu daqui e foi verificar junto ao senador como está a mobilização, vamos
2668 esperar um pouquinho.

2669

2670 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Claro. Acho que já devemos
2671 tirar o nosso posicionamento e estarmos preparados para hoje ou para amanhã.

2672

2673 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Alguém deseja
2674 sugerir um texto?

2675

2676 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Será uma decisão colegiada,
2677 não vamos conseguir tirar um texto muito grande e nem é o caso. Coisa simples: O
2678 Conasp apoia a aprovação da PEC 24...

2679

2680 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**
2681 **MNDH)** –Eu acho que devemos eleger as três pessoas que vão e esses três constroem
2682 esse documento que me parece não é nada complicado.

2683

2684 **O Sr. Pedro Queiróz da Silva (Associação Nacional de Entidades de Praças**
2685 **Militares Estaduais – Anaspra)** – Pegando a esteira do conselheiro Rildo, eu colocaria
2686 obviamente à disposição da mesa de que quem, por acaso, não apenas se interessar, mas
2687 se achar não apenas competente, mas que queira contribuir com esse momento que se
2688 coloque. Eu teria aqui uma sugestão de imediato para área da sociedade civil da qual eu
2689 represento, eu pensaria no próprio Rildo, no Bellintani ou aqui no Pedro. Eu entendendo
2690 que eu estaria muito bem representado por um desses 3 indivíduos.

2691

2692 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**
2693 **MNDH)** –Eu agradeço a indicação, mas abro mão, acho que têm aqui companheiros
2694 que acompanharam esse debate com mais afinco, eu acho que tem mais legitimidade.
2695 Eu acho que o Pedro é bom, o companheiro do Fórum Brasileiro é bom por conta do
2696 Fórum Brasileiro de Segurança Pública ter alguma conversas já com o ministério e já ter
2697 alguns trabalhos reconhecidos, acho que o Instituto Sou da Paz também é bom, acho
2698 que o próprio Cabral é um companheiro bom também para representar. Todos
2699 qualificados.

2700

2701 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Acho que todos
2702 aqui têm condições.

2703

2704 **O Sr. Alberto Cabral (Grande Oriente do Brasil)** – Nós já temos aqui dos
2705 trabalhadores e da gestão? Porque só temos aqui sociedade civil que o Massimiliano
2706 está aqui, ele se prontifica.

2707

2708 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Pronto. A
2709 sociedade civil concorda? Os trabalhadores tem alguma pessoa a indicar?

2710

2711 P. Queiróz? Não havendo impedimento ou interesse de outros companheiros
2712 trabalhadores, eu posso fazer a representação.

2713

2714 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – E pela gestão? Eu
2715 indico aqui o Humberto que gosta de escrever. Os gestores que estão presentes
2716 concordam?

2717

2718 **O Sr. Henrique Mendonça de O. Queiróz (Associação Nacional dos Peritos**
2719 **Criminais Federais – APCF)** – Boa-tarde. Se vamos decidir pela moção, Alex, a
2720 moção tem que ser aprovada pelo plenário?

2721

2722 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Todas. Decisão
2723 colegiada também.

2724

2725 **O Sr. Henrique Mendonça de O. Queiróz (Associação Nacional dos Peritos**
2726 **Criminais Federais – APCF)** – Então, não daria para os três redigirem, teríamos que
2727 aprovar uma coisa mesmo que simples agora.

2728

2729 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – É uma decisão
2730 colegiada. Um texto de uma decisão colegiada que é o resultado da plenária.

2731

2732 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Eu acho que podemos talvez
2733 chamar um intervalo enquanto essas três pessoas montam um texto simples. Talvez
2734 alguém do grupo já proponha um texto. O texto que eu proporia seria bem simples: “O
2735 Conasp deliberou por maioria ou por unanimidade...”

2736

2737 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Vamos já fazer lá
2738 na tela, já facilita. E os três dizem que se concordam ou não. Depois vem para a
2739 plenária. Eu sugeriria que não fosse moção, fosse uma decisão colegiada. O Alex vai
2740 explicar como aprovar uma moção.

2741

2742 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – É que a moção precisa de
2743 maioria absoluta e a decisão colegiada pode ser maioria simples. Nós temos aqui agora
2744 16 conselheiros. Vou explicar o conceito. A maioria simples ou maioria relativa é a
2745 maioria dos presentes, estando presentes a metade mais um dos conselheiros. Se
2746 tivermos 20 presentes, por exemplo, e foi doze a oito a votação, isso é maioria simples.
2747 Maioria absoluta serão 16 votos em qualquer situação. Essa é a diferença. Maioria
2748 qualificada é quando se fala 2/3, então, 2/3 de 30 é 20. Então, em qualquer situação terá
2749 que ter 20 votos a favor para aprovar determinada coisa. Essas são as diferenças.

2750

2751 **O Sr. Tácio Melo da Silveira (Representante da Federação Nacional dos Policiais**
2752 **Rodoviários Federais)** – Eu queria tratar novamente aquela questão que eu tinha
2753 levantado, o senador estava aqui, a questão do imposto, a vinculação. O conceito do
2754 imposto que é uma das formas de tributo, é mais amplo do que a própria Constituição, é
2755 conceito jurídico mesmo. Eu vou ler só um trechinho aqui relacionado a imposto. O
2756 imposto não pode ser de forma nenhuma vinculado a nenhum tipo de contraprestação do
2757 Estado. Ao contrário, por exemplo, da contribuição. A CPMF era específico para aquele
2758 fim. O imposto não tem essa especificidade: “O imposto por sua vez é uma das cinco
2759 espécies tributárias, existe no nosso ordenamento jurídico, sendo definido pelo artigo 16
2760 do Código Tributário Nacional como tributo cuja obrigação teria que ter um fato
2761 gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao
2762 contribuinte. Carrazza considera o imposto como uma modalidade de tributo que não
2763 tem por hipótese incidência ou um fato qualquer. Não consiste numa atuação estatal.
2764 Não é por outra razão que Geraldo Ataliba chama o imposto de tributo não vinculado.
2765 Não vincula a quê? Não vinculado a qualquer atuação estatal. Os impostos são, pois,
2766 prestação pecuniária, desvinculadas de qualquer relação de troca ou utilidade”. Ou seja,
2767 não pode vincular a arrecadação do imposto. Vamos correr atrás e tudo e depois ser
2768 inconstitucional, temos que ver uma fonte, de onde passar pela CCJ (*intervenção fora*
2769 *do microfone*).

2770

2771 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – “A plenária do Conselho
2772 Nacional de Segurança Pública em sua 23ª Reunião Ordinária, realizada entre os dias 26
2773 a 28 de agosto de 2013, no uso de suas competências conferidas pelo art. 12 do Decreto
2774 Federal 7.413, de 30 de setembro de 2010 e pelo art. 46 do Regimento Interno deste
2775 Conselho, o conselho delibera em apoio à aprovação do texto da PEC 24 em tramitação
2776 no Senado Federal...

2777

2778 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Eu gostaria de
2779 receber uma informação, e podemos dizer privilegiada por conta da experiência no
2780 Senado, eu gostaria que o conselheiro Novacki desse uma ideia.

2781

2782 **O Sr. Eumar Roberto Novacki (Senado Federal)** – Bem, senhores, eu estava
2783 discutindo aqui com o Laureano, antes conversando com alguns conselheiros e falando
2784 do melhor formato para buscarmos essa agenda com o presidente Senado. Eu vejo que o
2785 enfoque que temos que dar é uma preocupação deste conselho com a pauta, com a
2786 questão da criminalidade, com a violência que vem assolando o país e que nós
2787 queremos abrir um espaço de diálogo com aquela Casa, nos colocando à disposição para
2788 discutir temas importantes, e nos abrindo a possibilidade, nós vamos elencar dentre os
2789 projetos que estão lá alguns que nós gostaríamos de ver discutidos naquela Casa. Eu
2790 penso que qualquer outra forma de abordarmos esse tema, por exemplo, como eu vi a
2791 iniciativa ali: “Tendo em vista a reunião com o senador João Capiberibe.; a conversa
2792 com o deputado...” isso fecha a porta. A situação tem que ser geral, tem que ter como
2793 preocupação do conselho que, de fato é, a questão da criminalidade, da violência e que
2794 estamos, na verdade, buscando um espaço de diálogo com aquela Casa. Até porque o
2795 Congresso, os senhores têm visto nos últimos meses, criou lá uma agenda prioritária de
2796 projetos. Lá tem vários projetos. E nós não vimos a área de segurança pública, apesar de
2797 toda confusão que existe aí, toda insegurança, nós não vimos essa área sendo
2798 contemplada. E é isso que nós vamos buscar. Eu acho que tem que ser o mais genérico
2799 possível abrindo uma via de diálogo. É minha opinião.

2800

2801 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional)** – Eu ia fazer a colocação
2802 que o Novacki colocou exatamente de se buscar essa síntese do tema e também com o

2803 pedido final de que isso seja anexado ao andamento da PEC, pois isso vai ser
2804 protocolado e não fica meramente ao desejo do presidente.

2805

2806 **O Sr. Eumar Roberto Novacki (Senado Federal)** – Só para colocar um parêntese. A
2807 ideia que tínhamos no momento não era para ir lá para tratar de nenhum projeto. A ideia
2808 era abrir um canal de diálogo. E abrindo esse canal, obviamente eu penso que o
2809 presidente vai deliberar no sentido de que alguém do seu gabinete seja uma ponte, pode
2810 ser até o próprio chefe de gabinete dele que é o Bandeira, um cara muito tranquilo,
2811 acessível e sensato nas questões, nas ponderações, e colocando isso, depois, sim, vamos
2812 fazer uma análise geral porque lá tem vários projetos. Eu encaminhei para a mesa,
2813 encaminhei para a secretária Regina e espero socializar com todos os senhores, temos lá
2814 muitos projetos, são cerca de 800 projetos que tem a ver direto e indiretamente com a
2815 segurança pública. Existem projetos excelentes do ponto de vista institucional para a
2816 sociedade e têm projetos lá que sabemos que foram colocados apenas para fazer média
2817 com determinados setores, porque são ruins. Então, nós poderíamos fazer uma
2818 verificação amiúde, fazer uma discussão, elencar algumas pautas e aí, sim, pedir que
2819 esses projetos venham para discussão. A ideia seria por aí. Hoje se chegarmos lá com
2820 uma pauta específica ou discutir um projeto específico é ruim para o conselho, eu acho
2821 que tem que ser um negócio amplo.

2822

2823 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional)** – Perfeito. O
2824 entendimento que eu tinha, e das pessoas aqui, seria justamente apoio à PEC do
2825 senador. Mas, sendo deliberado e concordando, a ideia é válida, sem dúvida nenhuma.

2826

2827 **O Sr. Cel. Washington França da Silva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** –
2828 A minha opinião é exatamente a do Novacki. Eu acho que temos que aproveitar essa
2829 oportunidade de discutir a coisa de forma mais ampliada. Eu acredito que será uma
2830 grande oportunidade de nós, efetivamente, colocarmos a importância que é discutir a
2831 segurança pública neste país que não está contemplado em todos encaminhamentos que
2832 foram dados em função das manifestações que tivemos, a questão da segurança pública
2833 nunca foi considerada como uma questão principal, importante. Eu acredito que é
2834 fundamental que este conselho tendo essa oportunidade de ir ao Congresso possa
2835 pontuar isso, exatamente discutir a necessidade de que esse tema seja considerado e que
2836 ele seja considerado, mais uma vez, não só discutindo reforma policial; é preciso

2837 considerar reforma do sistema como um todo. É preciso pensar o tão falado Sistema
2838 Único de Segurança como um sistema integrado de segurança. Nós não podemos
2839 entender a questão da segurança como se fosse da mesma ordem que é conduzida a
2840 questão da saúde. É isso. Obrigado.

2841

2842 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Bem, temos que tirar isso
2843 breve, porque o senador Capiberibe acabou de ligar e que o presidente do Senado,
2844 Renan Calheiros, vai nos receber às 5 horas no gabinete da Presidência do Senado. São
2845 15h30. Devemos sair daqui no máximo 16h30. Temos que ter este texto pronto e
2846 impresso até no máximo 16h30. Então, temos 55 minutos para fechar esse texto.

2847

2848 **O Sr. José Roberto Bellintani (Instituto São Paulo Contra Violência)** - Em vista da
2849 proposta do conselheiro Novacki, nós não chegamos a nos manifestar com relação à
2850 proposta. Eu ia até ampliar, mas acho que agora não é mais o caso. E como o senhor
2851 falou, ir para a Câmara e até tem estratégia, ir para as comissões específicas, mas não é
2852 mais o caso. Se nós não deveríamos nos manifestar, favor ou contra a proposta, o texto e
2853 a abordagem ser essa. Eu, particularmente, não posso votar hoje, mas posso falar, sou a
2854 favor de uma abordagem ampla que não personalize, inclusive, se assim for, eu acho
2855 que temos que nos manifestar se estamos de acordo e já fazer o texto nesse sentido. O
2856 que estou entendendo é que só o comitê é que vai? É todo mundo.

2857

2858 **O Sr. Augusto César Coutinho (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná –**
2859 **Sindarspen)** – As ponderações anteriores aqui, no meu entendimento, foram
2860 significativas para melhor compreensão, mas tentando resgatar a reunião ordinária em
2861 que a presidente deste conselho afirmou, com certo grau até de emoção, que última
2862 reunião ordinária teria sido a melhor reunião do Conselho Nacional de todos os tempos,
2863 haja vista que naquele momento nós tínhamos compreendido, enquanto conselheiros,
2864 que nenhuma outra proposta relacionada à segurança pública teria seu êxito sem uma
2865 legislação que garantisse orçamento, carimbo, ela usou inclusive essa palavra, para que
2866 os demais projetos fossem ratificados. Hoje o senador, eu digo que ele é um pouco
2867 suspeito porque ele é o autor do projeto, da PEC que propõe a reserva financeira para
2868 financiar. Quando eu digo que ele é suspeito é porque ele está defendendo essa
2869 bandeira. Eu considero que é necessário que nós, enquanto conselheiros, também
2870 concluamos o nosso entendimento se realmente isso é importante, se a necessidade

2871 deste financiamento é ou não importante. E o conselho, no meu entendimento, precisa
2872 se posicionar que é importante independentemente das arestas políticas que vão
2873 acontecer de qualquer forma, seja com o governo atual, com a legislação futura,
2874 precisamos também avançar um pouco na compreensão mais voltada ao conhecimento
2875 da razão, independentemente de que seja o Renan Calheiros que apresentar, ou a líder
2876 da presidente Dilma, eu acho que, enquanto conselheiro, a minha manifestação é:
2877 entendemos que o financiamento, a reserva orçamentária para que seja financiado é o
2878 primeiro projeto a ser ratificado, concluído e não os demais porque sem eles os outros
2879 não existirão?

2880

2881 **O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (Coletivo de Entidades Negras – CEN Brasil) –**
2882 Pessoal, na verdade, o atraso me impossibilitou saber com que grau de maturidade a que
2883 se chegou a discussão com relação à PEC 24. Mas, eu penso que é algo que se tem que
2884 amadurecer muito para se fazer qualquer tipo de consideração perante o Senado. Eu dei
2885 um lida rápida na PEC 24 e ela fala em relação à capacitação, armamento do aparato de
2886 segurança pública nacional. Parece-me que, dei uma lida rápida, mas vai caber
2887 regulamentar algumas questões. Agora me preocupa porque fica algo muito aberto e
2888 muito vago em relação à capacitação e que tipo de capacitação, pois temos uma
2889 capacitação de segurança pública que é muito contestada socialmente, que tipo de
2890 capacitação vamos ter, para onde vamos direcioná-la e com que grau de maturidade nós
2891 vamos fazer esse posicionamento perante o Senado. Não sei se já foi discutido isso, é
2892 um questionamento meu. Em relação ao imposto também que o colega mencionou,
2893 parece-me que foi em relação ao financiamento do fundo. Salvo melhor juízo, aqui em
2894 relação ao financiamento não teria inconstitucionalidade porque o imposto não nasceu
2895 com natureza vinculada, ele nasceu livre e, posteriormente, vai ter sua vinculação como
2896 tem que ser porque senão ele ficaria vago no espaço e não teria nenhuma destinação,
2897 parece-me que nesse sentido em que pese ele ter nascido livre, ele vai poder sim ter uma
2898 destinação específica porque tem que ter, ele tem que estar afetado a alguma finalidade
2899 específica. Eu queria só pensar mesmo essa questão da maturidade do que estamos
2900 propondo em relação a se apresentar ao Senado, seria prematuro ou já está realmente
2901 amadurecida essa decisão do Conselho.

2902

2903 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) –** Deixe-me só colocar uma
2904 coisa. Não dá para entrarmos em meandros até porque temos que ver o que matéria

2905 constitucional e o que não é. Talvez o conteúdo de curso seja matéria de lei
2906 complementar ou ordinária ou até de decreto regulamentador ou de portaria, não sei se
2907 nisso seria o caso, fala em investir em capacitação, como vai ser, com ou sem
2908 investimento do fundo, é outra discussão, não é matéria constitucional, precisamos
2909 fechar o texto, temos agora 38 minutos para fechar esse texto.

2910

2911 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – O conselho vai
2912 construir sugestões. A ideia básica é o fundo. Ele precisa de financiamento na segurança
2913 pública, essa é a ideia basilar, pelo menos é o que foi decidido de hoje de manhã para
2914 cá.

2915

2916 **O Sr. Pedro Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – Tendo em vista esse
2917 compromisso que vamos firmar no Senado daqui a pouco, eu proponho que nós
2918 tenhamos como pauta permanente neste conselho que nós tomemos conhecimento do
2919 andamento dos projetos tanto em nível de Senado quanto da Câmara dos Deputados. Eu
2920 entendo que é extremamente importante o que nós estamos propondo, mas também acho
2921 um tanto quanto temerário propor esse tipo de conversa sem o menor conhecimento.
2922 Hoje nós só estamos falando da PEC 24 porque o senador veio até aqui. Mas não temos
2923 a menor ideia do todo, do conjunto dos projetos de lei, de como eles tramitam, de qual
2924 seria nossa prioridade; caso essa pergunta seja feita hoje eu acredito que nós não
2925 saibamos responder. Qual é a nossa prioridade em defender um projeto para a segurança
2926 pública neste país. Então, eu proponho, junto com esse compromisso, que nós façamos
2927 um compromisso interno de permanentemente fazermos essa discussão e que essa
2928 discussão seja, de fato, organizada. Entendemos a toda boa vontade que aconteceu
2929 ontem, mas acreditamos que precisa ser mais bem sistematizado para que de fato nós
2930 possamos cumprir com esse compromisso que nós estamos assumindo hoje. Caso
2931 contrário, a minha opinião é não nos comprometermos.

2932

2933 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Eu acredito que
2934 esse tema deve ir para a Câmara e aí podemos constituir uma comissão para dar essa
2935 continuidade que o conselheiro Pedro sugere. Com a palavra o conselheiro Alberto.
2936 Depois temos aqui uma proposta para decidir.

2937

2938 **O Sr. Alberto Cabral (Grande Oriente do Brasil)** – Uma das últimas falas do
2939 conselheiro Novacki, no meu entender, sintetiza a possibilidade de nós construirmos um
2940 ou dois parágrafos para finalizarmos o documento. De alguma forma ele coloca em face
2941 aos graves acontecimentos que assolam o país, a agenda propositiva do Congresso
2942 Nacional que está posta, observamos que o tema da segurança não tem o relevo
2943 necessário, e continuamos com a sua última fala para fecharmos esse documento.

2944

2945 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Vamos ler as
2946 propostas. Conselheiro Novacki dê a sua sugestão.

2947

2948 **O Sr. Eumar Roberto Novacki (Senado Federal)** – Eu fiz aqui alguns pontos daquilo
2949 que fora falado. Que o conselho delibera o seguinte: abrir um canal permanente de
2950 diálogo com o Senado Federal e Câmara dos Deputados; solicitar que o tema segurança
2951 pública venha para a pauta prioritária do Congresso Nacional; e solicitar ao presidente
2952 do Senado Federal e da Câmara dos Deputados que leve em consideração o
2953 posicionamento do Conasp em relação aos projetos que tramitam em ambas as casas
2954 legislativas.

2955

2956 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Há consenso nesse
2957 texto? Então, consenso, uma salva de palmas para o Novacki. Vamos preparar o
2958 documento. E para não ficarmos ansiosos, quem irá abrir lá a reunião é a presidência do
2959 conselho, depois os representantes aqui escolhidos: Massimiliano pela sociedade civil,
2960 P. Queiróz pelos trabalhadores e Humberto pelos gestores. Então, texto aprovado,
2961 vamos só prepará-lo.

2962

2963 **A Sra. Patrícia Lucy Machado Couto (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia –**
2964 **FNOP)** – Na verdade, eu sei que o tempo já está se esgotando, mas eu quero me somar
2965 ao que o Pedro disse a respeito da necessidade de um conhecimento prévio, por
2966 exemplo, a tramitação da ordem do dia, talvez o conselheiro Novacki possa nos auxiliar
2967 nisso lá no Senado, a PEC 45 de 2009 que acrescenta um inciso 23 do artigo 37 da
2968 Constituição que entre outras coisas traz as ouvidorias para o controle interno das
2969 polícias e não como controle externo, isso passou ao largo, sem discussão, está
2970 afrontando o PNH3 e está sendo aprovado. Então, eu acho que temos que ter um
2971 cuidado porque não é toda e qualquer PEC que vai tramitar lá que vai tratar de

2972 segurança pública que o Conasp vai aderir, vai dizer que concorda e que assina
2973 embaixo. Nós temos que ter, sim, esse conhecimento prévio, temos que esgotar o debate
2974 aqui internamente. E eu gostaria já de chamar a atenção para esta PEC 45, de 2009.
2975 Obrigada.

2976

2977 **A Sra. Fernanda Benvenutty (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais,**
2978 **Travestis e Transexuais – ABGLT)** – Eu queria fazer uma proposta para nós aqui do
2979 Conasp: se não teria como o próprio Conasp fazer uma compilação de todos esses
2980 projetos que estão em tramitação e distribuir aos conselheiros e conselheiras para nos
2981 apropriarmos do que temos no Senado e na Câmara para termos conhecimento porque
2982 senão toda vez vai ser isso, por exemplo, a conselheira citou a PEC 45, o companheiro
2983 aqui está dizendo que nunca ouviu falar. Então, é importante que todos nós tenhamos
2984 conhecimento de todos os projetos que tem a ver com a segurança pública e com o
2985 Conasp. Poderia ser?

2986

2987 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Pode. Já foi dado
2988 esse seguimento já.

2989

2990 **A Sra. Fernanda Benvenutty (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais,**
2991 **Travestis e Transexuais – ABGLT)** – Quem é o responsável por isso?

2992

2993 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – É o Novacki, ele
2994 está nos ajudando nisso.

2995

2996 **O Sr. Eumar Roberto Novacki (Senado Federal)** – Nós começamos agora a enxergar
2997 um papel importante que este conselho pode ter. Não adianta ficarmos discutindo aqui
2998 se isso não tiver eco para fora. E é no Congresso Nacional onde as coisas se resolvem. É
2999 de lá que vem o mandamento que teremos que cumprir. E dentro dessa ótica, é uma
3000 preocupação antiga que temos. Eu fiz um levantamento de todos os projetos de
3001 segurança pública que tem a ver direto ou indiretamente com a segurança pública, tanto
3002 no Senado quanto na Câmara, esse quadro eu entreguei para a secretária Regina e
3003 socializei com o Alex para que possa ser passado a todos os conselheiros. Como foi
3004 dito, há projetos importantíssimos que o conselho tem condições hoje de, abrindo esse
3005 canal de comunicação permanente, trabalhar lá para aprovação e existem outros que

3006 sabemos que não terão condição mesmo de serem aprovados. Então, o processo é lento,
3007 mas com apoio maior eu tenho certeza de que conseguiremos avançar. E num segundo
3008 momento, abrindo esse canal lá com o Congresso, temos que trabalhar algumas
3009 questões pontuais, por exemplo, a Comissão de Constituição e Justiça é
3010 importantíssima. Nós podemos até na próxima convocação dos conselheiros tentar um
3011 dia, uma segunda-feira ou uma sexta-feira para fazermos esse primeiro dia de discussão
3012 lá no Congresso. Nós vamos chamar o presidente da CCJ, chamamos outros senadores
3013 que acompanham a CCJ para participar das discussões. Mas aí nós já vamos com temas
3014 precisos daquilo que já esteja sendo discutido nas comissões. Eu posso ajudar nesse
3015 processo, sem problema nenhum. A Comissão de Segurança Pública pertence à CCJ, é
3016 uma subcomissão. E nós temos na Câmara a Comissão de segurança pública que
3017 também existe uma facilidade de nós conseguirmos lá também trabalhar uma pauta
3018 específica. Pode ser, por exemplo, de manhã no Senado e à tarde na Câmara. Temos
3019 hoje um conselheiro da Câmara que está conosco, que não veio agora à tarde, mas está
3020 aqui designado, então, abre as portas para começarmos essa discussão lá também.

3021

3022 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – É uma dúvida: a
3023 nossa decisão colegiada, que já foi aprovada, ela vai para o presidente do Senado, para o
3024 presidente do Congresso e como foi sugerido, para o presidente da Câmara também,
3025 então, seriam duas decisões? Então, uma para o Senado e outra para a Câmara. Pessoal,
3026 para não termos surpresa lá. Precisamos ter a ideia clara para não sermos constrangidos
3027 e nem constranger porque será um momento que estaremos expondo o Conasp numa
3028 reunião de outro nível de relação. Os nossos representantes vão falar só sobre o tema da
3029 decisão colegiada, não é isso? Não vamos falar de outros temas, mesmo que seja
3030 importante e que tenha necessidade não vamos falar de outro tema. Fica pactuado isso?
3031 Outros assuntos ali não cabem, temos que ser pragmáticos. O traje é formal, terno e
3032 gravata.

3033

3034 **O Sr. Eumar Roberto Novacki (Senado Federal)** – Pessoal, é o seguinte. O Senado é
3035 um ambiente muito formal. Tanto que o elevador privativo lá, aqueles primeiros, as
3036 pessoas precisam estar de terno e gravata, a polícia do Senado, na entrada, aborda quem
3037 não esteja, é um ambiente formal. É óbvio que uma visita de cortesia, se identificando
3038 lá, não vão barrar, agora é aconselhável quem tiver paletó e a gravata fáceis coloque, é
3039 importante até para o Conasp estar bem representando lá eles vão fazer uma foto oficial

3040 com o presidente. É uma sugestão. Quem não tiver condições vai como está, não tem
3041 jeito.

3042

3043 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos Periciais do Brasil) –**

3044 Eu queria só propor à mesa, como a pauta está fechada e como temos ainda amanhã pela
3045 manhã aqui, nós poderíamos trabalhar as duas Câmaras Temáticas, poderíamos ver
3046 quem pertencer a cada uma delas e já fazermos uma reunião prévia de cada uma.

3047

3048 **O Sr. Augusto César Coutinho (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná –**

3049 **Sindarspen)** – Presidente, não caberia ali uma recomendação? Estamos recomendando
3050 ao Congresso que abra um canal? Do jeito que está ali não vamos apenas informar que
3051 nesta reunião nós fizemos isso? Nós não estamos queremos recomendar que ele abra
3052 esse canal permanente, não é nesse lógica? É como se mandássemos uma cópia do
3053 nosso resultado aqui. Recomenda a abertura de um canal permanente de negociação?

3054

3055 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) –** Ok. Vamos ver o

3056 número. A sugestão do conselheiro Humberto, junto com o Massimiliano, possamos
3057 fazer uso do tempo já conhecendo as câmaras e preencher com atividade, tal como o
3058 Pedro disse, com acompanhamento e tal. Há consenso de incluirmos na pauta para
3059 amanhã as Câmaras Técnicas? Tem a plenária geral, no caso de decidirmos alguma
3060 coisa, e as câmaras. Então, eu peço a presença de todos amanhã para dar quórum e
3061 aprovarmos a próxima pauta da 24ª Reunião.

3062

3063 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) –** Acho que cabe discutir as

3064 câmaras e fazer já o planejamento das reuniões para até o final do ano, mas sempre
3065 deixando espaço para tema livre, e que as pessoas venham todos amanhã por conta do
3066 quórum. Temos ainda que verificar o número da Recomendação.

3067

3068 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) –** Amanhã, quarta-

3069 feira, às 9 horas. Então, vamos ao Congresso!

3070

3071

28/08/2013

3072

MANHÃ

3073 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Bom, vamos
3074 iniciar o terceiro dia de trabalho da nossa 23ª Reunião Ordinária. Ainda estamos sem
3075 quórum para votarmos a pauta da próxima reunião. Vamos abrir à plenária para concluir
3076 o que iniciamos ontem, os Informes e o tema livre, e quando tivermos com o quórum,
3077 faremos o primeiro trabalho com as câmaras. Então, bom-dia a todos. A palavra está
3078 aberta. Se alguém quiser fazer alguma consideração sobre ontem, está aberta a palavra.

3079

3080 **O Sr. José Roberto Bellintani (Instituto São Paulo contra Violência)** – Bom-dia a
3081 todos. Eu diria que nós precisaríamos agora sistematizar, começar a coletar legislação,
3082 organizar os conteúdos do diálogo que pretendemos promover com as duas casas do
3083 Parlamento. Não tenho nenhuma ideia específica, mas teríamos que organizar talvez um
3084 grupo para ficar responsável. Eu não sei se podemos contar com a SAL porque aquele
3085 levantamento que iam fazer não fizeram. Ou quem sabe dar uma segunda chance a
3086 eles...

3087

3088 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Bom, o Novacki
3089 fez o levantamento. Já encaminhou para a Secretaria Executiva do Conasp e ela então
3090 vai enviar aos conselheiros. Nas câmaras, vamos ver um momento adequado para tratar
3091 desse tema e a câmara pode constituir uma comissão para exatamente cuidar desse
3092 monitoramento.

3093

3094 **O Sr. José Roberto Bellintani (Instituto São Paulo contra Violência)** – Seria
3095 interessante talvez ter uma na Câmara, outra no Senado, ou uma única para poder ter
3096 uma visão completa, coisa desse tipo.

3097

3098 **O Ten. Cel. Mesquita (Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias
3099 Militares e Corpos de Bombeiros Militares-CNCG-PM/CBM)** – Bom-dia a todos.
3100 Pelo que entendi lá ontem com o presidente do Senado, senador Renan Calheiros, e com
3101 a fala do senador Capiberibe, talvez esta semana ou na próxima fosse dado o
3102 encaminhamento para início da tramitação da PEC 24 no Senado. Entendi errado ou
3103 não? Exato. Então, temos o compromisso, enquanto membros e conselheiros deste
3104 colegiado, uma sugestão apenas, nós procurarmos os senadores dos nossos estados para
3105 colocá-los a par dessa situação e demonstrar o interesse do Conasp, do colegiado, e o
3106 interesse das nossas entidades às quais nós representamos para que haja uma tramitação

3107 célere dessa PEC, para que haja uma apreciação. Acho importantíssimo que tenhamos
3108 esse corpo a corpo com os deputados e senadores. Se não tivermos esse corpo a corpo
3109 vai ficar uma lacuna muito grande e talvez eles não sintam a nossa premente
3110 necessidade de uma tramitação mais rápida da matéria. Então, fica a sugestão para que
3111 façamos esses contatos e na próxima reunião alguém possa se manifestar com uma
3112 pequena prestação de contas do como sentiram os parlamentares em relação à PEC. Eu
3113 não sei se a sugestão é válida, mas no nosso estado já vamos começar a procurar para
3114 tocar nesses assuntos. Ontem lá no Congresso já procuramos o senador Moka, que é do
3115 Mato Grosso do Sul, exatamente para falar sobre a nossa necessidade de tramitação
3116 célere da PEC 24. Obrigado.

3117

3118 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Exato. Lá na
3119 Paraíba já vamos fazer uma audiência com o senador e convidar a todos os senadores
3120 para participar da audiência, pelo menos foi a sugestão que o cel. Washington nos deu.
3121 Inclusive o Conasp, poderíamos até pensar em regionalizar as audiências públicas, caso
3122 o Conasp queira, junto com o Senado.

3123

3124 **O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e**
3125 **Identificação – FENAPPI)** – Bom-dia. A título também de sugestão, em razão das
3126 sessões do Congresso, seria importante que as reuniões do Conasp fossem também às
3127 terças e quartas porque coisa poderemos visitar a CCJ, isso representaria uma grande
3128 força. O conselho, por exemplo, chegando à CCJ, o presidente, certamente, poderia
3129 escolher um membro para fazer parte da mesa, discutir e colocar a importância do
3130 Conasp. Então, as reuniões as terças e quartas seria interessante.

3131

3132 **O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais**
3133 **Militares e Bombeiros do Brasil)** – Contribuindo com a fala do Mesquita e do Maciel,
3134 seria interessante além de fazer as terças e quartas, nas próximas reuniões do Conasp, já
3135 que foi eleita essa PEC 24 como um grande divisor de água para financiamento de
3136 segurança pública, convidar o presidente da Comissão de Constituição e Justiça do
3137 Senado. Eles vêm, eles gostam disso, ou irmos lá ter uma audiência com ele, marcada
3138 previamente, porque só funciona na pressão, não adianta. Então, a sugestão, e até
3139 constar em ata, para pauta da próxima reunião seria trazer o presidente da comissão
3140 porque são eles lá que vão dar o encaminhamento e depois vai direto para o plenário. Se

3141 não me engano ele é da Paraíba, senador Vital do Rego, presidente da Comissão de
3142 Constituição e Justiça.

3143

3144 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos Periciais do Brasil) –**

3145 Aproveitando que o conselheiro Luiz Paulo chegou agora para deixarmos bem claro que
3146 elegemos a PEC 24, mas nós não debatemos a PEC 24, Luiz Paulo, o que ficou
3147 acertado, conversei com você em *off*, nós vamos aguardar que o relator apresente o seu
3148 relatório e aí nós iremos discuti-la, até mesmo porque não sabemos qual será o
3149 posicionamento, e foi dito ontem que o relator mudou, fez alguns avanços. Mas, desde o
3150 começo que nós aqui falamos sobre a questão do financiamento e a PEC 24 trata disso.
3151 Agora, não estamos querendo dizer que iremos apoiar fielmente aquilo que está lá na
3152 PEC 24, porque nem temos conhecimento ainda do relatório do relator. Nós temos
3153 conhecimento da proposta do autor, inicial. Nós apoiamos e discutimos sempre a
3154 questão do financiamento. Agora a PEC 24, acredito que na próxima reunião do
3155 conselho uma vez que, pelo que foi dito ontem, na próxima semana, o senador Aécio
3156 Neves deve apresentar à CCJ o seu relatório, aí, sim, a partir disso, nós iremos discutir e
3157 levar uma proposta nossa, do conselho, ao relator do projeto e, como o colega disse,
3158 convidar não só o presidente da CCJ, mas talvez trazer aqui para discutir conosco, no
3159 segundo dia, o senador Aécio Neves como relator. No primeiro dia de reunião, nós
3160 discutiríamos o relatório e no segundo dia nós discutiríamos com o relator. Acho que a
3161 vinda do presidente da CCJ deixaríamos para um segundo momento, é uma sugestão.
3162 Mas, só para dizer, Luiz Paulo, que eu li seu e-mail, vi sua preocupação ontem, mas
3163 talvez por você ter perdido a primeira parte da reunião, talvez não tenha compreendido e
3164 você foi penalizado em função dessas coisas. Obrigado.

3165

3166 **O Sr. Luiz Paulo Bastos (Coletivo de Entidades Negras-CEN BRASIL) –** Com

3167 relação a esse primeiro assunto que o conselheiro Humberto pontuou aqui, porque
3168 minha preocupação, pois não estava presente ontem à tarde, foi justamente pela
3169 ausência de debate de como se daria esse financiamento, porque a PEC fala muito na
3170 questão de formação, nos aparatos de segurança pública, e o que eu queria aprofundar
3171 no debate é justamente que tipo de formação e já que estamos indo na contramão dessa
3172 história, a maioria de sociedade civil em relação a desarmar o Estado, e estamos nessa
3173 construção armamentista por conta da PEC. Então, a minha preocupação foi muito por
3174 conta da notícia que recebi por e-mail que o Conselho Nacional de Segurança Pública

3175 pleiteava a aprovação da PEC 24, quando na verdade o texto aprovado aqui no conselho
3176 ontem, não pela aprovação e, sim, pela celeridade nos debates em relação às propostas
3177 que envolvessem a segurança pública. E os documentos entregues foi isso, eu sei que
3178 aprovou aqui e eu digo assim a preocupação é que a partir do momento que se coloca
3179 uma foto, infelizmente colocam a legenda que eles querem. E foi como saiu a notícia.
3180 Então, a minha preocupação era justamente essa para que ficasse uma coisa
3181 transparente, inclusive, uma proposta que o conselho reafirmasse publicamente,
3182 divulgasse a notícia no site do Ministério da Justiça qual foi a nossa proposta aqui que
3183 não foi pela aprovação, não que estejamos contrários à aprovação, mas que é uma coisa
3184 que é preciso discutir muito mais e atingir grau de maturidade muito maior.

3185

3186 **O Sr. José Roberto Bellintani (Instituto São Paulo Contra Violência)** – Eu estou
3187 entendendo que nós estamos inaugurando atividades de acompanhamento legislativo *ad*
3188 *vocace*, não é só a PEC 24, tem o SUSP, tem toda uma legislação que nós não temos
3189 acompanhado desde que o conselho existe em nenhum momento, desde 2008, na época
3190 da comissão organizadora, nós fizemos isso. Temos aqui representantes de organizações
3191 que já fazem, já têm experiência de fazer pelas suas representações e temos também o
3192 representante da Câmara dos Deputados?

3193

3194 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Temos notícia que
3195 o presidente da Câmara irá nos receber.

3196

3197 **O Sr. Eumar Roberto Novacki (Senado Federal)** – Bom-dia. Eu passei agora na
3198 Câmara dos Deputados para confirmar. Ontem no início da noite, nós tivemos a
3199 oportunidade de conversar com o presidente e ele demonstrou boa vontade em receber
3200 os membros do conselho. Ficou definido agora pela manhã ele tem uma agenda rápida
3201 às dez e meia, pediu que estivéssemos lá às dez e meia e na sequência ele nos recebe.
3202 Visita no mesmo tom que foi feita ao presidente do Senado, uma visita de cortesia para
3203 buscar um estreitamento futuro, falei para ele também que seria uma visita rápida e acho
3204 importante que façamos esse estreitamento, ficou meio em cima, só conseguimos a
3205 confirmação agora. Acho que vale a pena nós suspendermos os trabalhos.

3206

3207 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Acho que podemos
3208 aprovar agora, temos quórum. Vocês viram a demora que foi sermos recebidos ontem.
3209 Eu acredito também que poderá lá seguir a mesma rotina.

3210

3211 **O Sr. Eumar Roberto Novacki (Senado Federal)** – Vocês imaginam, a agenda do
3212 presidente da Câmara e do presidente do Senado é difícil conseguir uma agenda assim
3213 em cima da hora, normalmente, eles não abrem esse tipo de exceção. Agora para
3214 receber o conselho, nós vamos ter que ter um pouquinho de paciência para aguardar
3215 realmente. Ele tem já uma agenda planejada há um bom tempo. Inclusive às dez e meia
3216 que é o horário que ele marcou conosco ele tem um agenda lá. Só que na sequência vai
3217 nos receber.

3218

3219 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Tranquilo. É uma
3220 ótima oportunidade.

3221

3222 **O Sr. Augusto César Coutinho (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná –**
3223 **Sindarspen)** – Bom-dia. Tendo em vista a possibilidade de daqui a pouco irmos para lá,
3224 eu pergunto se vai ser votada essa proposta de irmos lá ou já está aprovada?

3225

3226 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Vai ser colocada.

3227

3228 **O Sr. Augusto César Coutinho (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná –**
3229 **Sindarspen)** – Pois coloque porque se não for aprovada a ida, eu colocaria meu
3230 assunto.

3231

3232 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Bom, como foi
3233 feito ontem, nós fizemos uma proposta de representação do Conasp na reunião com o
3234 presidente do Senado, também hoje teremos que fazer a mesma coisa. Se esta plenária
3235 aprova a ida tão importante lá na Câmara dos Deputados, **temos quórum para**
3236 **aprovação. E já colocamos em regime de votação. Consenso. Foi aprovado.** Agora
3237 depois da aprovação, vamos escolher os que vão falar. E aí teremos que combinar
3238 porque não pode ser feito ontem, ontem houve um atropelo, eu queria pedir até
3239 desculpas ao conselho, assumi a responsabilidade por isso, eu acho que a condução
3240 ontem não foi correta em todos os sentidos. O conselho tinha um representante, uma

3241 presidência lá na hora, isso não seguiu, a decisão da plenária também não foi respeitada,
3242 ou seja, houve uma proposta, mas não foi o que aprovamos aqui, lá dentro da reunião,
3243 nós nos comportamos um pouco, e aí precisamos deliberar aqui se os representantes
3244 falarão por nós, pelo conselho, não é pela entidade, para vocês terem ideia a instituição
3245 que eu desenvolvo trabalho SOU DA PAZ tem interesse em falar com o presidente do
3246 Senado, na Campanha do Desarmamento ele foi um dos signatários na época, mas neste
3247 momento a nossa instituição tem que deixar de existir para o coletivo, foi o que
3248 combinamos aqui. E aí voltamos a essa questão, eu estou falando isso porque o
3249 conselheiro Joel já falou comigo, o conselheiro Humberto, o conselheiro Joel pediu
3250 inclusive que eu justificasse, eu já estou dando a justificativa e pedindo desculpas por
3251 qualquer desencontro ou atropelo, é como um time de futebol, o técnico é quem assume
3252 quando não dá certo, quando dá certo somos todos nós.

3253

3254 **O Sr. Augusto César Coutinho (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná –**
3255 **Sindarspen)** – Só para concluir. Tendo em vista a decisão de irmos até ao presidente da
3256 Câmara, certamente, depois a nossa reunião será encerrada? Mas, independentemente
3257 disso, eu vou logo garantindo o encaminhamento. Primeiro, quero registrar a presença
3258 aqui do senhor Carlos Roberto Romache, agente penitenciário do estado de São Paulo,
3259 está representando aqui o Sindicato dos Agentes Penitenciários de São Paulo, ele veio
3260 prestigiar a nossa reunião. E também o senhor Gilson Pimentel Barreto, presidente da
3261 Federação dos Servidores do Sistema Penitenciário, também agente penitenciário de
3262 São Paulo. Para encaminhar, presidente, ontem eu disse que uma das recomendações
3263 feitas aqui pelo Conasp, ainda no mandato anterior, precisamente a Recomendação nº
3264 13, de 1º de agosto de 2012, foram cinco pontos nessa recomendação, uma delas diz
3265 respeito a recomendar ao ministro da Justiça que seja fomentado pelo Ministério da
3266 Justiça o marco regulatório nacional da profissão de agente penitenciário e criado por
3267 ato do senhor ministro um Grupo de Trabalho com a participação de representantes
3268 deste conselho para elaborar um estudo a ser apresentado dentro de um prazo pré-
3269 determinado de uma proposta para regulamentação constitucional e infraconstitucional
3270 da profissão de agente de segurança penitenciária no país. Nós tivemos informações,
3271 inclusive ontem no intervalo do almoço eu estive presente ao Conselho Nacional de
3272 Política Criminal de que de fato essa recomendação está sendo efetivada pelo Ministério
3273 da Justiça, via Departamento Penitenciário Nacional, e a ouvidora nos informou, através
3274 do presidente da federação, que havia mandado um ofício para as instituições para que

3275 indicassem representantes. E segundo informação obtida, esse ofício teria sido dirigido
3276 a este conselho. Até ontem o Alex disse que não havia recebido essa informação. Então,
3277 nós nos propusemos a aproveitar este momento agora, independentemente se esse
3278 comunicado tivera chegado ou não, porque a comissão já está sendo constituída, e
3279 ontem havia um representante deste conselho que é a Petra, representante da Pastoral
3280 Carcerária, que participou desta reunião deste grupo de trabalho que já foi constituído e
3281 já tem inclusive calendário estabelecido pelo Departamento Penitenciário Nacional, e
3282 Petra não estava representando o conselho, certamente, porque não fora deliberado aqui
3283 por nós, mas eu queria aproveitar e encaminhar à mesa e sugerir à plenária que nós já
3284 pudéssemos, independentemente do ofício chegar tendo em vista que eles irão concluir
3285 sexta-feira a formatação, que o conselho já pudesse indicar 2 representantes e nós nos
3286 colocamos à disposição junto com o representante da Pastoral Carcerária que já
3287 participa deste Grupo de Trabalho, que é a senhora Petra, representando o Conselho
3288 Nacional de Segurança Pública nesse grupo de trabalho, conforme vislumbra a nossa
3289 recomendação. Então, eu queria encaminhar que se pudéssemos deliberar a indicação
3290 dessas duas instituições e que oficializasse ao Depem que dentro desse grupo de
3291 trabalho os representantes do Conasp seriam essas duas instituições. Esse é o
3292 encaminhamento que eu gostaria de fazer no momento.

3293

3294 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – É o seguinte, conselheiro, o
3295 ofício não chegou ainda. Geralmente, temos jogado na lista de e-mails todos os ofícios
3296 que chegam. Acho que vamos fazer uma deliberação em cima de um ofício que ainda
3297 chegou, acho muito sem embasamento. Teríamos que primeiro esperar o ofício chegar e
3298 assim, de forma transparente, como têm sido todas as outras vezes, colocamos na lista.
3299 Eu acredito que pelo assunto da questão carcerária é natural que vocês mesmos sejam os
3300 indicados, mas deveremos fazê-lo assim que chegar o ofício.

3301

3302 **O Sr. Augusto César Coutinho (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná –**
3303 **Sindarspen)** – Tudo bem, até pela formalidade do processo, mas desde já deixamos
3304 registrado que nos colocamos à disposição para representar o conselho nesse grupo de
3305 trabalho que está sendo constituído pelo Ministério da Justiça através do Departamento
3306 Penitenciário. É só isso.

3307

3308 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional)** – Bom-dia a todos.
3309 Fazendo a colocação do Coutinho sobre a irmã Petra, ele tem essa participação no
3310 Depem como a Pastoral Carcerária e a Pastoral Carcerária participa de diversos
3311 conselhos, então, eu sei que ela está lá ligada e eu também penso que o ofício chegando
3312 aqui na lista ela vai poder se manifestar enquanto titular deste conselho, entendo que
3313 não haverá nenhum problema da parte dela de ocupar a vaga indicada pela Pastoral e
3314 também concomitante representar este conselho lá no Depem. Bom, eu queria que fosse
3315 colocada aqui a sugestão de pauta dentro desse tempo para nós podermos votar na
3316 plenária, porque devemos ir lá e talvez não voltemos mais para cá, e temos sugestões
3317 importantes, se for da anuência do presidente eu queria fazer essas colocações agora.
3318 Pois bem. Eu vou ser bem breve, são três questões. Primeiro, pedir ao conselho que seja
3319 expedido um ofício ao Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais para vir
3320 ocupar a cadeira que eles possuem neste Conasp, porque o Conselho Nacional do
3321 Ministério Público que estava aqui, eu creio que não esteja nesta reunião agora tão
3322 somente devido à troca do procurador-geral que aconteceu no dia 15 último, mas, ao
3323 contrário, a Defensoria Pública até hoje não tomou posse, apesar de estar constando na
3324 ata o nome, Maria Célia, na ata da 21ª Reunião, então, eu queria que fosse deliberado
3325 por nós a expedição, no mínimo 15 dias antes da próxima reunião, para que eles possam
3326 efetivamente começar a participar dos nossos trabalhos porque a Defensoria Pública
3327 estadual e o representante nacional é importante estar aqui conosco nos nossos
3328 trabalhos. Segundo ponto é reiterar aquilo que eu fiz na outra reunião como sugestão
3329 pauta de termos aqui algum representante, algum estudioso de segurança pública, um
3330 nome que eu defendi aqui e volto a defender, do Marcos Rolim, ele é um professor,
3331 especialista na área de segurança, com livros publicados etc., para poder vir falar um
3332 pouco dos estudos, das pesquisas de segurança pública no Brasil, o alinhamento das
3333 questões sobre segurança pública no mundo com aquilo que nós temos no Brasil e as
3334 evoluções para que todos pudessem ter uma visão geral, porque aqui estamos divididos,
3335 cada um com o seu conhecimento, e já ficou claro aqui que todos conhecem muito bem
3336 da sua área, seus assuntos, mas que pudéssemos ter essa visão acadêmica, empírica, e
3337 que pudéssemos então, passar a discutir como um todo, do Brasil e do mundo. Então, eu
3338 queria que fosse feito um convite e tomo essa liberdade, se o conselho assim o deliberar,
3339 de fazer o convite a ele para que ele pudesse vir à próxima reunião. Quanto aos custos,
3340 eu acho que o convite seria tão somente a expedição de uma passagem ida/volta para
3341 ele, não vejo como tão grande problema para o Conasp. E a segunda pessoa é o doutor

3342 Herbert Carneiro, presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária,
3343 que já é conhecido nosso de muito antes, de extremo gabarito também para poder
3344 lapidar o nosso conhecimento sobre o sistema penitenciário e sobre as políticas
3345 criminais. A política criminal é aplicada pelas Secretarias de Estado de Segurança
3346 Pública pelo Brasil afora, então, temos que conhecer um pouco do que tem no Brasil
3347 inteiro para podermos debater, não só sistema penitenciário. E ele está aqui, é presidente
3348 do conselho que é deste ministério, então se pudéssemos juntar na próxima reunião para
3349 trazer esse conhecimento para nós todos, eu entendo de grande valor e queria que fosse
3350 deliberado aqui para nós todos como sugestão de pauta. Obrigado.

3351

3352 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Nós estamos
3353 premidos pelo tempo. Eu acredito que não daria mais para fazer uso da palavra sem o
3354 prejuízo do horário lá na Câmara. Vamos ter que tomar uma decisão: ou ir para a
3355 Câmara fazer a representação e retornarmos para o trabalho seja ainda neste expediente
3356 ou no início do segundo. E aí deliberarmos uma série de questões que ainda faltam, têm
3357 pautas importantes, a questão da arma, o caminho da arma que o SOU DA PAZ tem um
3358 trabalho feito. Temos que aproveitar todos esses conhecimentos e também podemos,
3359 Alex, pelo Regimento os conselheiros indicarem a pauta da próxima reunião e
3360 deliberarmos sobre isso sem problema.

3361

3362 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Eu acho que para estarmos lá
3363 às dez e trinta, temos que chegar até dez e quinze no máximo. Todos têm que fazer o
3364 seu registro na entrada, tudo isso. *(interferência fora do microfone)*.

3365

3366 **O Sr. Eumar Roberto Novacki (Senado Federal)** – Quarta-feira é o dia de mais
3367 movimento, mas eu posso tentar ver mais um ambiente para nos reunirmos.

3368

3369 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Então, podíamos fechar a
3370 seguinte proposta: vamos lá ao Congresso, após a reunião com o presidente da Câmara,
3371 nós fazemos uma reunião ali mesmo no Salão Verde, na antessala da Presidência, para
3372 definir se faremos uma reunião lá no Congresso ou se voltamos para cá ou se demorar
3373 muito voltarmos depois do almoço. No caso da minha proposta ser aprovada que após a
3374 reunião com o presidente da Câmara que não nos dispersássemos para decidir ali
3375 mesmo o que fazer.

3376

3377 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Eu acredito que
3378 reunir lá é mais difícil, vamos deliberar agora para poder voltar, nós teremos tempo
3379 hoje.

3380

3381 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Acho então que é um
3382 consenso que após a reunião as atividades continuarão. A questão é o Informe onde será
3383 a continuidade da reunião, local e horário.

3384

3385 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – A estrutura aqui já está
3386 montada, fica mais fácil reunir aqui do que improvisar, mesmo com a boa vontade,
3387 ficaria mais fácil aqui, temos aqui o som, a estenotipia, uma série de coisas.

3388

3389 **O Sr. Jefferson Alessandro Galdino Mamede (Conselho Nacional de Secretários e**
3390 **Gestores Municipais de Segurança Pública)** – Presidente, bom-dia a todos. É só fazer
3391 uma consideração. Nós estamos sendo surpreendidos com esse convite que é de grande
3392 valia para nós estarmos ali com o presidente da Câmara dos Deputados, mas assim
3393 como tem uma PEC em tramitação no Senado que é de interesse desse colegiado,
3394 também existe um PL, inclusive foi apresentado no primeiro dia de reunião pela SAL
3395 que é de interesse também do Conasp, inclusive é de interesse da Secretaria Nacional de
3396 segurança Pública, o PL 1332, já esteve em pauta para votação ali na Câmara duas
3397 vezes e foi adiada a votação, é o PL que trata do marco regulatório das guardas
3398 municipais do país, cria a identidade e esclarece o parágrafo 8º do art. 144 da
3399 Constituição. E talvez nem todos conselheiros também tenham conhecimento do
3400 contexto desse PL, do teor dele, mas é de interesse da segurança pública porque define
3401 competências legais na instituição Guarda Municipal, não sei se seria o caso, mas ontem
3402 ficou acordado que nós faríamos menção da intenção de estabelecer um diálogo com o
3403 Senado e aí nós defendemos a PEC que tínhamos dito que não defenderíamos a PEC lá
3404 no Senado e defendemos, mesmo acordando aqui não defenderíamos, que só
3405 estabeleceríamos o diálogo. E eu pergunto se nós vamos estabelecer o diálogo com a
3406 Câmara ou se podemos também fazer menção de um PL que está em tramitação que é
3407 de interesse da segurança pública.

3408

3409 **A Sra. Luciana Guimarães (Instituto Sou da Paz)** – Eu queria trazer uma
3410 contribuição para a pauta. Acho que na linha do que o Massimiliano disse, acho que
3411 precisamos usar o acúmulo, Alex. Acho que a sociedade civil está aqui para ajudar...

3412

3413 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Eu vou ter que interromper.
3414 Estamos com o tempo em cima, acho que é meio consenso de que vamos continuar a
3415 reunião depois, acho que a discussão de pauta poderia ser jogada para o segundo tempo.
3416 Temos dez minutos apenas. Alguém é contra retornar para cá? Cel. Washington é sobre
3417 esta matéria? Se formos discutir pauta, não vai dar tempo.

3418

3419 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – É uma questão de
3420 ordem, estamos premidos pelo tempo.

3421

3422 **O Sr. Cel. Washington França da Silva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** –
3423 Eu gostaria de fazer uma ponderação. Veja, eu estou sentido que nós precisamos
3424 amadurecer sobre as temáticas que são de interesse deste conselho para que nós
3425 possamos, efetivamente, tomar decisão de manter contato com a, com b ou com c. Eu
3426 gostaria de saber quantos efetivamente conheciam ou conhecem a PEC 24 que foi
3427 apresentada aqui ontem? O companheiro ali falou das outras PECs, eu acredito que seria
3428 interessante que nós tomássemos conhecimento efetivamente de todas essas propostas,
3429 de toda essa documentação que está sendo tramitada, definíssemos qual é a pauta deste
3430 conselho e a partir daí passássemos, sim, a desenvolver ações de articulação, de
3431 definição de grupos de trabalho para também este conselho apresentar suas propostas
3432 porque, como já foi dito anteriormente pelos demais companheiros e, sobretudo, pelo
3433 presidente, isto aqui é um conselho e o que for deliberado aqui tem que ser respeitado.
3434 Nós não podemos simplesmente ter atropelo de um ou de outro. Tem que haver respeito
3435 a este colegiado. Eu pediria que houvesse respeito às deliberações aqui, por gentileza.

3436

3437 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – A questão da pauta
3438 estava exatamente para acontecer o que está acontecendo. Ela não foi preenchida porque
3439 desde a reunião anterior e de Cuiabá, nós íamos fazer gestão junto ao Senado e à
3440 Câmara, não para deliberar, mas para abrir canal de diálogo que é um momento político
3441 deste conselho e é interessante, desde que ele seja na forma generalizada, de abertura de
3442 diálogo, e não de defesa já de projeto. A perspectiva de ontem à tarde foi nessa linha.

3443

3444 **O Sr. Cel. Washington França da Silva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** –
3445 Permita-me complementar, presidente? Só complementando um item. Eu acredito que o
3446 tempo que nós dispomos é muito exíguo, não tivemos oportunidade nesses três dias que
3447 está completando hoje, de sentar e discutir efetivamente questões dessa natureza, por
3448 exemplo, eu acredito que seria interessante analisarmos todas as discussões que tivemos
3449 ontem pela manhã e o encaminhamento que tivemos à tarde e outros temas, precisamos
3450 discutir isso. Agora fazer isso no afogadilho fica difícil colocando dez minutos apenas
3451 para discutir porque temos que correr lá na Câmara. Ok. Acho que é importante ir lá.
3452 Mas, eu acredito que poderíamos agendar isso para outro momento. Obrigado.

3453

3454 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Embora
3455 respeitando a opinião do conselheiro Washington, eu não concordo, pois a pauta
3456 proposta foi exatamente para ter contato com o Congresso. Nós abrimos esse espaço.
3457 Nós não achamos que é perda de tempo abrir um diálogo com a dimensão que nós
3458 teremos que ter ligações e é importante e do interesse para este conselho, inclusive para
3459 oxigenar o próprio conselho. Eu sou da sociedade civil e sinto isso, não é o caso da
3460 presidência aqui, mas como sociedade civil essa oxigenação bem articulada, e nós temos
3461 o dia inteiro aqui porque fomos pagos para vir para cá. Então, estava prevista a reunião
3462 no Senado e na Câmara. Seria uma descortesia também do Conasp ir ao Senado, que
3463 tem conhecimento publicamente, marcar uma reunião com o presidente da Câmara e
3464 não nos fazermos presentes. Eu acho que até é uma descortesia. Eu acredito que
3465 poderíamos seguir o que estava previsto, foi por isso que não enchemos a agenda de
3466 pauta, conselheiro Washington, nós tínhamos pauta para discutir. Quer dizer, a mesa
3467 diretora tinha pauta suficiente para ter colocado na manhã e na tarde de hoje. Não
3468 fizemos por conta dessa articulação política. Houve uma decisão já de ir à Câmara dos
3469 Deputados. A não ser que este plenário queira deliberar novamente outra coisa. Mas, do
3470 contrário, temos que sair agora.

3471

3472 **O Sr. Não Identificado** – Mas quem irá falar lá?

3473

3474 **O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais**
3475 **Militares e Bombeiros do Brasil)** – Exatamente. A sugestão que eu daria seria essa. O

3476 presidente fala justamente para apresentar o Conasp, dizer que ele está interessado, está
3477 à disposição e quer participar, acho que é isso.

3478

3479 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Eu acredito que a
3480 Comissão que foi ontem faz a mesma coisa. Aquele documento de ontem vamos
3481 entregar.

3482

3483 **O Sr. Eumar Roberto Novacki (Senado Federal)** - Eu queria pedir aos conselheiros
3484 uma autorização para fazer um agradecimento público ao presidente que foi muito
3485 solícito ontem, inclusive, abrindo a possibilidade de nós mesmos do Senado fazermos
3486 essa interlocução junto às comissões da Câmara, ou seja, já falei com o nosso colega,
3487 que é conselheiro da Câmara, vamos fazer um trabalho em conjunto lá, só que o que
3488 raramente acontece são as comissões do Senado e da Câmara conversarem. Muitas
3489 vezes você tem um projeto que é bem discutido no Senado, por exemplo, quando chega
3490 à Câmara começa uma discussão do zero sem que haja participação. Ele foi muito
3491 solícito inclusive no sentido de abrir espaço para que discussões de projeto de temas
3492 importantes sejam feitas junto lá. Só quero fazer um agradecimento público a ele.
3493 Temos lá alguns deputados que já se comprometeram a dar respaldo a este conselho que
3494 se estiverem presentes nós faremos a citação. Na sequência, eu só queria sugerir a
3495 inversão. Aquele documento que nós entregamos para o presidente do Senado no início
3496 que nós façamos no final para finalizar a reunião.

3497

3498 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Eu e o Alex
3499 compartilhamos, sem problema nenhum, fazemos juntos, e depois voltamos para cá.

3500

3501 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – A deliberação
3502 deste plenário é a volta para cá após terminar a reunião lá. Tem que ser 14h30 aqui.

3503

3504 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Vamos avaliar o horário que
3505 terminar lá. Vamos voltar aqui. Aqui vamos decidir. Vamos deixar assim, vamos voltar
3506 para cá.

3507

3508 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Vamos lá, voltar
3509 para cá e terminar às 13 horas como está previsto. E aqui decidimos tudo por conta do

3510 horário de viagens de alguns conselheiros. E almoçaremos depois das 13. Está bom?
3511 Combinado? Ok. Obrigado pela atenção. Vamos nos encontrar todos na Presidência.

3512

3513

28/08/2013

3514

TARDE

3515

3516 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Já temos quórum.
3517 Atenção, conselheiros. Conselheira Luciana estava com a palavra, retorna com ela.

3518

3519 **A Sra. Luciana Guimarães (Instituto Sou da Paz)** – Alex, minha contribuição é no
3520 sentido de pensarmos a pauta. Tem uma questão de contribuição específica nesse
3521 sentido para pensar a pauta para a próxima reunião, mas tem uma questão de fundo.
3522 Acho que todos aqui já têm maturidade para pensar que quando vem algum tipo de
3523 crítica tem a ver como tentativa de melhorar este espaço. Eu espero que vocês possam
3524 entender dessa maneira. Achei superinteressante fazermos a aproximação com o
3525 Congresso Nacional, acho que é uma agenda bem importante e que não podemos
3526 perder, temos que pensar que devemos fazer isso cada vez mais de uma maneira mais
3527 executiva, olhando os projetos de lei, olhando o que é prioritário, tomar as decisões,
3528 mas acho que falta também nós nos aproximarmos do Ministério da Justiça, essa é a
3529 questão de fundo que eu queria trazer. Não podemos desfocar e ficar fazendo uma
3530 relação do Conasp com o Legislativo e me parece que é o que temos feito nas últimas
3531 reuniões, discuti o Susp com o deputado Efraim, discuti o fundo com o senador João
3532 Capiberibe, eu acho que isso é bacana, mas nós estamos colocando toda a nossa força de
3533 ação no Congresso Nacional, acho que precisamos colocar nossa força de ação também
3534 no Executivo, Senasp, no Ministério da Justiça, nós pedimos para aproximar o diálogo
3535 com o Congresso Nacional, mas acho que precisamos aproximar o diálogo com o Poder
3536 Executivo também, Ministério da Justiça, porque senão acabamos brincando *casa de*
3537 *ferreiro, espeto de pau* é um pouco isso, parece que estamos fazendo. Então, com essa
3538 questão de fundo, eu queria que todas as nossas pautas de Conasp, é a minha sugestão
3539 para submeter aos nossos conselheiros e conselheiras aqui, é que sempre mantivesse na
3540 pauta alguma discussão estratégica do Ministério da Justiça ou da Senasp em relação à
3541 segurança pública. Acho que a tentativa de conversar com a SAL era uma tentativa
3542 nesse sentido, mas aí precisa fazer bem feita a tarefa, por exemplo, acho que seria muito
3543 importante discutir política de convênio com os estados sobre arma taser. O que o

3544 Conasp acha disso? Essa é uma política, pelo que venho observando, a distância, não
3545 por participar no Conasp, mas por alguém que acompanha o Ministério da Justiça e a
3546 Senasp como uma política central da Senasp, então que política é essa, o que se pensou,
3547 o que o Conasp acha disso, que possamos fazer essa discussão. Ela dialoga com muitas
3548 questões aqui. Várias entidades de trabalhadores, várias entidades da sociedade civil
3549 pensam sobre isso, acho que temos uma agenda bastante importante nesse sentido e que
3550 talvez pudesse entrar na pauta. Outra coisa que me parece poderia entrar na pauta: a
3551 Diretoria de Ensino está fazendo uma série de pesquisas muito interessantes, eu sei por
3552 que concorreremos aos editais de pesquisa, já teve uma primeira leva de produção de
3553 conhecimentos nesse sentido que acho que dialoga muito com o que inclusive o Marcos
3554 estava trazendo de nós nos apropriarmos de conteúdos etc. Eu peguei aqui só para dar
3555 alguns exemplos aos conselheiros, coisas que já foram entregues à Senasp: discussão de
3556 diagnóstico dos Conselhos Estaduais de Segurança Pública e Direitos Humanos que é
3557 uma coisa que pode nos interessar. Tem toda uma discussão também sobre Normas
3558 Disciplinares e Diretrizes de Promoção de Defesa de Direitos Humanos dos
3559 Profissionais de Segurança Pública; o que nós fizemos, por exemplo, que é o uso da
3560 força que dialoga exatamente com a questão de arma taser; Segurança Pública e Direitos
3561 Humanos, então, isso já foi entregue. Além disso, tem um edital em curso, pesquisas
3562 que já estão sendo feitas de uma série de outras matérias. Então, quais as pesquisas que
3563 eventualmente nos interessariam conhecer que pudessem ser apresentadas aqui,
3564 eventualmente até ajudar a construir o próximo edital desse departamento com questões
3565 que nós podemos colocar, têm alguns editais que têm uma série de olhares para alguns
3566 recortes: recorte racial, recorte LGBT, recorte de mulheres, é um monte de coisas
3567 interessantes que poderíamos nos apropriar, conhecer, propor, ter mais espaço de
3568 discussão estratégica das políticas de segurança com o Ministério da Justiça. Então,
3569 queria garantir como pauta que sempre garantíssemos uma aproximação com o
3570 Ministério da Justiça porque senão viemos aqui, nos dispomos a estar aqui, acho que
3571 temos que nos sentir que contribuímos de verdade, eu não acho que é deslocando o
3572 nosso trabalho ao Poder Legislativo, é uma via importante, não é menosprezar, mas me
3573 parece que estamos aqui para auxiliar o Ministério da Justiça, a Senasp, e então
3574 precisamos fazer essa aproximação efetiva, real com o Poder Executivo.
3575

3576 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Nós fizemos este ano, do
3577 mesmo modo que você está propondo, com o Sinesp, não sei se você se lembra, por
3578 exemplo, trazendo outras áreas.

3579

3580 **A Sra. Luciana Guimarães (Instituto Sou da Paz)** – Veio um deputado aqui discutir o
3581 SUSP que era um projeto de lei que o Senado nem estava discutindo, tinha uma coisa
3582 paralela acontecendo. Enfim, mas neste mandato veio o deputado Efraim discutir um
3583 projeto de SUSP conosco que não tinha nenhuma importância. E estou trazendo isso
3584 para podermos avançar, contribuir, fazer com que o nosso tempo aqui seja gasto da
3585 melhor maneira possível. Precisamos discutir as políticas estratégicas da Secretaria de
3586 Segurança Pública porque senão ficamos rodando em falso.

3587

3588 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Essa colocação da
3589 conselheira Luciana é pertinente porque temos que tomar conhecimento do *modus*
3590 *operandi* do ministério e tentar contribuir, é isso o que ela fala. É muito bom também
3591 tomar conhecimento de coisas que não têm importância para sabermos que não tem
3592 importância, quer dizer, a presença do deputado aqui fez com que ficássemos
3593 convencidos que o projeto que está lá apresentado não tem nenhuma importância para
3594 nós. E é com esse convencimento que nós construímos a outra possibilidade.

3595

3596 **O Sr. Luiz Paulo Bastos (Coletivo de Entidades Negras-CEN BRASIL)** – Primeiro
3597 gostaria de concordar com a fala da Luciana. Eu acho muito importante essa abertura de
3598 canal com o Poder Legislativo, mas eu penso que precisamos primeiro nos aproximar
3599 do ministério. Não adianta que tenhamos essa proximidade com o Legislativo e não
3600 consigamos ter diálogo dentro do próprio ministério. Esse afastamento nos prejudica.
3601 Segundo, gostaria só de uma proposição nesse caso porque é algo que, reafirmando,
3602 mas mais uma vez eu peço que no momento que fssemos dirigir, principalmente, às
3603 Casas Legislativas que nós tivéssemos um posicionamento mais uniforme em relação
3604 aos projetos, sejam PECs ou projetos de lei, para que não circulem rumores de que o
3605 Conselho Nacional de Segurança Pública está a favor ou contra determinado projeto,
3606 sendo que nós ainda nem chegamos a discuti-los. Eu tenho certeza de que isso não é o
3607 posicionamento deste conselho. Não tenho nenhuma dúvida que os conselheiros pensem
3608 dessa forma. Isso é uma questão de amadurecimento mesmo para que não chegue às
3609 outras casas um posicionamento não consensual dentro do conselho. E até no momento

3610 que esse posicionamento seja deliberado por este conselho que se posicione que não foi
3611 unanime ou faça as ressalvas necessárias. Com relação à pauta, eu gostaria,
3612 inicialmente, de propor que nós deliberássemos acerca de uma resolução cobrando do
3613 Ministério da Justiça e de outros órgãos competentes providências mais efetivas no caso
3614 Amarildo. O tempo está passando, não tem nenhuma resolução, nós não temos nenhuma
3615 punição acerca dos agentes responsáveis e isso está saindo da nossa pauta sendo que
3616 este aqui é Conselho Nacional de Segurança Pública e não poderia deixar passar sem
3617 que tenha uma discussão e que este conselho se posicione em relação a isso. O Coletivo
3618 de Entidades Negras pensa que este conselho precisa emitir uma resolução cobrando do
3619 Ministério da Justiça e de outros órgãos competentes que tenham providências mais
3620 efetivas no caso do Amarildo. O caso Amarildo ficou como caso emblemático, mas
3621 isso, na verdade, é o cotidiano nas comunidades de periferias deste país. Nós
3622 precisamos cobrar providências mais efetivas com relação a isso. Fica a sugestão ante a
3623 urgência do caso, o Coletivo de Entidade Negra propõe essa resolução e poderia até
3624 enviar por e-mail para a lista para que o conselho delibere sobre a recomendação.

3625

3626 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Ok. Você coloca no e-mail.
3627 Vamos aprovar primeiro a temática...

3628

3629 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Vamos aprovar
3630 depois de a resolução pronta, não é?

3631

3632 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Podemos fazer na da mesma
3633 forma como fizemos com a papiloscopia: aprova primeiro a ideia de moção de apoio e
3634 depois o texto.

3635

3636 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Vamos repensar
3637 aqui: como estamos quase sem tempo hoje, sair uma moção, depois uma palavra, essa
3638 palavra é importante e essa palavra não foi aprovada, só foi solicitada, quer dizer,
3639 corremos o risco de o Conasp deliberar uma coisa que não foi acordada. Então, acho
3640 que o texto tem que estar ali na tela, aprovamos o texto em concreto, e não uma ideia,
3641 não é o caso.

3642

3643 **O Sr. Henrique Mendonça de O. Queiróz (Associação Nacional dos Peritos**
3644 **Criminais Federais – APCF)** – Inclusive minha manifestação é sobre isso. Existe o
3645 regimento interno e existem as formas corretas de aprovar resolução, é no artigo 147
3646 que fala que ela tem que ser encaminhada com antecedência para ser submetida à
3647 plenária, ela deverá ser encaminhada à Secretaria Executiva dentro do prazo de inclusão
3648 de itens na pauta de reuniões devendo ser instruídas com o texto do ato e as respectivas.
3649 Então, no regimento é isso.

3650

3651 **O Sr. Luiz Paulo Bastos (Coletivo de Entidades Negras-CEN BRASIL)** – Agradeço
3652 o esclarecimento, mas se não for uma resolução, que saia pelo menos uma
3653 recomendação deste conselho, porque eu penso que ante a urgência do caso, não
3654 podemos deixar que a burocracia atrapalhe. As pessoas estão sendo exterminadas.

3655

3656 **O Sr. Henrique Mendonça de O. Queiróz (Associação Nacional dos Peritos**
3657 **Criminais Federais – APCF)** – O único ato que o Conasp pode emitir dessa forma
3658 seria uma moção e que aí já vem a minha intervenção, no caso da moção que foi emitida
3659 em Cuiabá, ela passou, nós nem vimos, mas ela está em desacordo com o Regimento
3660 Interno porque para aprovar uma moção é necessária maioria absoluta e aí, Alex, eu
3661 gostaria que a mesa revisse essa questão porque, salvo engano, a votação lá foi 10 a 8
3662 ou 12 a 8, não foi atingida a maioria absoluta, eu gostaria que isso seja revisto e, se for o
3663 caso, a moção cancelada. Obrigado.

3664

3665 **O Sr. Luiz Paulo Bastos (Coletivo de Entidades Negras-CEN BRASIL)** – Com
3666 relação à pauta e pegando também o gancho da Luciana, ela disse sobre as armas tasers,
3667 nós queríamos discutir também a questão da utilização dessas armas não letais. Até que
3668 ponto elas são realmente não letais porque a depender das pessoas que sofram utilização
3669 delas podem vir sim a óbito. Nós entendemos que está ocorrendo a utilização dessas
3670 armas não letais e sem nenhuma regulamentação. Nós precisamos colocar em pauta a
3671 utilização dessas armas não letais e o conselho pedir a sua regulamentado. E em relação
3672 ainda à última pauta, o CEN coloca também que discutamos a Lei da Copa e as
3673 manifestações que podem vir a ocorrer durante o período de Copa do Mundo porque
3674 neste ano ocorreram diversas manifestações e foi entendido que existira nessas
3675 manifestações atitude excessiva da polícia. Então, queremos que tenha um melhor
3676 preparo com relação às manifestações, aos *back blocks*, como vai ser o aparato da

3677 segurança pública em relação aos manifestantes e que existe, sim, grande possibilidade,
3678 nós sabemos, de ocorrer isso durante a Copa do Mundo. Eu gostaria de pedir desculpas
3679 pelo atraso inicial que justifiquei e agora pedir licença aos conselheiros e ao presidente
3680 por conta do horário de voo preciso me retirar.

3681

3682 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Bom, ele é o
3683 décimo sétimo, então ficamos com décimo sexto, ainda temos quórum.

3684

3685 **O Sr. Pedro Queiróz da Silva (Associação Nacional de Entidades de Praças**
3686 **Militares Estaduais – Anaspra)** – Eu quero aqui colaborar com as palavras da
3687 conselheira Luciana no tocante ao primeiro fazer o dever de casa para depois cobrar dos
3688 outros. O Conasp, com todo respeito aos conselheiros, têm pecado demais quando não
3689 conseguem dentro da sua estrutura interna organizar-se para que possamos cobrar dos
3690 outros organização. A Portaria nº 4.026, que institui o Regimento Interno deste plenário,
3691 está no Diário Oficial, orientando os conselheiros e a Secretaria Executiva de como se
3692 portarem diante das reuniões e da estrutura. Um simples crachá para que possamos
3693 adentrar as dependências do ministério, nós não temos, já estamos na metade para
3694 chegar ao fim do ano, tomamos posse no primeiro semestre e até hoje não temos sequer
3695 uma identificação sendo necessário que o porteiro do prédio fique dando anuência da
3696 nossa entrada. Eu acho que pode ser feito pelo Alex e a Cintia com mais propriedade a
3697 partir dessa minha fala. O conselheiro Henrique, apesar de eu estar falando do artigo 12,
3698 inciso IV e V do Conasp, que fala da identificação do conselheiro para exercer suas
3699 funções enquanto conselheiro. E eu aproveito o Henrique no tocante ao artigo 13 que
3700 diz que tudo que os conselheiros forem fazer tem que ser feito pautados pelo
3701 Regimento. Eu observo aqui, ao longo desses meses que estamos aqui construindo a
3702 política de segurança pública, que nós não nos valemos desse regimento para trabalhar
3703 no nosso cotidiano, então, eu pediria à Secretaria Executiva, senhor presidente, que
3704 adotasse alguma medida metodológica para que os conselheiros tivessem acesso
3705 permanentemente ao Regimento Interno, claro que a defesa será feita já que é só entrar
3706 na internet que está disponível etc., mas é necessário que tenhamos aqui, tanto quanto
3707 necessário as nossas plaquinhas de identificação a cada reunião. De repente, eu sei que o
3708 ministério não quer soltar verba para o Conasp, mas de repente um caderno permanente,
3709 que não poderá ser levado pelo conselheiro, ele utiliza somente aqui, por exemplo, eu
3710 não levo essa placa para casa, e eu vejo que é a mesma desde a primeira reunião,

3711 poderia ser um caderno contendo o que é necessário para as nossas reuniões e o
3712 conselheiro deixa aqui para que fique sob a guarda da secretaria. Eu fiquei preocupado
3713 com o presidente Henrique Alves disse que toda terça-feira a Câmara, na sua reunião de
3714 líderes, irá pautar a próxima reunião e que os temas de segurança pública serão trazidos
3715 para o Conasp, mas trazidos para que se eles se reúnem a cada dois meses, daí eu não
3716 entendi o sentido de mandar para o Conasp. No Conasp, não serão o Alex e a Cíntia no
3717 dia a dia aqui em Brasília que vai ficar analisando processos da Câmara dos Deputados.
3718 Teria que ser o conselho reunido na sua plenitude.

3719

3720 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Ou a sua
3721 representação, não é?

3722

3723 **O Sr. Pedro Queiróz da Silva (Associação Nacional de Entidades de Praças**
3724 **Militares Estaduais – Anaspra)** – É se tiver uma comissão técnica legislativa que
3725 possa nos dar essa segurança, presidente, eu estaria contemplado, mas eu não conheço
3726 essa comissão técnica legislativa que vai ver, por exemplo, se aquela redação contempla
3727 o conjunto da segurança pública e não o interesse da minha categoria por exemplo, a
3728 Polícia Militar. Tinha que ser um grupo técnico, com isenção, com olhar geral para o
3729 Brasil da segurança pública. E da mesma forma, eu vejo que o Renan Calheiros também
3730 falou que assim como ele fez o grupo da saúde, ele fará um grupo também lá no Senado
3731 para a segurança pública, que terá uma representação. É isso. Ficam aqui essas palavras.
3732 Agradeço o carinho de todos e queria que fosse dada pelo Conasp uma posição em
3733 relação a esses nossos encontros, eu já sei que foi deliberado em plenário, mas diante do
3734 que o Brasil mostrou agora no mês de junho e julho que está inconformado com essa,
3735 desculpe a expressão chula, leseira do Executivo federal para executar o que deveria
3736 fazer para que o povo brasileiro tenha mais sensação de segurança, já que ele não tem, é
3737 apenas a sensação e não a segurança, que possamos então botar a carapuça em nossas
3738 cabeças e cobrar, se não formos atendidos vamos dormir de consciência tranquila,
3739 fizemos o nosso papel. O governo federal é que não fez o dele. Obrigado.

3740

3741 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Bom, esclarecendo. A
3742 questão dos crachás basta vocês mandarem por e-mail uma foto 3x4. Não precisa ficha
3743 nem nada, só a foto que vamos mandar confeccionar os crachás para todos. Com relação
3744 ao Regimento, eu o tenho aqui, agora, por exemplo, o Henrique pediu para usá-lo,

3745 vamos mandá-lo por e-mail e vocês imprimem como o Coutinho imprimiu aí numa
3746 folha qualquer. (*Intervenção fora do microfone*).

3747

3748 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – É acolher a ideia
3749 dele, não tem problema.

3750

3751 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Quanto a acompanhamento,
3752 foi colocada a contratação de consultores, um deles seria para cuidar do Observatório de
3753 Segurança Pública, e inclusive fazer essa questão do acompanhamento legislativo.
3754 Realmente, não temos condição de ficar indo às comissões, podemos até ir a uma ou
3755 outra, mas a ideia que eu entendi pelo menos é que poderíamos discutir por e-mail, caso
3756 tenha alguma coisa, se a Secretaria Executiva receber um aviso do presidente da Câmara
3757 ou do Senado, nós vamos colocar no e-mail dizendo que tem tal projeto na pauta, em tal
3758 comissão, no dia tal e as pessoas discutem por e-mail. Na medida do possível eu vou ao
3759 Congresso Nacional, se eu tiver fora de Brasília e não puder ir, talvez fosse o caso de
3760 chamar algum conselheiro que fora de Brasília possa vir para cá defender a posição do
3761 conselho lá no Congresso e não a posição da sua instituição. Isso aí é tudo discutido via
3762 e-mail.

3763

3764 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Este conselho na
3765 sua versão 2013 conseguiu, pela primeira vez, ter um diálogo com o Senado e a Câmara.
3766 Nas outras versões não tivemos espaço para conseguir isso mesmo que alguém
3767 pensasse. Eu não acho que foi além da medida e nem que estávamos cuidando só disso.
3768 Eu não vejo assim, respeitando todos aqui, não estamos cuidando só disso e deixando as
3769 outras coisas. Concordo também com tudo que a Luciana disse que temos que fazer as
3770 coisas internas, pois elas nos são caras, estamos aqui para essa sugestão, mas essa foi a
3771 primeira reunião que tivemos de abertura de diálogo. Bom, temos que deliberar sobre
3772 isto: quem é que vai nos representar quando vier uma convocação de lá?. Quem vai
3773 fazer isso? Nós fomos lá e eles já demandaram. Eles mandam e nós não damos resposta.
3774 Quando fomos a Cuiabá, eu vi muita gente dizendo assim: “Chegou a hora de o Conasp
3775 fazer a sua força agora com o Legislativo”, teve até gente que disse que Conasp seria
3776 este e não os anteriores. Mas, temos que respeitar a todos. Agora, eu acho que essa
3777 pauta lá é importante porque o próprio ministério possui a sua própria pauta lá. Agora
3778 deixar de ter as nossas aqui, como a Luciana disse, também é caro para nós. Então, na

3779 primeira oportunidade que tivemos de abrir o diálogo estamos aqui contestando esse
3780 espaço, pelo contrário, podemos fazer juntos, tudo.

3781

3782 **A Sra. Patrícia Lucy Machado Couto (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia –**
3783 **FNOP)** – Eu queria colocar primeiro uma missão que o Rildo nos passou a respeito do
3784 Fórum Mundial de Direitos Humanos e a possibilidade, houve um início de discussão,
3785 mas a matéria não se esgotou, sobre a realização da reunião do Conasp junto com a data
3786 do Fórum Mundial. O que ele ressaltou? Não é preciso ser atividades colidentes. A
3787 sugestão que entendi, o Sandro pode me ajudar, é colocar a reunião do Conasp inserida
3788 dentro de uma pauta do Fórum Mundial de Direitos Humanos, inclusive com a
3789 participação, como ouvintes, de pessoas que irão participar do fórum. Então, viabilizaria
3790 que os conselheiros participem do fórum fora daquele horário, mas no dia da reunião
3791 que isso se realize dentro de uma pauta como o Conasp aderindo ao Fórum Mundial.
3792 Não sei se fui clara e se é isso mesmo. Isso é uma coisa que tem que ser deliberada
3793 pelos colegas. Quero lembrar de novo desta Comissão Especial de Segurança Pública
3794 que o CEDPH criou e desses GTs que serão constituídos, um deles que provavelmente
3795 já foi esse das armas de baixa letalidade ou de menor letalidade e uma resolução
3796 também recente que saiu desse mesmo conselho para que a respeito da postura das
3797 polícias pela não violência nos Grandes Eventos e nas manifestações onde tem um
3798 artigo inclusive que fala especificamente da questão do uso de armas menos letais ou de
3799 baixa letalidade. Então, esses assuntos estão acontecendo que eu acho que tem que
3800 existir sim a transversalidade desses conselhos. Como o Rildo já disse ontem, se o
3801 Conasp não pautar, alguém vai pautar, dentro ou fora, só que não precisamos trabalhar
3802 isso em caráter de disputa, muito pelo contrário, temos que trabalhar isso de forma
3803 construtiva e transversal por que hoje é impensável se tratar de segurança pública sem
3804 trabalhar direitos humanos. Direitos humanos está na essência da segurança pública. E
3805 aí que retome a situação das representações. O Conasp tem sim que estar participando
3806 dessas reuniões lá junto com o CDPH com a comissão e eu acho também solicitar
3807 assentos nos GTs, não sei como é que ficou em relação aos GTs se veio convite para
3808 isso, agora não estou me lembrando, estou sem a portaria aqui que criou, mas talvez
3809 fosse o caso de requerer isso aí, pelo tema, pelo que se está trabalhando ali. (*Intervenção*
3810 *fora do microfone*) da Comissão Especial de Segurança Pública do CDPH porque a
3811 partir dessa comissão especial vão ser criados até 4 GTs, dois deles já estão

3812 encaminhados que são esse da baixa letalidade, dos direitos humanos dos policiais, e
3813 esses dois outros, um que é das Mães de Maio, violência policial, e da talvez de
3814 violência institucional. Esse está ainda pendente se vai ser criado ou não, mas dois já
3815 estão em andamento. Então, nós precisamos nos alertar para isso. A outra situação diz
3816 respeito à questão dos projetos de lei e projetos de emenda constitucional, eu não estava
3817 aqui, justifiquei a minha ausência no primeiro dia, o Edson já salientou de que nós não
3818 pudemos esgotar satisfatoriamente o tema. Se são muitos os projetos temos que
3819 estabelecer um critério de seleção. Quais são os critérios? Como se vai fazer isso? Pela
3820 natureza, pela matéria que está sendo tratada? Porque muita coisa ali, pelo
3821 escalonamento, é um pouco mais do zero, não quero achincalhar com isso, mas tem
3822 muita coisa séria e grave e muitas outras coisas que não têm importância. Então, dá para
3823 fazer uma pré-seleção daquilo que realmente interessa tanto pela natureza quanto pela
3824 tramitação, aquilo que está já na urgência e que passa ao largo, a exemplo do que eu já
3825 coloquei dessa PEC 45/2009, que já está lá na em segunda sessão, na ordem do dia,
3826 tinha trancado pauta e não sabíamos da existência, eu, particularmente, fiquei chocada,
3827 não sabia. Então, nós temos esses colegas que têm esse acompanhamento, acho que eles
3828 podem nos dar uma contribuição ainda maior nesse aspecto para nos deixar cientes do
3829 que está acontecendo lá. Muito rica essa aproximação, acho-a absolutamente necessária
3830 porque essas normas ao final de contas vão reger depois a política de segurança pública.
3831 Então, nesse sentido fazer essa seleção de projetos de lei e de PECs que estão em
3832 andamento no Congresso para que possamos nos assenhorear do tema e debater isso
3833 internamente para que isso não fique sempre de afogadilho e sem podermos esgotar o
3834 tema, aderindo ou deixando de aderir a coisas que não temos posicionamento porque
3835 não conseguimos debater em razão do tempo. E essa situação que a Luciana disse ali da
3836 necessidade de afinarmos melhor com o Ministério da Justiça, com a própria Senasp, do
3837 próprio programa de segurança pública dos projetos do que está sendo aprovado, as
3838 coisas que estão de fato acontecendo e não estamos conseguindo discutir, estamos indo
3839 meio de roldão atrás. Seria isso.

3840

3841 **O Sr. Edson Diniz Nóbrega Júnior (Redes de Desenvolvimento da Maré)** – Bom, na
3842 verdade, eu queria falar sobre três pontos, os conselheiros já falaram, mas acho que
3843 precisa reforçar isso para sairmos daqui como desejo pelo menos da maioria dos

3844 conselheiros. Eu queria concordar com a Luciana quando ela chama a atenção para o
3845 fato de termos que discutir mais a pauta da segurança no Ministério da Justiça,
3846 precisamos fazer mais isso. E embora concorde que a ida à Câmara seja, de fato,
3847 importante para abrir esses dois canais, isso inclusive nos traz uma responsabilidade
3848 adicional porque temos que estar preparados para discutir também as pautas importantes
3849 que estão na Câmara, isso aumenta mais a nossa responsabilidade em relação ao próprio
3850 ministério porque o Conasp vai ser chamado pela Câmara, mas tem também pautas do
3851 próprio ministério, e vamos dialogar com a Câmara e como é que fica a pauta do
3852 ministério. Então, existem duas pautas aí que nós precisamos nos apropriar dessas duas
3853 pautas e do andamento disso. Acho que a Luciana e a Patrícia chamaram a atenção para
3854 questões fundamentais aqui. São questões estratégicas para este conselho, precisamos
3855 nos apropriar desse debate. Eu já falei ontem e só para deixar registrado de novo, o
3856 primeiro dia foi frustrante, nós não conseguimos aquilo que é básico, que é isto: quais
3857 são os projetos que estão tramitando, como estão tramitando. Não podemos ir para um
3858 diálogo para a Câmara sem saber inclusive que uma PEC já está em outro nível de
3859 discussão e nós nem sabemos que ela existe. Isso é um erro crasso nosso. Estou falando
3860 isso porque precisamos avançar a partir disso, estamos reclamando, remoendo, mas
3861 precisamos aprender com isso e avançar para as próximas reuniões para termos esse
3862 controle sobre as discussões que estão aparecendo, quer dizer, o Massimiliano fez a
3863 proposta e o fez de novo nesta reunião, de trazer pessoas que entendam desses processos
3864 e agora com a Câmara vamos ter que ter. Mas, temos que nos apropriar também dos
3865 trâmites, como é que circulam por lá essas questões. E não só isso dos conteúdos
3866 também. Precisamos debater mais aqui no Conasp a questão da segurança pública. E são
3867 muitos os temas sobre os quais precisamos debater mais aprofundado. Parece-me que
3868 alguns temas passam muito rápido. E esbarramos em outro problema, até falei ontem,
3869 que é a questão do financiamento. Ouvimos da secretária no primeiro dia que a questão
3870 financeira é grave, inclusive não temos mais café da tarde e como é que fica então a
3871 vinda de pessoas para cá, de palestrantes, de técnicos, pessoas que possam nos ajudar
3872 nesse debate mais qualificado. Isso é um entrave. E se o Conasp é para o Ministério da
3873 Justiça uma prioridade precisamos resolver isso. Precisamos ter uma conversa objetiva,
3874 transparente de saber qual é o caminho. O nosso amigo Massimiliano já fez duas
3875 propostas muito concretas. É possível trazer esses nomes aqui para a próxima reunião
3876 ou não? Ou então ficaremos condicionados a ter recurso ou não ter recurso para fazer
3877 esse tipo de trabalho. Parece-me que isso limita muito o nosso trabalho que é um

3878 trabalho fundamental. Se queremos influenciar a pauta e aí não é só ficar a reboque da
3879 discussão da pauta da Câmara e nem a reboque da pauta do ministério, nós também
3880 precisamos ter ação proativa. O presidente do Senado disse isso para nós ontem, vocês
3881 precisam mandar coisas para cá, precisam mandar as suas questões. Não podemos ficar
3882 só a reboque do que está sendo construído, precisamos construir e construir significa
3883 nos colocarmos como atores políticos, e aí saímos desse lugar que me parece que
3884 estamos meio parados, as coisas passam ao largo. Isso é uma decisão política.
3885 Precisamos investir nisso.

3886

3887 **A Sra. Fernanda Benvenutty (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais,**
3888 **Travestis e Transexuais – ABGLT)** – Na verdade, eu nem vou tomar muito tempo,
3889 pois a hora já está adiantada, eu já me contemplei na fala dos companheiros, mas acho
3890 que esse conselho precisa, de fato, dar uma melhorada, principalmente, debater temas
3891 que são pertinentes a este conselho. E precisamos ter coragem de deliberar não só
3892 internamente, mas também para fora porque esse é o papel de um conselho. No
3893 Conselho Nacional de Saúde, se o ministro vai lançar ou criar uma política, essa política
3894 passa pelo Conselho de Saúde para ser debatida e para inclusive ser respaldada ou não,
3895 mas passa pelo conselho. Aqui estamos fazendo o inverso, estamos indo buscar os
3896 projetos que dizem respeito à segurança pública para dialogarmos com eles quando eles
3897 já estarão em outro patamar. Temos que ousar e fazer agora essas duas pontes que foram
3898 abertas, que já deveriam ter sido feitas há bem mais tempo, e outras que precisam se
3899 abrir também, para dialogarmos porque não são só os presidentes, precisamos também
3900 dialogar com as comissões por onde os projetos passam e dialogar com quem vai criar
3901 projetos de lei, inclusive para termos a participação deste conselho, se é bom ou não, o
3902 que poderemos contribuir para que esses projetos se transformem em boas leis, haja
3903 vista o do nosso conterrâneo paraibano que não nos agradou. Era isso. Obrigada.

3904

3905 **O Sr. Alberto Cabral (Grande Oriente do Brasil)** – Eu gostaria de parabenizar a
3906 conselheira Luciana pelo zelo na condução dos trabalhos, na réplica da necessidade de
3907 atribuições a este conselho. Entretanto, é importante lembrar que a questão do
3908 financiamento da segurança pública que foi discutido ainda na reunião extraordinária
3909 que tivemos em Cuiabá se construiu um momento político. E naquele momento falava-

3910 se o seguinte: “Precisamos chegar aos agentes políticos do Estado para mostrar a eles a
3911 importância da necessidade do financiamento”, em momento algum iria ser discutido
3912 qualquer tipo de projeto. Até porque não tínhamos conhecimento dele. A PEC 24 chega
3913 com a contribuição do companheiro Denilson que ele toma voz e disse que dos projetos
3914 que estariam postos entendia ser esse um dos melhores, salvo engano meu. Então, o que
3915 ficou resolvido naquela nossa reunião extraordinária é que nós de fato iríamos fazer
3916 gestões junto ao nosso Congresso, nas duas casas, no sentido de mostrar aos nossos
3917 representantes a necessidade premente do financiamento para a segurança pública.
3918 Ponto. Nós não iríamos defender nenhum projeto, até porque não temos conhecimento,
3919 pelo menos eu parto do princípio de que só defendo aquilo que conheço. Eu não tomo
3920 nenhuma atitude, ou me abstenho ou digo não. Eu não posso votar algo se não estou
3921 assenhoreado disso. Bom, colocado isso, eu ainda tenho um terceiro ponto. Agora
3922 mesmo o nosso conselheiro paraibano colocou uma questão fundamental que é a
3923 questão do acompanhamento de todos os projetos que estão circulando nas nossas casas.
3924 Entendo que não temos pernas para isso. Isso é um trabalho hercúleo, e nem sei se
3925 teremos tempo para isso também. Parece-me que há necessidade premente de termos a
3926 contratação de um consultor legislativo para isso. Esse indivíduo, Alex, deveria ser
3927 contratado urgentemente, para que ele fizesse exatamente esse papel, conseguir fazer a
3928 mineração desses dados, porque isso é uma tarefa inglória. E a partir do resultado do
3929 trabalho dele aí, sim, é que começa o nosso trabalho.

3930

3931 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Uma questão de
3932 ordem. Se tivermos que aprovar alguma coisa, vamos ter que aprovar agora porque
3933 alguns conselheiros já têm que se deslocar por conta de viagem. Seja qual for o tema,
3934 mesmo sem o quórum podemos debater, sem problema nenhum. Agora para decidir é
3935 agora. Há sugestão de pauta? Eu estava até falando com o Alex, as pautas são feitas
3936 pelos conselheiros, a mesa diretora se reúne somente para ver se há condição de
3937 contemplar tudo ou não. Porque pode ser que seja tanta sugestão que uma reunião não
3938 vai dar conta. Precisamos é de sugestão para preencher a pauta. A mesa diretora foi
3939 criada exatamente para trabalhar essa pauta proposta por cada conselheiro.

3940

3941 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional)** – Eu pedi a deliberação
3942 aqui pelo colegiado sobre a minha proposta de pauta para que ela chegue à mesa com
3943 mais força, devido justamente às dificuldades que sempre são trazidas a respeito de

3944 passagens, a necessidade de convites prévios, então, eu me propus a fazer a busca
3945 desses convites, então, se chegar à mesa que a maioria ou unanimidade deliberou no
3946 sentido daquilo que eu propus poderemos chegar com mais força para a próxima
3947 reunião.

3948

3949 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Sem dúvida.
3950 Apesar de nós considerarmos todas as outras propostas dos conselheiros, seja ele quem
3951 for, mesmo que não seja na plenária, com a mesma força, porque somos conselheiros do
3952 mesmo tamanho. Agora, a questão de ordem é a seguinte: há a necessidade de aprovar
3953 essa proposta dele para a plenária que é a proposta da pauta que ele pediu anteriormente
3954 e está pedindo novamente. Aprovamos isso? Há consenso?

3955

3956 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional)** – Meu desejo é que seja
3957 aprovada pela plenária a realização do convite para a próxima reunião dos dois
3958 convidados no assunto: segurança pública e Conselho Nacional de Políticas Criminal e
3959 Penitenciária que, inclusive este último pertence ao Ministério da Justiça. Então, é a
3960 aprovação para virem aqui apresentar os trabalhos deles para a plenária, e então
3961 podemos debater com eles e daí termos as reflexões que o colega Edson e os demais já
3962 disseram que precisamos caminhar com as pautas do Conasp.

3963

3964 **O Sr. Cel. Washington França da Silva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** –
3965 Eu entendo como interessante o que o Massimiliano coloca, mas acho que tem uma
3966 questão anterior: antes disso temos que definir quais são as questões prioritárias aqui
3967 para a partir daí nós analisarmos quem precisaria ser convidado para nos subsidiar, nos
3968 dar mais elementos sobre aquilo que este conselho entende como prioridade a ser
3969 encaminhada.

3970

3971 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional)** – Permita-me um aparte,
3972 coronel? NO meu desejo nessas três reuniões que participei e nas conversas passadas
3973 com o Geraldo que era da Pastoral Carcerária, o meu desejo com essas figuras é
3974 justamente municiar o conselho para chegar nesse ponto. Para ver para onde vamos
3975 caminhar. É só isso.

3976

3977 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Uma questão de
3978 ordem. Precisamos saber o seguinte: qualquer deliberação nossa aqui está sujeita a ser
3979 aceita ou não pelo Gabinete do Ministro. Qualquer convite que queiramos temos que
3980 mostrar a necessidade, a importância, se não tiver recursos, isso já aconteceu aqui da
3981 sociedade civil querer coisas e não ser autorizado, já fomos esclarecidos sobre isso.
3982 Então, a pauta estará sempre sujeita à deliberação: tem recurso ou não tem? Nós
3983 precisamos inclusive quando a presidente estiver aqui é bom que tenhamos um diálogo
3984 aberto com ela para que possamos colocar todos os nossos anseios porque agora
3985 mesmo, nós dois, eu estou substituindo a presidente, mas eu não tenho poder de fogo de
3986 decidir pelo ministério. Vocês compreendem isso? Conduzir a reunião vou tentar fazer o
3987 melhor possível. Há uma compreensão geral disso. Então, a presença da nossa
3988 presidente se faz necessária porque ela é a secretária nacional e pode inclusive decidir
3989 sobre isso. Vou passar para o Alex que ele também tem alguns esclarecimentos.

3990

3991 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional)** – Só uma questão de
3992 ordem, presidente. Essa sua fala é exatamente o que aconteceu em Cuiabá. Depois de
3993 um discurso acirrado em que a presidente inclusive se emocionou é que saíram as pautas
3994 que foram proativas hoje. Então, essa é que deveria ser a finalidade do conselho, sempre
3995 pautado em questões que sejam de resolutividade, que se resolvam as questões que
3996 estão aqui encalhadas.

3997

3998 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Bom. O que gostaríamos de
3999 colocar é o seguinte: as sugestões de pauta, os conselheiros podem colocar diretamente
4000 no e-mail ou através de seu representante na mesa diretora. Aí a questão entra na pauta
4001 e é avaliado se é o caso de chamar o convidado e se avalia inclusive o orçamento. É até
4002 um contrassenso cortar o lanche e gastar dois mil reais com diárias e passagens para
4003 trazer convidado. Mas, é preciso primeiro definir a pauta e depois a mesa acatando as
4004 sugestões avalia a necessidade de trazer convidado ou não aqui. Uma coisa que
4005 precisamos definir agora enquanto tem quórum é a data de próxima reunião porque foi
4006 levantado hoje de manhã e, aparentemente, um consenso, mas queria ter certeza disso,
4007 nós vamos passar as reuniões para terça e quarta.

4008

4009 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – É isso?

4010

4011 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – E caso passe, qual terça e
4012 quarta? Já está previamente marcada para quinta e sexta, podemos estender para quarta-
4013 feira que é o terceiro dia. Se formos mudar, estenderíamos para segunda ou quinta, é
4014 outra discussão que faríamos aqui.

4015

4016 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos Periciais do Brasil)** –
4017 Você disse dois dias. Mas já tínhamos conversado ontem de ser três dias e o primeiro
4018 ser das comissões.

4019

4020 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Seria segunda, terça e quarta
4021 ou mantém quarta, quinta e sexta.

4022

4023 **O Sr. Não Identificado** – As pessoas que estavam aqui aguardando para falar, não irão
4024 falar?

4025

4026 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – É sobre o tema,
4027 porque temos que decidir aqui agora e aprovar. Se não decidirmos agora, estaremos
4028 perdendo o quórum aqui que temos. É somente isso.

4029

4030 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – É somente uma priorização.
4031 Vamos votar o dia e a pauta da reunião, depois vamos abrir para debates.

4032

4033 **O Sr. Não Identificado** – Não, não é pauta das pessoas. Eu, particularmente não teria
4034 pauta minha, a pauta que eu coloco aqui é pauta de interesse deste conselho.

4035

4036 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Então, vamos aprovar então.
4037 A questão da data não tem muito que fazer defesa de tese...

4038

4039 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Este conselho quer
4040 mudar a data?

4041

4042 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Não, vai mudar o dia da
4043 semana, era quarta, quinta e sexta, vamos mudar então segunda, terça e quarta, seria
4044 isso?

4045

4046 Qual a razão da mudança, não entendi?

4047

4048 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Pelo que entendi de manhã,
4049 para fazer acompanhamento juntamente com o Poder Legislativo, se fosse o caso fazer a
4050 reunião com o presidente da CCJ do Senado e com o senador Aécio Neves. Mas, é
4051 imprevisível, corremos o risco de não dar certo.

4052

4053 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos Periciais do Brasil)** –
4054 Luciana, você está certa, agora o dia de ela estar aqui seriam todos os dias da reunião,
4055 afinal ela é a presidente do conselho, então, eu acho que o que o conselheiro Almir,
4056 como presidente em exercício, deveria fazer um contato com a doutora Regina e dizer
4057 que há necessidade de que ela participe das reuniões.

4058

4059 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Bom, vamos deixar em
4060 aberto? Vamos decidir agora se será segunda, terça e quarta ou quarta, quinta e sexta.

4061

4062 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Vamos colocar em
4063 regime de votação? Vamos mudar os dias da reunião?

4064

4065 **A Sra. Fernanda Benvenutty (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais,**
4066 **Travestis e Transexuais – ABGLT)** – Na verdade, se queremos pegar essas comissões,
4067 segunda-feira é um dia morto para os parlamentares. Eles começam a chegar aqui em
4068 Brasília de terça em diante.

4069

4070 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Segunda-feira seria para
4071 trabalho nosso das Câmaras Técnicas e terça e quarta a reunião ordinária, com a
4072 possibilidade de coincidir com a do Congresso.

4073

4074 **A Sra. Fernanda Benvenutty (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais,**
4075 **Travestis e Transexuais – ABGLT)** – Por isso que estou dizendo, se a reunião da
4076 comissão for na terça ficaremos com quarta e quinta que são os dias mais prováveis para
4077 encontrar os parlamentares.

4078

4079 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Acho que o ideal seria ficar
4080 segunda para a comissão técnica, atividade interna, e terça e quarta para nossa reunião.
4081 Quinta é um dia muito esvaziado no Congresso também.

4082

4083 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Estamos tendo
4084 dificuldade de mudar os dias das reuniões quando já decidimos muito mais coisas com
4085 mais tranquilidade. Vamos ter uma posição a favor, outra contrária e vamos decidir. É
4086 uma defesa de tese, um defende a mudança, outro defende a permanência e decidimos.
4087 Tem alguém contra a proposta de mudança? O Augusto é contra.

4088

4089 **O Sr. Augusto César Coutinho (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná –**
4090 **Sindarspen)** – Na verdade, não é nem ser contra necessariamente à mudança. Eu sou
4091 apenas contra que seja feita a mudança das próximas duas sessões tendo em vista que já
4092 foi feito um planejamento anual dessas reuniões e nós também já nos programamos
4093 sobre isso. Eu queria deixar ressalvado que sou contra essas duas deste ano.

4094

4095 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Está bom, então, você é
4096 contra. Vamos colocar para votação.

4097

4098 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Tem mais alguém
4099 que é contra?

4100

4101 **O Sr. Augusto César Coutinho (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná –**
4102 **Sindarspen)** – Deixe-me esclarecer o que estou entendendo. É só a próxima ou são
4103 todas as reuniões futuras?

4104

4105 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Bom, não
4106 permanecendo com a mesma posição que ele tinha porque ele estava entendendo outra
4107 coisa, pelo que estou entendendo que a mudança de quarta, quinta e sexta para segunda,
4108 terça e quarta é consenso. É consenso? A chegada é no domingo.

4109

4110 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Isso aí não é deliberação
4111 nossa, é da emissão de passagem.

4112

4113 **O Sr. Augusto César Coutinho (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná –**
4114 **Sindarspen)** – É uma questão regimental. A pauta que seguiu este regimento e que não
4115 foi contemplada nesta reunião em virtude das nossas idas, ela será mantida para a
4116 próxima? Não? Foi aprovada uma pauta, inclusive pelo conselheiro Wesley Bastos, ele
4117 respeitou o regimento e que essa pauta seria discutida sobre a questão do Estatuto do
4118 Desarmamento para esta reunião. Em virtude de uma demanda que surgiu que não
4119 estava prevista, ela já está na outra? Não? Pode ser ou já está?

4120

4121 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Está bem. Já está. Eu
4122 acredito que não vá abrir objeção.

4123

4124 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Ela vai entrar
4125 como sugestão e ela é prioritária porque ela já foi aprovada. Bem, já votamos a
4126 mudança. As datas das nossas reuniões futuras, outubro e dezembro, e no próximo ano
4127 serão nas segundas, terças e quartas. Foi isso que foi planejado?

4128

4129 **O Sr. Cel. Washington França da Silva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** –
4130 Era 3 e 4 de outubro. Fica 2, 3 e 4 de outubro ou 30, 1 e 2. Vamos jogar para frente.

4131

4132 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – O que ficou
4133 decidido aqui é que as nossas reuniões do nosso conselho serão nas segundas, terças e
4134 quartas. O quórum aprovou. Agora os conselheiros fiquem à vontade para fazer uso da
4135 palavra. Os que vão viajar, boa-viagem.

4136

4137 **O Sr. Cel. Washington França da Silva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** –
4138 Presidente, questão de ordem. Eu, particularmente, teria algumas colocações aqui a
4139 fazer e a meu ver precisaria da apreciação do colegiado e votar.

4140

4141 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Não tem mais
4142 tempo por conta da viagem deles. Foi isso que desde o início estávamos querendo dizer.
4143 Tem quórum? Vamos contar? Temos 16. Com quórum.

4144

4145 **O Sr. Cel. Washington França da Silva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** –
4146 Primeiramente, quero dizer que concordo em gênero, número e grau com o que foi

4147 falado pela Luciana. Depois também o que nosso companheiro que saiu disse.
4148 Realmente, precisamos pensar as nossas práticas aqui, os nossos encaminhamentos.
4149 Acredito que o primeiro ponto nesse sentido é definir quais são as questões, os temas
4150 que nós deste conselho entendemos como prioritários, é preciso definir isso, do
4151 contrário vamos ficar querendo discutir tudo. Seria importante que tivéssemos fôlego,
4152 como disse o Alberto, para discutir tudo, mas é preciso estabelecer prioridade. O que é
4153 prioridade para este conselho? Eu gostaria muito que pudéssemos sair daqui definidos
4154 hoje o que é prioridade para em cima disso definirmos grupos de trabalho e começar a
4155 trazer na próxima reunião propostas e quiçá estarmos até lá já trocando algumas
4156 informações nesse sentido.

4157

4158 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Nessa direção,
4159 qual a sua proposta?

4160

4161 **O Sr. Cel. Washington França da Silva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** –
4162 A companheira Patrícia, me esqueci de citá-la também nos posicionamentos dela,
4163 concordo com o que ela disse, precisamos discutir aqui a questão do uso da força.

4164

4165 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Vamos pedir para
4166 colocar aí na tela? Vamos colocando os temas lá?

4167

4168 **Sr. Cel. Washington França da Silva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** –
4169 Que inclusive foi aberto um Grupo de Trabalho sobre essa questão do uso da força e
4170 manifestações eu me coloquei na qualidade de conselheiro do Fórum me coloquei para
4171 participar...

4172

4173 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Só uma questão.
4174 Vamos abrir o Word e já começar a pegar as sugestões. Vamos colocar ali o uso da
4175 força como um item que vamos analisar. Vamos elencando lá depois vamos analisar.

4176

4177 **Sr. Cel. Washington França da Silva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – O
4178 uso da força tem tudo a ver com a conduta das forças de segurança nas manifestações.
4179 Uma coisa está vinculada à outra. A questão do SUSP ou do SISP. Essa é uma questão
4180 que eu entendo que precisamos resgatar aqui como uma pauta do conselho. O que está

4181 acontecendo aqui é que as questões estão sendo definidas e nós não estamos
4182 participando. As coisas chegam aqui prontas. Por exemplo, a secretária disse que existe
4183 um grupo de pessoas trabalhando para apresentar ao ministro. Quem são essas pessoas?
4184 Tem algum representante do Conasp participando? Se não tem está equivocado.
4185 Desculpe, mas não é isso. Então, eu entendo que isso deve ser uma pauta aqui deste
4186 conselho sobre a questão do Sistema Único ou Sistema Integrado de Segurança Pública.

4187

4188 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – A sugestão do
4189 conselheiro Washington é que coloquemos ali uso da força e o SUSP.

4190

4191 **Sr. Cel. Washington França da Silva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** –
4192 Uso diferenciado da força, ao invés de uso progressivo. Tem uma pequena diferença
4193 que nos debates podemos discuti-la; o Sistema Único de Segurança Pública –
4194 SUSP/SISP. Outro tema que eu acredito que seria interessante é a questão do
4195 financiamento. Foi muito bom a vinda aqui do senador para falar da PEC. É pena que
4196 não tivemos oportunidade de tê-la recebido anteriormente. Eu confesso que a
4197 desconhecia. Poderia ter até nos ajudado a debater aqui com o senador. Precisamos
4198 discutir essa temática. Seria interessante que o próprio Conasp pudesse conjuntamente
4199 com outros grupos fazer essa discussão de forma regionalizada. Nós, particularmente,
4200 vamos buscar fazer essa discussão lá no estado da Paraíba. Discutir a questão do
4201 financiamento para apresentar proposta para subsidiar, conforme solicitou o senador na
4202 lei que vai regulamentar a PEC.

4203

4204 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Eu também
4205 gostaria de sugerir o controle de armas no nosso país.

4206

4207 **Sr. Cel. Washington França da Silva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** –
4208 Outra questão que eu gostaria de colocar aqui como pauta interessante é o que a Patrícia
4209 já disse que é a questão da nossa participação mais efetiva junto ao Conselho Nacional
4210 de Direitos Humanos nesses grupos de trabalho. Acho que seria interessante termos,
4211 sim, a participação nossa lá efetiva. É uma questão que precisa ser deliberada aqui por
4212 este Conasp.

4213

4214 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Washington, temos
4215 uma demanda aqui de alguns conselheiros, peço a compreensão do nosso companheiro
4216 Washington para fechar.

4217

4218 **Sr. Cel. Washington França da Silva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** –
4219 Eu estou fechando já. Outra questão que não é questão de pauta, mas acredito que
4220 precisaríamos repensar. Foram discutidos aí os dias de reuniões.

4221

4222 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Foi aprovado.

4223

4224 **Sr. Cel. Washington França da Silva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** –
4225 Muito bem, foi aprovado. Mas uma questão que entendo que precisaríamos repensar, eu
4226 não sei se teremos condições de deliberar sobre isso, mas entendo que é fundamental,
4227 esse prazo longo, o período bimestral de reuniões. No meu entender, esse período
4228 atrapalha um pouco os nossos encaminhamentos. Eu proponho que o conselho reflita
4229 sobre essa questão do prazo. Aí alguém vai dizer: “Mas tem a questão do
4230 financiamento”. Bom, isso precisa ser repensado também. Acredito que tem que dar sim
4231 condições a este conselho para que funcione da forma como está previsto lá no decreto.
4232 Este conselho tem que apresentar propostas que realmente sejam de interesse de todos
4233 na área de segurança pública. Quanto à questão de acompanhamento que foi falado aqui
4234 pelo Alberto de ser ter uma espécie de coletânea de todos os projetos, eu diria a você,
4235 Alberto, que do seu lado existe uma pessoa que tem já isso.

4236

4237 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Ele já passou o
4238 material para o Alex e o Alex vai repassar para todos.

4239

4240 **Sr. Cel. Washington França da Silva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** –
4241 Outra questão é de ordem administrativa que eu acredito precisaria ser repensada, Alex,
4242 é a questão do valor de diárias. A meu ver esse valor é ínfimo para que nós possamos
4243 pagar hospedagem, transporte e alimentação. Eu não sei de que forma legal poderia ser
4244 feito isso, mas eu acredito seria interessante repensar esses valores de diárias. Quanto à
4245 questão do transporte, até poderíamos ter, acho que não é difícil fazer isso, nesses
4246 momentos de deslocamento para determinados lugares, por que não colocar um micro-
4247 ônibus à disposição do conselho? Isso não vai ocorrer sempre, mas nos momentos em

4248 que isso ocorrer, mesmo porque a nossa pauta aqui é definida previamente e como ela é
4249 bimestral, então ter um transporte que pudéssemos deslocar para determinados pontos
4250 aqui. Agradeço a atenção, cumprimento a todos e até a próxima reunião.

4251

4252 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – São duas horas, já
4253 passamos do almoço, não estamos em período normal de reunião.

4254

4255 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional)** – É a questão do
4256 município na política nacional de segurança pública.

4257

4258 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Veja bem, essas
4259 sugestões aí vocês vão ter que mandar via e-mail para o Conasp para ir para a mesa
4260 diretora. Tem um prazo, já mandam para serem analisadas. Isso aí são sugestões
4261 prioritárias. Não existe nada aí que discordemos de serem discutidas aqui.

4262

4263 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Então, já encerrando aqui, eu
4264 fiz um acompanhamento, vamos lá: a questão de consultores. Estamos aguardando a
4265 prorrogação de contrato do PNUD. O contrato encerra-se em dezembro, deve ser
4266 prorrogado, mas vamos esperar o termo de cooperação para sabermos em que termos
4267 vai ser prorrogado para fazer a contratação pensando já nos novos termos da
4268 prorrogação. Não adianta termos muito desperdício de energia agora para fazer essa
4269 contratação e chegar a dezembro para renovar e talvez até mudar tudo. Estamos
4270 aguardando só isso. A ideia do observatório cobriria também a questão legislativa. O
4271 segundo tema aqui é a questão das diárias, coronel Washington, os conselheiros aqui já
4272 recebem no top. É a diária máxima, exceto alguns que são servidores públicos, por
4273 exemplo, eu. Quando fomos a Cuiabá, eu recebi a menor diária porque sou servidor
4274 público. Para aumentar o valor das diárias é preciso um decreto presidencial. Tudo bem,
4275 existe o argumento da inflação, mas também tem o argumento da contenção de
4276 despesas. Acho muito improvável que a presidente Dilma resolva fazer isso. Isso está
4277 fora da alçada inclusive do Ministério da Justiça. É uma questão da Presidência da
4278 República. Questão do transporte. Caso nós provejamos transporte, aí tem que pagar
4279 meia diária para todo mundo. Então, é pior até se tentar prover o transporte. Com
4280 relação a transporte e localização, eu vou só consultar, não é nem votação, onde vocês
4281 preferem fazer a reunião porque, por exemplo, tem o Auditório Tancredo Neves lá, mas

4282 depende de agenda, eu queria fazer os três dias num lugar só, mas tem dia que aqui está
4283 vago e tem dia que o Tancredo Neves é que está, temos que ficar trocando. O Novacki
4284 hoje de manhã montou até uma proposta de tentar na segunda-feira, já que agora as
4285 reuniões vão ser segunda, terça e quarta, em uma sala no Congresso, mas também está
4286 dependendo de ter agenda, não é nada certo. Então, eu queria fazer essa consulta
4287 informal: vocês preferem aqui ou preferem no Tancredo Neves? Aqui? Então,
4288 mantemos as reuniões aqui os três dias. Caso aqui não esteja disponível, a segunda
4289 opção é o Tancredo Neves, e o Novacki vai olhar lá no Congresso.

4290

4291 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – O Tancredo Neves
4292 não deve ser o espaço para a nossa reunião ordinária. Não tem nenhuma condição de
4293 fazer a nossa reunião ordinária lá. É um auditório. Teríamos que ter outra possibilidade.
4294 A secretária até foi taxativa nisso.

4295

4296 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Até porque terão as reuniões
4297 das câmaras temáticas, nós precisaríamos, aliás, de duas salas para caber mais ou menos
4298 de 15 a 20 pessoas. Então, a preferência é aqui pelo Shopping ID. Nós teremos que
4299 arrumar além desta sala mais duas salas menores na segunda-feira. O último tema
4300 colocado aqui é a questão da convalidação da moção dos papiloscopistas que foi
4301 aprovada em Cuiabá. O conselheiro Henrique levantou o artigo 48, se não me engano,
4302 do regimento, que diz que a moção tem que ser aprovada por maioria absoluta. Ele
4303 pediu uma retificação porque me parece que o resultado foi 12 a 8, alguma coisa assim.
4304 A maioria absoluta significa 16 votos a favor para ser aprovada a moção. Se não me
4305 engano, só as resoluções e decisão colegiada que podem ser por maioria simples e a
4306 moção por maioria absoluta, artigo 48. Ele pediu então cancelamento da moção porque
4307 não teve maioria absoluta. Não sei como vamos fazer com isso. O que poderíamos
4308 tentar fazer é uma convalidação da moção. Só que agora faltou um. Para tentar
4309 convalidar se a plenária convalidasse a moção com 16 votos aí poderia. Com 16 votos a
4310 favor ela é convalidada, ou a apresentamos novamente e vamos submeter à plenária.

4311

4312 **O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e**
4313 **Identificação – FENAPPI)** – Eu acho que até perdeu o objeto da moção também. É um
4314 desgaste desnecessário mesmo porque quando eu a encaminhei para ser apreciada na
4315 pauta em Cuiabá, eu nem pude estar presente porque coincidiu com o momento aqui, eu

4316 pensei que a condução seria assim mais tranquila, porque senão eu nem teria colocado
4317 em pauta. Achava que como se tratava de uma proposta que envolve a segurança
4318 pública que seria naturalmente aceita. Parece que houve certa reação, o objetivo não era
4319 esse, pelo contrário, era para mostrar que o PLS 244 tratava, sim, de interesse público.
4320 As pessoas são presas com base nesse laudo, se esse laudo não é oficial, então ficava um
4321 negócio quase que *ad doc*. Mas a sanção não aconteceu. Agora dia 17/09 existe um
4322 trabalho junto aos parlamentares para derrubar o veto, então, eu acho que perdeu o
4323 objeto. Pode ficar desconsiderada a moção então. Eu agradeço intensamente quem
4324 entendeu que o projeto era de interesse público. E peço desculpas se realmente ficou
4325 parecendo uma questão de categoria, não é. É tanto que o nosso argumento junto ao
4326 Congresso é que é matéria processual. Colocar o papiloscopista como perito oficial é
4327 para atender o código 159, onde fala que a perícia tem que ser feita por perito oficial,
4328 não está falando que a carreira é isso ou aquilo. É matéria processual. É o entendimento
4329 da própria nota técnica no Senado, as comissões reagiram em relação ao veto. Existe
4330 hoje um movimento do Congresso contra a atitude da Dilma porque foi a CCJ quem
4331 analisou duas vezes, foi para o plenário, audiência pública e aí ela vetou com o
4332 argumento que era regime jurídico de carreira. Eu quero só agradecer e deixar então
4333 isso, atender o regimento. Obrigado.

4334

4335 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos Periciais do Brasil) –**
4336 Eu queria parabenizar o conselheiro Maciel, mas isso serve de exemplo para nós. Hoje
4337 até o conselheiro Henrique colocou as formalidades para solicitar uma moção e foi
4338 interessante, realmente, não podemos rasgar o regimento. O conselheiro Maciel não teve
4339 culpa na verdade, ele colocou e nós aprovamos. Agora a mesa tem que reconhecer a
4340 falha, desconsiderar aquela moção, mas que sirva de exemplo para as próximas para que
4341 possamos seguir o regimento para que não tenhamos prejuízos no futuro.

4342

4343 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) –** Foi falha da mesa mesmo. Eu
4344 estou sempre com o regimento, mas na reunião de Cuiabá eu o esqueci no hotel, pela
4345 correria, e não tinha o regimento ali na hora para conferir e acabou sendo aprovada a
4346 moção com maioria simples quando deveria ter sido a maioria absoluta. Mas, então, se
4347 vai perder o objeto não tem necessidade de convalidação. Ela fica anulada.

4348

4349 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Algum conselheiro
4350 tem mais Informes para podermos encerrar?

4351

4352 **O Sr. Pedro Queiróz da Silva (Associação Nacional de Entidades de Praças**
4353 **Militares Estaduais – Anaspra)** – É exatamente isso que eu fiz na minha fala. Que o
4354 conselho trabalha sem se pautar pelo regimento. Um erro desse, grosseiro, jamais
4355 poderia ter acontecido termos aprovado uma moção sem observar o regimento.

4356

4357 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos Periciais do Brasil)** –
4358 Mas o erro não pode recair sobre um. O erro foi de todos nós que não observamos o
4359 regimento. Foi culpa nossa. E a partir de agora seremos mais vigilantes. Serviu para
4360 aprendizado.

4361

4362 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Essa colocação P.
4363 Queiróz, você já fez lá na anterior.

4364

4365 **O Sr. Pedro Queiróz da Silva (Associação Nacional de Entidades de Praças**
4366 **Militares Estaduais – Anaspra)** – Mas é o que estou pedindo que doravante este
4367 conselho se pautar pelo Regimento Interno para evitar situações vexatórias como essa.

4368

4369 **O Sr. Cel. Washington França da Silva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** –
4370 Eu não sei se seria possível, mas nós poderíamos definir qual seria o período que, nos
4371 três dias, teríamos para deliberar. Não sei.

4372

4373 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – O período de
4374 deliberação é os dois dias da reunião ordinária e com quórum para deliberar.

4375

4376 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Pode ser até nos três dias. Se
4377 na segunda-feira as duas comissões temáticas quiserem se juntar para votar, se tiver
4378 quórum, votam.

4379

4380 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp)** – Não. É separado.
4381 Na reunião de plenária é que o espaço de aprovação. No dia de câmara não pode
4382 aprovar nada, ela traz sugestão para cá. Gente, eu agradeço a presença de vocês.

4383 Superamos todas as dificuldades. Então, até a próxima reunião. Reiterando a
4384 Massimiliano que não deixe de fazer as sugestões por escrito e enviá-las por e-mail.